



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TRIÂNGULO MINEIRO**

RESOLUÇÃO IFTM Nº 262 DE 01 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – UAB – Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico.

O CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892/2008 e a Portaria nº 635 de 08/06/2021, publicada no DOU de 09/06/2021 e Portaria nº 1.446 de 30 de novembro de 2021, publicada no D.O.U. do dia 01 de dezembro de 2021, e

Considerando a reunião do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro do dia 01 de setembro de 2022; e

Considerando os autos do processo 23199.009811/2022-15.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – UAB – Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Uberaba, 01 de setembro de 2022.

Deborah Santesso Bonnas

Presidente do Conselho Superior do IFTM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

***INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO
MINEIRO – IFTM– CAMPUS AVANÇADO UBERABA PARQUE TECNOLÓGICO***

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-
PORTUGUÊS**

Uberaba / 2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

***INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO
MINEIRO – IFTM – CAMPUS AVANÇADO UBERABA PARQUE TECNOLÓGICO***

JAIR MESSIAS BOLSONARO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

VICTOR GODOY VEIGA
MINISTRO DA EDUCAÇÃO

TOMÁS DIAS SANT'ANA
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

DEBORAH SANTESSO BONNAS
REITORA

MÁRCIO JOSÉ DE SANTANA
PRÓ-REITOR DE ENSINO

MARCELO PONCIANO DA SILVA
DIRETOR-GERAL – CAMPUS AVANÇADO UBERABA PARQUE TECNOLÓGICO

LÍDIA BONONI PAIVA TOMAZ
DIRETORA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

WELISSON MARQUES
COORDENADOR DO CURSO

MISSÃO

Ofertar a educação profissional e tecnológica por meio do ensino, pesquisa e extensão, promovendo o desenvolvimento na perspectiva de uma sociedade inclusiva e democrática.

VISÃO

Ser uma instituição de excelência na educação profissional e tecnológica, impulsionando o desenvolvimento tecnológico, científico, humanístico, ambiental, social e cultural, alinhado às regionalidades em que está inserido.

Sumário

1 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	4
2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
3 ASPECTOS LEGAIS	5
3.1 Legislações:	5
3.1.1 Criação.....	5
3.1.2 Autorização da oferta.....	5
3.1.3 Aprovação do PPC	5
3.1.4 Reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento.....	6
3.2 Legislação referente à regulamentação do curso.....	6
3.3 Legislação referente à regulamentação da profissão	10
4 BREVE HISTÓRICO DO CAMPUS	11
5 JUSTIFICATIVA	13
6 OBJETIVOS.....	15
6.1 Objetivo geral	15
6.2 Objetivos específicos.....	15
7 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO (DCN, CNCST, PDI, PPI).....	17
8 PERFIL E CERTIFICAÇÕES INTERMEDIÁRIAS	19
9 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CONCEPÇÃO CURRICULAR DO IFTM.....	19
10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA.....	21
10.1 Estrutura e desenvolvimento do currículo.....	21
10.2 Formas de ingresso	22
10.3 Turno de funcionamento, vagas, nº de turmas e total de vagas anuais.....	22
10.4 Tempo de integralização da carga horária.....	22
10.5. Fluxograma.....	23
10.6 Matriz Curricular	25
10.8 Distribuição da carga horária geral.....	27
10.9 Resumo da carga horária	27
11. UNIDADES CURRICULARES	27
12 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA.....	73
12.1 Material didático.....	77

12.2 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no Processo Ensino-Aprendizagem.....	80
12.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA	82
12.4 Ambientes profissionais vinculados ao curso.....	83
13 ATIVIDADES ACADÊMICAS	84
13.1 Estágio Curricular.....	84
Obrigatório	84
Não obrigatório.....	85
13.2 Atividades Complementares.....	85
13.3 Prática pedagógica como componente curricular.....	90
13.4 Atividades de Extensão	91
13.5 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	97
14 INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	97
14.1 Relação com a Pesquisa.....	97
14.2 Relação com a Extensão	98
14.3 Relação com os outros cursos da instituição ou área respectiva. Integração com escolas da educação básica (para os cursos de licenciatura).....	100
15 AVALIAÇÃO	101
15.1 Da aprendizagem	101
15.2 Do curso, articulada com a avaliação institucional e avaliações externas.....	103
16 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS.....	104
17 ATENDIMENTO AO ESTUDANTE.....	105
18 COORDENAÇÃO DO CURSO	107
19 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE).....	108
20 COLEGIADO DE CURSO	108
21 EQUIPES DE APOIO:	109
22 CORPO DOCENTE	115
23 CORPO DE TUTORES	116
24 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA MODALIDADE A DISTÂNCIA	116
25 ATIVIDADES DE TUTORIA	117
25.1 Interação nos cursos de EaD.....	118
26 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO*.....	119

26.1 Corpo Técnico-Administrativo*	119
27 AMBIENTES ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICOS RELACIONADOS AO CURSO...	120
27.1 Salas	120
27.2 Biblioteca	122
27.3 Recursos materiais ou didático-pedagógicos	122
27.4 Laboratórios didáticos de formação básica	122
1.1.1 Laboratório de Informática 113 (36 postos de trabalho)	123
1.1.2 Laboratório de Informática 114 (50 postos de trabalho)	123
1.1.3 Laboratório de Informática 301 (32 postos de trabalho)	123
1.1.4 Laboratório de Informática 302 (36 postos de trabalho)	123
1.1.5 Laboratório de Informática 304 (50 postos de trabalho)	123
1.1.6 Laboratório de Informática 401 (32 postos de trabalho)	123
1.1.7 Laboratório de Informática 403 (32 postos de trabalho)	123
1.1.8 Laboratório de Informática 02 – Unid. II	124
1.1.9 Laboratório de Informática 03 – Unid. II	124
1.1.10 Laboratório de Informática 07 – Unid. II	124
27.5 Laboratórios didáticos de formação específica	124
28 DIPLOMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	124
29 REFERÊNCIAS	125

1 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)	
Campus: Avançado Uberaba Parque Tecnológico	
CNPJ: 10.695.891/0004-44	
Endereço: Av. Doutor Florestan Fernandes, nº 131 – Univerdecidade – CEP 38064-190 Uberaba - MG	
Telefone(s): (34) 3326-1400 e (34) 3326-1000	
Site: http://www.iftm.edu.br/uraparquetecnologico/	
E-mail: letras.uab@iftm.edu.br	
Endereço da Reitoria: Av. Doutor Randolpho Borges Júnior, n. 2900 – Univerdecidade – CEP: 38.064-300 Uberaba - MG	
Telefones da Reitoria: (34) 3326-1100	
Site da Reitoria: http://www.iftm.edu.br/	
Mantenedora: União – Ministério da Educação (MEC)	

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO		
Nome do curso	Licenciatura em Letras – Português	
Titulação conferida	Licenciado em Letras – Português	
Modalidade	A distância	
Turno de funcionamento	Multiperiódico	
Tempo de integralização (duração)	Mínimo: 8 semestres	Tempo máximo de integralização: 16 semestres
Periodicidade (se oferta semestral ou anual)	Conforme editais da CAPES	
Nº de vagas ofertadas por período letivo	200	
Carga horária total	3.200 horas	
Carga horária das unidades curriculares	1.880 horas	
Carga horária do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	----	
Carga horária do Estágio Curricular	400 horas	
Carga horária das Atividades Complementares	200 horas	
Carga horária das Atividades de Extensão	320 horas	

Carga horária da Prática como Componente Curricular (PCC)	400 horas
Duração da hora-aula	-----
Ano/semestre da 1ª oferta	2013/2º
Ano/semestre da vigência deste PPC	2023/1
<p>Comissão responsável pela elaboração ou revisão/atualização deste PPC (conforme portaria expedida pelo diretor-geral do <i>campus</i>).</p> <p>PORTARIA Nº 934 DE 03 DE JULHO DE 2019 – CAMPUS AVANÇADO UBERABA PARQUE TECNOLÓGICO</p> <p style="text-align: center;">Data: 28/05/2022</p> <p>LÍDIA BONONI PAIVA TOMAZ Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) ou Coordenação-Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão e/ou equivalente</p> <p>MARCELO PONCIANO DA SILVA Direção-Geral do <i>Campus</i></p>	

3 ASPECTOS LEGAIS
3.1 Legislações:
3.1.1 Criação
<p>Resolução IFTM nº 25/2010 de 14 de maio de 2010 que aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Português na modalidade de Educação a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.</p> <p>Resolução nº 44/2016 - Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 37/2016, que versa sobre a atualização/revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas Literaturas na Modalidade a Distância, do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – 2017/1.</p>
3.1.2 Autorização da oferta
<p>Resolução nº 25/2010 que aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Português na modalidade de Educação à Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.</p>
3.1.3 Aprovação do PPC
<p>Resolução nº 25/2010 que aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Português na modalidade de Educação à Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.</p>

3.1.4 Reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento
(Portaria do MEC)

Portaria de Reconhecimento do curso de Letras - Campus UPT

Portaria nº 1.039, de 3 de outubro de 2017.

Portaria de Renovação de Reconhecimento do curso de Letras - Campus UPT

Portaria nº 913, de 27 de dezembro de 2018.

3.2 Legislação referente à regulamentação do curso

O Curso de Licenciatura em Letras foi organizado obedecendo à seguinte legislação educacional:

Constituição Federal da República Federativa do Brasil, 1988.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Decreto nº 4.281/2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior –SINAES.

Lei nº 13.005/2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei nº 11.645/2008, que altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”

Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de discentes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, e a Lei nº 9.394/1996; revoga as Leis nºs 6.494/1977, e 8.859/1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394/1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41/2001; e dá outras providências.

Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112/1990.

Lei nº 14.164/2021, que altera a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

Lei nº 14.180/2021, que institui a Política de Inovação Educação Conectada.

Lei nº 14.191/2021, que altera a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

Lei nº 14.254/2021, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

Lei nº 13.006/2014. Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.

Decreto nº 5.800/2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB.

Decreto nº 5.296/2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto nº 5.626/2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098/2000.

Decreto nº 9.057/2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Decreto nº 7.037/2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências.

Decreto nº 10.656/2021 Regulamenta a Lei nº 14.113/2020, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

Resolução CNE/CES nº 18/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

Resolução CNE/CP n. 1/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resolução CONAES nº 1/2010, que Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

Resolução CNE/CP nº 1/2011, que estabelece diretrizes para a obtenção de uma nova habilitação pelos portadores de Diploma de Licenciatura em Letras-Português.

Resolução CNE/CP nº 1/2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CES nº 1/2016, que estabelece as Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Ensino Superior na modalidade a Distância.

Resolução CNE/CES nº 7/2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

Resolução FNDE/CD/nº 8 de 30 de abril de 2010. Altera os incisos I a V do art. 9º, o § 1º do art. 10 e o item 2.4 do Anexo I da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009, que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Resolução/CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009, que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a serem pagas pelo FNDE a partir do exercício de 2009.

Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

Parecer CNE/CP nº 9/2001, que trata das Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior.

Parecer CNE/CP nº 28/2001, que dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Docentes da Educação Básica, em nível superior.

Parecer CNE/CP nº 27/2001 – que dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP nº 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

Parecer CNE/CES nº 492/2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

Parecer CNE/CES nº 1.363/2001, que retifica o Parecer CNE/CES nº 492/2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

Parecer CNE/CES nº 83/2007, que consulta sobre a estruturação do curso de Licenciatura em Letras-Português, tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Letras e para a Formação de Professores.

Parecer CNE/CP nº 8/2008, que implementa Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior

Parecer CNE/CP nº 8/2011, que aprecia a proposta de alteração do art. 1º da Resolução CNE/CP nº 1/2009, que estabeleceu as Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC.

Parecer CNE/CES nº 564/2015, Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Ensino Superior na modalidade a Distância.

Instrução Normativa – Ministério da Economia nº 213/2019, que estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Referenciais de Qualidade para Cursos à Distância - SEED/MEC, de 2007.

REGULAMENTOS DO CONSUP/IFTM

Resolução IFTM nº.131, de 19 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Colegiado dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

Resolução IFTM nº. 132/2011. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

Resolução IFTM nº 14/2018. Aprovar a Resolução *Ad Referendum* nº 77 n. 39/2012 - Regulamento do Programa de Ações Afirmativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

Resolução IFMT nº 50/2018. Aprova a Resolução *Ad Referendum* nº 28/2018, que versa sobre as alterações na Resolução 51/2015 – Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA.

Resolução IFTM nº 41/2020, que trata do Regulamento do Processo de Consulta Eleitoral para Coordenadores de Curso.

Resolução IFTM nº 48/2020. Dispõe sobre alterações no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação - Resolução n. 78/2019.

Resolução nº 53/2020. Aprovar a Resolução *Ad Referendum* n. 09/2020, que versa sobre o

Regulamento da Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

Resolução IFTM nº 151/2021. Aprova a Resolução *Ad Referendum* n. 55/2021, que versa sobre o Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

Resolução IFTM nº 156/2021. Dispõe sobre a regulamentação das atividades de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

Resolução IFTM nº 183/2021. Dispõe sobre a revisão e atualização do Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP – Setor Pedagógico, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM.

Resolução IFTM nº 184/2021. Dispõe sobre a revisão do regulamento do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE – do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM.

Resolução IFTM nº 199/2021. Dispõe sobre a aprovação do regulamento de estágio curricular dos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM.

Resolução IFTM nº 200/2021. Dispõe sobre a alteração da Resolução nº. 129/2020 – Regulamento de Estágios dos cursos Técnicos de Nível Médio e Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM.

Resolução IFTM nº 129/2020. Aprova a Resolução *Ad Referendum* nº. 45/2020, que versa sobre o regulamento de estágio dos cursos técnicos de nível médio e graduação (tecnólogos e bacharelados) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)

Resolução IFTM nº 233/2022. Dispõe sobre a aprovação da Resolução ad referendum nº 94/2022, que versa sobre a alteração da resolução nº 41/2020, que trata do Regulamento do Processo de Consulta Eleitoral para Coordenadores de Curso.

Resolução IFTM n. 147, de 29 de junho de 2021 que aprova a Resolução “Ad Referendum” n. 59/2021, que versa sobre o regulamento do Núcleo de Estudos de Diversidade de Sexualidade e Gênero NEDSEG do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

Resolução IFTM n. 43, de 26 de novembro de 2012 que dispõe sobre a regulamentação do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (NEABI/IFTM)

3.3 Legislação referente à regulamentação da profissão

Resolução CNE/CES nº 18/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

4 BREVE HISTÓRICO DO CAMPUS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM – criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei n. 11.892, é uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Possui natureza autárquica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. No seu processo instituinte estão presentes, compondo sua estrutura organizacional, uma Reitoria localizada em Uberaba, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba, a Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia e as Unidades de Educação Descentralizadas de Paracatu e de Ituiutaba que, por força da Lei, passaram de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de Campus da nova instituição, passando a denominar-se, respectivamente, *campus* Uberaba, *campus* Uberlândia, *campus* Paracatu e *campus* Ituiutaba. O IFTM é composto, atualmente, pelos *campi* Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Uberlândia, Uberlândia Centro, Avançado Campina Verde e Avançado Uberaba Parque Tecnológico - CAUPT.

Assim como os demais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, disponibiliza a oferta da educação nos níveis de ensino médio, superior e pós-graduação e em suas modalidades (presencial e à distância), permitindo o ingresso do discente desde o Ensino Médio/Técnico até o nível superior e de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*.

O IFTM/CAUPT tem se destacado na oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância, ampliando as possibilidades de acesso à educação, no sentido de beneficiar uma gama muito maior de pessoas que, por necessidades diversas, espaciais, temporais, dentre outras, não conseguem se manter em um curso na modalidade presencial.

O *campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico foi criado pela Resolução nº 67/2014, e está localizado em área doada pela Prefeitura Municipal de Uberaba, sob a forma do termo de contrato de cessão de uso de área pública e imóvel nº 021/2010, situada à Rua Florestan Fernandes, 131, CEP: 38.001-970. O referido *campus* passa a integrar a Diretoria de Educação à Distância e a Unidade II do *campus* Uberaba. Nessa nova configuração, a Diretoria de Educação à Distância passa

a ser Unidade I e a Unidade II do *campus* Uberaba, passa a ser a Unidade II do *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico.

Enquanto Diretoria de Educação à Distância, antes da criação do *campus*, ofertava cursos na modalidade a distância de licenciatura (Letras, Matemática e Computação) pelo Programa Universidade Aberta do Brasil e cursos técnicos pelo Programa Rede e-Tec Brasil.

O Programa Rede e-Tec Brasil, criado em 2011, tinha como objetivo contribuir para democratização e interiorização da oferta dos cursos técnicos de nível médio na modalidade a distância para jovens e adultos visando a qualificação profissional. No IFTM, a adesão ao Programa Rede e-Tec e a autorização para funcionamento dos polos datam do ano de 2013. De 2013 a 2017, foram oferecidos dez cursos: técnico em administração, técnico em automação industrial, técnico em edificações, técnico em eletrônica, técnico em eletroeletrônica, técnico em Informática para internet, técnico em suporte em informática, técnico em segurança do trabalho, técnico em serviços públicos e técnico em informática.

Atualmente, o programa está inativo, não há ofertas de novos editais. Essa experiência propiciou o aprimoramento das ferramentas de interação e mediação do processo de ensino-aprendizagem na modalidade a distância.

O IFTM vem contribuindo com a ampliação e a interiorização da oferta de cursos superiores, por intermédio da educação a distância, oferecendo formação inicial para docentes da educação básica. A adesão do IFTM ao Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB se deu em 2012, quando houve a primeira oferta dos cursos de Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Computação, foram ofertadas um total de 315 vagas nos polos das cidades de: Araguari, Janaúba, Januária, Uberaba e Uberlândia. No ano de 2013 ofertamos o curso de Licenciatura em Letras-Português e suas Literaturas; foram 215 vagas nos polos das cidades de Uberaba, Araguari, Ituiutaba, Araxá e Coromandel.

No segundo semestre de 2014, o IFTM/UAB expande sua oferta de cursos para o estado de São Paulo ofertando 400 vagas, sendo 200 para o curso de Licenciatura em Letras-Português e 200 para o curso de Licenciatura em Matemática, distribuídas em quatro polos da capital: Polo Jardim Moreno, Jardim Paulistano, Jardim São Carlos e polo São João Clímaco.

Em 2017, ofertamos mais 360 vagas dos cursos de licenciatura em Computação e Licenciatura em Matemática nos polos das cidades de Araguari, Coromandel, Ituiutaba, Lagamar,

Uberaba, Frutal e Uberlândia. No segundo semestre desse mesmo ano ofertamos mais 307 vagas para os mesmos cursos nos polos de Divinópolis, João Pinheiro, Paracatu e Uberaba.

A oferta mais recente data do ano de 2021 com as turmas iniciando o curso no segundo semestre. Foram 560 vagas distribuídas nos polos de Araguari, Araxá, Coromandel, Frutal, Ituiutaba, João Pinheiro e Paracatu no Estado de Minas Gerais e no polo de Igarapava, no Estado de São Paulo.

Com relação aos cursos presenciais, o *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico oferta o Curso de Bacharelado em Engenharia de Computação, o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, o Curso Técnico em Computação Gráfica Integrado ao Ensino Médio e o Curso Técnico em Eletrônica Integrado ao Ensino Médio.

No nível da pós-graduação *stricto sensu*, o *campus* oferta o curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT). O objetivo do curso é proporcionar formação em educação profissional e tecnológica aos profissionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), visando a produção de conhecimento e o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado.

5 JUSTIFICATIVA

A educação a distância (EaD) constitui-se como um dos mais importantes instrumentos de difusão do conhecimento, sendo, portanto, uma estratégia de ampliação das possibilidades de democratização do acesso à educação. Assim, tem sido apontada como uma ferramenta alternativa para enfrentar o desafio da formação docente, meta consubstanciada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei n. 9.394/96) que exige que todos os docentes da Educação Básica tenham formação superior. Para garantir a consecução dessa meta, a EaD ganha relevância, principalmente nesse momento em que constitui ação prioritária da política pública brasileira a ampliação dos programas de formação – inicial e continuada – dos docentes, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação no País.

Há que se considerar ainda, a pertinência e importância da EaD na formação de docentes, por ser uma modalidade flexível de educação, possibilitando, por um lado, atenuar as dificuldades que os formandos enfrentam para participar de programas de formação em decorrência da extensão territorial e da densidade populacional do País e, por outro lado, atender

o direito de docentes e discentes ao acesso e domínio dos recursos tecnológicos que marcam o mundo contemporâneo.

A educação a distância, mediada pelas diferentes tecnologias, principalmente pelas tecnologias digitais, permite a docentes e discentes se envolverem em situações de ensino/aprendizagem em espaços e tempos que não compartilham fisicamente, mas que atendam às suas necessidades e possibilidades, contribuindo assim, para a garantia do direito à educação e ao exercício da cidadania.

Nesse sentido, o IFTM, consoante a sua missão e compromisso com o desenvolvimento da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e parte da Mesorregião Noroeste de Minas e do Brasil, almeja contribuir para a melhoria da Educação Básica e, para isso, vem adotando alternativas para potencializar suas ações no sentido de ampliar o acesso dos docentes à educação superior.

Sendo assim, elege como uma de suas ações prioritárias a formação de docentes utilizando a modalidade a distância, ferramenta alternativa que possibilita vencer as barreiras do tempo e do espaço e interligar contextos, sujeitos, saberes e práticas pedagógicas. Portanto, se propõe a ofertar o Curso Licenciatura em Letras - Português colaborando para a diminuição do déficit de profissionais habilitados nessa área, na região de atuação do IFTM (o que contribui para a melhoria da qualidade do ensino) e auxiliar na promoção do desenvolvimento dessa região, sabendo-se que a educação tem um papel primordial no processo de desenvolvimento econômico, social, cultural.

O IFTM acredita que com a oferta desses cursos, contribuirá para a ampliação das oportunidades de educação, permitindo o desenvolvimento das capacidades individuais, como também a igualdade de oportunidade de acesso ao mercado de trabalho e ao exercício da cidadania plena e responsável.

O Curso Licenciatura em Letras - Português, na modalidade EaD, está vinculado ao programa Universidade Aberta do Brasil, fundamenta-se na concepção de formação, pautada não somente na apropriação e utilização das tecnologias da informação e comunicação, mas, sobretudo, na formação de sujeitos construtores de conhecimento que reflitam sobre sua prática num mundo de rápidas mudanças e avanços tecnológicos.

Salienta-se ainda, que a formação dos docentes na modalidade EaD contribui para sua futura atuação nessa modalidade, assim como para sua continuidade de estudos. Nesse contexto,

o objetivo primordial deste curso é formar um profissional autônomo e pesquisador para o exercício da docência na área de Português.

O Curso Licenciatura em Letras - Português constitui-se de uma base formada por conhecimentos linguísticos e culturais que se inter-relacionam com o fenômeno educativo, compreendendo a linguagem como uma ferramenta de comunicação e de participação social, promovendo o desenvolvimento de cidadãos críticos e reflexivos. Espera-se contribuir para o cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade para a população em geral, com vistas a atender, de forma eficiente, as demandas de qualificação profissional para o mundo do trabalho progressivamente exigente.

O Curso fundamenta-se no desenvolvimento de uma formação científica dos estudos da língua, da linguagem e literatura que se realiza a partir de uma ampla variedade de estudos de interface com outras áreas do conhecimento que dizem respeito à atividade do pesquisador e do docente de língua materna. A formação do discente não pode prescindir de conhecimentos pedagógicos, filosóficos, sociológicos e históricos. Essa estruturação curricular representa relevância para a sociedade, devido à expansão da compreensão do conhecimento para além do estritamente técnico.

Desta forma, o curso de Licenciatura em Letras - Português representa mais um passo com vistas a consolidar a presença de qualidade do IFTM nas mais diversas áreas de sua abrangência, proporcionando assim, possibilidades de desenvolvimento socioeconômico, principalmente em função do papel destinado ao curso de formar docentes.

6 OBJETIVOS

6.1 Objetivo geral

Formar docentes para atuarem nos anos finais do ensino fundamental, ensino médio e educação profissional técnica de nível médio, competentes e com autonomia, integrando o conhecimento científico com a realidade e sendo capazes de lidar de forma sistemática, reflexiva e crítica com temas e questões relativas a conhecimentos linguísticos e literários, em diferentes contextos de oralidade e de escrita.

6.2 Objetivos específicos

Baseando-se nas propostas das diretrizes curriculares para a formação de docentes e para

os cursos de Licenciatura em Letras-Português, propõe-se oferecer uma formação sólida, oportunizando a experiência com o ensino, a pesquisa e a extensão e criar oportunidades pedagógicas que propiciem o desenvolvimento da autonomia do discente quanto à resolução de problemas, tomada de decisões, trabalho em equipe, comunicação, dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação profissional. Para tanto, propõe-se a:

- Proporcionar as condições teórico-prático-reflexivas para que o futuro docente de Língua Portuguesa compreenda sua práxis, buscando reconstruí-la continuamente, visando à melhoria da qualidade da educação e do ensino;
- Propiciar o domínio dos conhecimentos teóricos e práticos relacionados à área de conhecimento que será objeto de sua atividade de ensino, praticando formas de realizar a transposição didática;
- Desenvolver estudos e pesquisas sobre a prática como componente curricular vivenciada na escola, visando à compreensão e reflexão sobre o cotidiano escolar;
- Preparar o futuro profissional para enfrentar o contexto sócio-histórico-econômico e cultural dinâmico e competitivo, bem como, atuar como leitor e agente crítico na construção da cidadania;
- Possibilitar o desenvolvimento da competência de refletir sobre os fatos linguísticos e literários por meio da análise, da descrição e da explicação, com base em uma fundamentação teórica sólida;
- Utilizar as diferentes fontes de conhecimentos a fim de observar, analisar e criticar a realidade que os circunda, formulando problemas, levantando hipóteses e apontando soluções viáveis para as dificuldades do ensino e aprendizagem da língua portuguesa;
- Estabelecer a correlação entre teoria e prática, empregando no exercício da docência métodos que utilizem as unidades curriculares como realidades em construção, permeados de valores e atitudes coerentes, éticas e científicas;
- Atuar como agentes de cidadania no sentido de explicitar o papel da linguagem nos processos de identificação e de ação do indivíduo em seu grupo social;
- Proporcionar o estudo para selecionar, organizar e utilizar diferentes instrumentos de avaliação que favoreçam a aprendizagem;
- Oferecer o desenvolvimento do domínio dos diferentes usos da língua portuguesa, sua

gramática e suas literaturas;

- Promover a formação de leitores e produtores proficientes de textos de diferentes gêneros e para diferentes propósitos;
- Favorecer a compreensão de que os processos de ensino/aprendizagem são uma atividade humana em construção;
- Promover o entendimento da importância de atuar em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
- Possibilitar a assimilação crítica de novas tecnologias e conceitos científicos;
- Compreender a importância da formação contínua, da curiosidade, do espírito investigativo, da criatividade e da iniciativa na busca de soluções para questões individuais e coletivas relacionadas com o ensino de Língua Portuguesa, como forma de garantir a qualidade do processo de ensinar e aprender Português;
- Desenvolver habilidades que o capacitem para a preparação e o desenvolvimento de recursos didáticos e instrucionais relativos à sua prática e à avaliação de material didático;
- Estabelecer relações entre os conhecimentos de Língua Portuguesa e a realidade local, de modo a produzir um conhecimento contextualizado e aplicado ao cotidiano dos discentes.

7 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO (DCN, CNCST, PDI, PPI)

A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção de questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando:

I - cultura geral e profissional;

II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos discentes com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas;

III - conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação;

IV - conteúdo das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino;

V - conhecimento pedagógico;

VI - conhecimento advindo da experiência, por meio da extensão articulada ao ensino e à pesquisa.

A Licenciatura em Letras - Português deverá contribuir para que o discente desenvolva as seguintes competências e habilidades:

O domínio da língua portuguesa nas modalidades oral e escrita, bem como a compreensão crítica de suas variedades linguísticas nas perspectivas sincrônica e diacrônica;

A reflexão sobre linguagem, língua e literatura e suas relações com a cultura, a produção e a aquisição do conhecimento, os processos de aprendizagem e escolarização, a constituição do sujeito, a construção de discursos e a formação docente;

A compreensão crítica das condições de uso da linguagem e a capacidade de reflexão sobre a linguagem como um fenômeno semiológico, psicológico, social, educacional, político e histórico;

O domínio e a articulação de um repertório científico, estético e cultural que se constitua em ferramenta de leitura, análise, interpretação e crítica de textos de variados gêneros, considerando suas implicações para os processos de ensino-aprendizagem e de formação docente, nos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e no Ensino Técnico de Nível Médio;

A capacidade de compartilhar saberes com docentes de diferentes áreas/unidades curriculares de conhecimento, e articular as contribuições dessas áreas com o seu trabalho;

A articulação teórico-epistemológica de conhecimentos linguísticos, literários, pedagógicos e aqueles advindos da experiência, com o domínio dos conteúdos, métodos e práticas pedagógicas que permitam a constituição de objetos de ensino/estudo, sua reelaboração e a aprendizagem, considerando os diferentes níveis de ensino em que poderá atuar;

A capacidade de criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos discentes, utilizando o conhecimento das áreas ou disciplinas a serem ensinadas, das temáticas sociais transversais ao currículo escolar, dos contextos sociais considerados relevantes para a aprendizagem escolar, bem como as especificidades didáticas envolvidas;

A capacidade de analisar e mediar situações de ensino-aprendizagem de língua portuguesa e da literatura à luz de modelos teóricos que contemplem as especificidades dos objetos de conhecimento da área de Letras, dos objetos de ensino elaborados no contexto escolar

e as particularidades da apropriação de práticas de escrita, leitura, oralidade e análise linguística nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico de Nível Médio;

A utilização de estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, a formulação de propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento de diferentes capacidades dos discentes;

A atuação, enquanto educador, na perspectiva interdisciplinar dos saberes e dentro de uma visão em que o sujeito, ao construir conhecimentos, constitui a si mesmo e interfere diretamente na realidade;

Atuar como docente, estimulando a investigação científica com visão de avaliação crítica e reflexiva.

8 PERFIL E CERTIFICAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

O curso de Licenciatura em Letras - Português não prevê certificações intermediárias.

9 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CONCEPÇÃO CURRICULAR DO IFTM.

O processo de educação consiste em condição intrínseca aos seres humanos ao longo do tempo e pressupõe relações sociais complexas, por meio das quais o processo de humanização ocorre continuamente, promovendo a assimilação e a aprendizagem conjunta de valores, padrões, normas e comportamentos comuns aos grupos.

Como a educação está intimamente envolvida com outras dimensões da realidade social, o processo educativo consiste em condição *sine qua non* para a plenitude das potencialidades humanas, destacadamente voltadas para o mundo do trabalho e para o exercício dos direitos e dos deveres políticos.

Em 2008, no cenário brasileiro, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), atendendo à necessidade de um empreendimento de processos integralizadores que perpassa as diversas facetas da humanidade, nos mais diversos aspectos. Dadas as suas características pluricurriculares e de verticalização do ensino, destacando-se a Educação Profissional e Tecnológica, os IFs buscam exatamente cobrir lacunas neste sentido.

Como instituição voltada para a educação, o Instituto tem o compromisso de promover ainda a prática constante da reflexão sobre o próprio objeto de seu trabalho, e isso ocorre tanto por parte dos docentes como dos técnicos administrativos, os quais entendem a obrigação que lhes é pertinente

de “[...] questionar permanentemente sobre o objetivo de seu trabalho, sobre os sujeitos de sua prática, sobre o sentido dos procedimentos que utiliza, sobre o que é conhecimento, sobre efetividade, sobre métodos, sobre os conteúdos que veicula [...]” (LUCKESI, 1990, p. 43). Dessa forma, o IFTM compromete-se com a formação humana em seus principais aspectos, numa visão integrada entre saberes e realidade.

Dentre as dimensões do processo educativo, para fins de reflexão, destaca-se a questão do trabalho, entendido como intervenção direta do ser humano na realidade a sua volta; destaca-se ainda a tecnologia, compreendida como teorização e aplicação pragmática dos saberes acumulados pelo conhecimento humano, sobretudo o científico.

Aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia cabem a formação inicial e a formação continuada de docentes comprometidos com o projeto social de integralização entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Devendo tal formação estar fundamentada na promoção e emancipação humana em suas diversas realidades.

Nessa perspectiva, Sacristán e Gómez (2000) afirma que o currículo é um conjunto de objetivos de aprendizagem selecionados que devem dar lugar à criação de experiências apropriadas que tenham efeitos cumulativos avaliáveis, de modo que se possa manter o sistema numa revisão constante, para que nele se operem as oportunas reacomodações, portanto, adequando-se à dinâmica do conhecimento e da tecnologia do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, o IFTM é uma instituição de educação básica e superior, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, fundamentada na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei nº 11.892/2008. No âmbito da educação superior tem como objetivo ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de docentes para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências, matemática e para a educação profissional.

A presente proposta pedagógica é orientada pelas seguintes diretrizes pedagógicas do IFTM: formação humanística; formação profissional, científica e tecnológica; cidadania; ética; desenvolvimento social de solidariedade e trabalho em equipe; educação ambiental; inclusão social e o trabalho como princípio educativo.

A organização didática pedagógica do curso de Licenciatura em Letras-Português obedece ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O ensino é inspirado nos

princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade, igualdade e sustentabilidade, tendo por finalidades o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho.

Dessa forma, a proposta pedagógica do curso de Licenciatura em Letras-Português é orientada por um ensino crítico e contextualizado, para atender às atuais exigências profissionais. A metodologia de ensino, juntamente com a seleção, a estrutura do conteúdo e as condições de aprendizagem foram pensadas para proporcionar ao discente um modo de assimilação significativa e crítica da ciência, da tecnologia, da inovação e da cultura, de forma que possa confrontá-las com as necessidades e os interesses socioculturais. Além disso, o curso se pauta também pelos ideais e os fins da educação nacional previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, na legislação que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 e em suas regulamentações, tendo em vista a formação integral dos discentes.

10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

10.1 Estrutura e desenvolvimento do currículo

O arranjo espaço/temporal na organização curricular leva em consideração a pluralidade de concepções, de experiências, de ritmos, de culturas, de interesses, de diversidade etc. O currículo e a sua forma de realização organizam-se de modo a valorizar e enriquecer a convivência humana com toda a sua complexidade.

O currículo é estruturado para atender ao perfil do egresso, considerando os aspectos legais e buscando a flexibilização dos tempos e espaços coletivos e individuais presenciais e virtuais. Portanto, reconhece-se que cada sujeito tem seu ritmo próprio de aprendizagem, o modo singular de pensamento, movimento e ação e a aprendizagem só ganha sentido na relação que o sujeito estabelece e relaciona com o outro, com o conhecimento e com o mundo.

A organização curricular sistematiza-se em quatro núcleos: Formação Específica da área de Letras-Português, Formação geral em eixos interdisciplinares, Formação pedagógica, Formação profissional e Formação de Enriquecimento Curricular. Os núcleos estão organizados de forma interligada e integrada, constituindo um percurso de oito semestres. O curso é desenvolvido buscando atender às reais condições do cotidiano e necessidades dos discentes, o que permite definir

a melhor tecnologia e metodologia a serem utilizadas, estabelecer os momentos presenciais necessários e obrigatórios, previstos em lei, estágios supervisionados, práticas como componente curricular, organização da mediação de docentes e tutorias, dentre outras estratégias.

Portanto, a estruturação curricular possibilita a interdisciplinaridade e a contextualização, o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva dos discentes, incentivando-os a aprender a aprender constantemente. Assim, o objetivo do conteúdo sistematizado por meio da organização curricular é criar possibilidades para que os discentes se apropriem dos diferentes saberes disponibilizados e, num movimento de reflexão constante, ressignificar outros conhecimentos previamente adquiridos e construir novos conhecimentos, novas competências.

10.2 Formas de ingresso

Para o ingresso no Curso de Licenciatura em Letras-Português é necessária a realização de processo seletivo, que avaliará os conhecimentos prévios adquiridos no Ensino Médio ou equivalente. Os fatores condicionantes para o ingresso dar-se-ão nos termos da Lei 9.394/96 e do Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos cursos de Graduação do IFTM. O processo seletivo é regido por edital, sendo organizado e realizado pela Comissão Permanente de Processo Seletivo – COPESE, do IFTM.

Matrícula (semestral ou anual)	Periodicidade letiva (semestral ou anual)
Conforme publicação dos editais da CAPES	

10.3 Turno de funcionamento, vagas, nº de turmas e total de vagas anuais

Turno de funcionamento	Vagas por turma	Nº. de turmas/ano	Total de vagas anuais
Multiperiódico	40	Condicionado à oferta de editais da CAPES (Usualmente, 5 turmas)	200
Funcionamento dos encontros presenciais			
Periodicidade dos encontros presenciais	Dias	Horários	
Preferencialmente 5 (cinco) encontros presenciais por semestre, conforme necessidade.	Sextas-feiras	19h – 22h30	
	Sábados	8h – 12h 13h30 – 7h30	

10.4 Tempo de integralização da carga horária

Limite mínimo (8 semestres)	Limite máximo (16 semestres)
--------------------------------	---------------------------------

10.5. Fluxograma

A organização curricular do curso de Licenciatura em Letras-Português se articula visando contemplar as dimensões:

I - conhecimento profissional em diferentes espaços;

II - desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;

III - articulação entre transdisciplinaridade e interdisciplinaridade;

IV – articulação entre formação comum e a formação específica;

V - conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa.

O percurso do curso é permeado em todo seu desenvolvimento por ações que evidenciem a compreensão de temas que transcendam ao seu ambiente próprio de formação e importantes para a realidade contemporânea, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência. De forma interdisciplinar e articulando com as unidades curriculares do curso serão desenvolvidas ações e estudos que abranjam a educação das relações étnico-raciais, o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a educação em direitos humanos e a educação ambiental. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente nas unidades curriculares, no estágio e na prática como componente curricular a partir de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, fortalecendo assim, uma consciência crítica e responsável sobre a problemática ambiental e social. Desta forma, contemplando os aspectos citados anteriormente, a estrutura do curso apresenta a seguinte organização e fluxograma:

Núcleos de formação	Eixos interdisciplinares
Formação Específica da área de Letras-Português	Educação Profissional e Tecnológica no Brasil
Formação geral em eixos interdisciplinares	Educação de Jovens e Adultos: Metodologias e Abordagens
Formação pedagógica	Educação Inclusiva
Formação profissional	Libras
Formação Enriquecimento Curricular	Direitos Humanos e Educação Ambiental
	Ensino e Tecnologias: Metodologias Ativas em Educação

Semestres/Carga horária							
1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°
Introdução à EaD e à Informática Básica	Fundamentos Sociológicos da Educação	Estudos Linguísticos I: Introdução aos Estudos Linguísticos	Estudos Linguísticos II: Gerativismo e Funcionalismo	Estudos Linguísticos III: Sociolinguística	Estudos Linguísticos IV: Linguística Textual	Estudos Linguísticos V: Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Materna	Estudos Linguísticos VI: Análise do Discurso
45h	45h	60h	60h	60h	60h	60h	60h
Fundamentos Filosóficos da Educação	Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	Língua Portuguesa I: História da Língua Portuguesa	Língua Portuguesa II: Fonética e Fonologia	Língua Portuguesa III: Morfologia	Língua Portuguesa IV: Semântica e Estilística	Libras	Direitos Humanos e Educação Ambiental
45h	45h	60h	60h	60h	60h	60h	60h
Fundamentos Históricos da Educação	Psicologia da Educação	Literatura Portuguesa	Literatura Brasileira I: Da colônia ao romantismo	Literatura Brasileira II: Do realismo aos nossos dias	Planejamento e Avaliação Educacional	Currículos e Programas	Ensino e tecnologias: Metodologias Ativas em Educação
45h	45h	45h	60h	60h	45h	60h	60h
Sociedade, Educação e Cultura	Didática Geral	Literatura Africana de Língua Portuguesa	Gestão Escolar	Organização do Trabalho Docente	Educação Inclusiva		Língua Portuguesa V: Sintaxe
45h	45h	60h	45h	50h	60h		60h
Metodologia da Pesquisa em Educação	Política e Legislação Educacional	Produção Textual Acadêmica	Educação de Jovens e Adultos: Metodologias e Abordagens				
45h	45h	60h	45h				
PCCI	PCC II	PCC III	PCC IV	PCC V	PCC VI	PCC VII	PCC VIII
45h	45h	45h	45h	45h	60h	60h	55h
	AC I	AC II	AC III	AC IV	AC V	AC VI	AC VII
	30h	30h	30h	30h	30h	30h	20h
	Extensão I	Extensão II	Extensão III	Estágio I	Estágio II	Estágio III	Estágio IV
	120h	100h	100h	100h	100h	100h	100h
Unidades Curriculares	Atividades Complementares (AC)	Prática como Componente Curricular (PCC)		Estágio Supervisionado	Curricularização das atividades de extensão		Total do curso
1.880h	200h	400h		400h	320h		3.200h

10.6 Matriz Curricular					
Período	Unidade curricular	CARGA HORÁRIA			
		Teórica	Prática	Estágio	Total
1º	Introdução à Educação a Distância e à Informática Básica	30h	15h	-	45h
	Fundamentos Filosóficos da Educação	45h	-	-	45h
	Fundamentos Históricos da Educação	45h	-	-	45h
	Sociedade, Educação e Cultura	30h	15h	-	45h
	Metodologia da Pesquisa em Educação	30h	15h	-	45h
	PCC I	-	45h	-	45h
TOTAL		180h	90h	-	270h
Período	Unidade curricular	CARGA HORÁRIA			
		Teórica	Prática	Estágio	Total
2º	Fundamentos Sociológicos da Educação	30h	15h	-	45h
	Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	30h	15h	-	45h
	Psicologia da Educação	30h	15h	-	45h
	Didática Geral	30h	15h	-	45h
	Política e Legislação Educacional	30h	15h	-	45h
	PCC II	-	45h	-	45h
	Extensão I	20h	100h	-	120h
	AC I	-	-	-	30h
TOTAL		170h	220h	-	420h
Período	Unidade curricular	CARGA HORÁRIA			
		Teórica	Prática	Estágio	Total
3º	Estudos Linguísticos I: Introdução aos Estudos Linguísticos	45h	15h	-	60h
	Língua Portuguesa I: História da Língua Portuguesa	45h	15h	-	60h
	Literatura Portuguesa	30h	15h	-	45h
	Literatura Africana de Língua Portuguesa	45h	15h	-	60h
	Produção Textual Acadêmica	45h	15h	-	60h
	PCC III	-	45h	-	45h
	Extensão II	-	100h	-	100h
	AC II	-	-	-	30h
TOTAL		210h	220h	-	460h
Período	Unidade curricular	CARGA HORÁRIA			
		Teórica	Prática	Estágio	Total
4º	Estudos Linguísticos II - Gerativismo e Funcionalismo	45h	15h	-	60h
	Língua Portuguesa II: Fonética e Fonologia	45h	15h	-	60h
	Literatura Brasileira I: Da Colônia ao Romantismo	45h	15h	-	60h
	Gestão Escolar	30h	15h	-	45h

	Educação de Jovens e Adultos: Metodologias e Abordagens	45h	-	-	45h
	PCC IV	-	45h	-	45h
	Extensão III	-	100h	-	100h
	AC III	-	-	-	30h
TOTAL		210h	205h	-	445h
Período	Unidade curricular	CARGA HORÁRIA			
		Teórica	Prática	Estágio	Total
5º	Estudos Linguísticos III: Sociolinguística	45h	15h	-	60h
	Língua Portuguesa III: Morfologia	45h	15h	-	60h
	Literatura Brasileira II: Do Realismo aos nossos dias	45h	15h	-	60h
	Organização do Trabalho Docente	35h	15h	-	50h
	PCC V	-	45h	-	45h
	AC IV	-	-	-	30h
	Estágio I	-	-	100h	100h
TOTAL		170h	105h	100h	405h
Período	Unidade curricular	CARGA HORÁRIA			
		Teórica	Prática	Estágio	Total
6º	Estudos Linguísticos IV: Linguística Textual	45h	15h	-	60h
	Língua Portuguesa IV: Semântica e Estilística	45h	15h	-	60h
	Planejamento e Avaliação Educacional	30h	15h	-	45h
	Educação Inclusiva	45h	15h	-	60h
	PCC VI	-	60h	-	60h
	AC V	-	-	-	30h
	Estágio II	-	-	100h	100h
TOTAL		165h	120h	100h	415h
Período	Unidade curricular	CARGA HORÁRIA			
		Teórica	Prática	Estágio	Total
7º	Estudos Linguísticos V: Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Materna	45h	15h	-	60h
	Libras	45h	15h	-	60h
	Currículos e Programas	45h	15h	-	60h
	PCC VII	-	60h	-	60h
	AC VI	-	-	-	30h
	Estágio III	-	-	100h	100h
TOTAL		135h	105h	100h	370h
Período	Unidade curricular	CARGA HORÁRIA			
		Teórica	Prática	Estágio	Total
8º	Estudos Linguísticos VI: Análise do Discurso	45h	15h	-	60h
	Direitos Humanos e Educação Ambiental	45h	15h	-	60h
	Ensino e Tecnologias: Metodologias Ativas em Educação	45h	15h	-	60h
	Língua Portuguesa V: Sintaxe	45h	15h	-	60h
	PCC VIII	-	55h	-	55h

	AC VII	-	-	-	20h
	Estágio IV	-	-	100h	100h
TOTAL		180h	115h	100h	415h

10.8 Distribuição da carga horária geral					
Estágio	Atividades Complementares	Curricularização da Extensão	PCC	Unidades curriculares	Total
400h	200h	320h	400h	1.880h	3.200h

10.9 Resumo da carga horária	
Períodos	Carga horária (hora-relógio)
1º Período	270h
2º Período	420h
3º Período	460h
4º Período	445h
5º Período	405h
6º Período	415h
7º Período	370h
8º Período	415h
Total	3.200h

11. UNIDADES CURRICULARES			
Unidade Curricular: Introdução à Educação a Distância e à Informática Básica			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
1º	30h	15h	45h
Ementa:			
Educação a distância: evolução histórica, características gerais e especificidades. A função do docente, do tutor e do discente. A gestão do tempo na EaD. Ambiente Virtual de Aprendizagem na Educação a Distância: Moodle. Netiqueta. Plágio. Ferramentas computacionais utilizadas na elaboração de textos, planilhas e pesquisas na Internet.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Aprender a utilizar o ambiente virtual de aprendizagem que será usado como um mediador no processo de ensino-aprendizagem durante todo o curso; • Conhecer essa modalidade de ensino, sua história, evolução e características; • Distinguir as funções dos sujeitos envolvidos na EaD e compreender o papel de discente em um curso a distância; • Desenvolver a gestão do tempo para o bom aproveitamento do curso a distância; 			

<ul style="list-style-type: none"> • Compreender como as tecnologias da Educação contribuem para a profissionalização da sociedade atual, apresentando suas principais vantagens. • Desenvolver recursos didáticos que promovam a interação e a comunicação a partir das tecnologias. • Aprender a utilizar ferramentas do Office para edição de textos, apresentação e elaboração de planilhas. 			
Bibliografia Básica:			
<p>BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância. Referenciais de qualidade para educação superior à distância. Brasília: MEC-SEED, 2007.</p> <p>COX, Joyce; PREPPERNAU, Joan. Microsoft Office Word 2007: passo a passo. Porto Alegre: Bookman, 2007.</p> <p>ERCILIA, Maria. A internet. São Paulo: Publifolha, 2000.</p> <p>IFCE, Universidade Aberta do Brasil. Educação a Distância. Fortaleza, UAB/IFCE, 2010.</p> <p>LEVY, Pierre. Cibercultura. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 1997.</p> <p>MILL, D. Educação a distância e trabalho docente virtual. 2006. 322f. Tese (Doutorado em Educação). FAE/UFMG, Belo Horizonte, 2006.</p> <p>MORAN, J. M., MASETTO, M. T. e BEHRENS, M. A. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. Campinas, SP: Papyrus, 2000.</p> <p>MUELLER, John Paul. Aprenda Microsoft Windows XP em 21 dias. São Paulo: Makron Books, 2004.</p> <p>VALENTE, J. A., MORAN, J. M e ARANTES, V. A. Educação a Distância: pontos e contrapontos. SP: Summus, 2011.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>BELLONI, M. L. Educação a distância. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.</p> <p>FRYE, Curtis. Microsoft Office Excel 2007: passo a passo. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p> <p>JOYCE, Jerry; MOON, Marianne. Windows Vista: rápido e fácil. Porto Alegre: Bookman, 2007.</p> <p>MAIA, C. Guia Brasileiro de Educação a Distância. São Paulo: Esfera, 2002.</p> <p>MAGGIO, M. O tutor na educação a distância. In: LITWIN, E. (org.). Educação a distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>MORAN, J. M. Contribuições para uma pedagogia da educação online. In: SILVA, M. (Orgs). Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa. São Paulo, Loyola, p.39-73, 2003.</p>			
Unidade Curricular: Fundamentos Filosóficos da Educação			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
1º	45h	-	45h
Ementa:			
Filosofia e Educação. Senso comum e consciência filosófica. Ética e Educação. Conhecimento e formas de conhecimento. Ideologia e contra ideologia. A contribuição da filosofia para o pensamento pedagógico.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Perceber a importância da filosofia para a cultura ocidental; • Compreender a importância da filosofia para a construção do pensamento pedagógico; 			

<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver o pensamento crítico; • Estabelecer relações entre a filosofia e a educação de modo a compreender a realidade educacional brasileira, seus impasses e possibilidades. 			
Bibliografia Básica:			
<p>LUCKESI, Cipriano C. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1991.</p> <p>OLIVEIRA, Manfredo. A dimensão ética da educação. In MARCON, T. (Org.) Educação e universidade: práxis e emancipação – uma homenagem a Elli Benincá. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 385-398.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 13. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2000.</p> <p>SEVERINO, A. J. Educação, ideologia e contra ideologia. São Paulo: EPU, 1986.</p> <p>SEVERINO, A. J. Filosofia da educação: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>OLIVEIRA, Manfredo. A. de. Correntes fundamentais da ética contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>PERIN, Martha Sozo. O pensar que redimensiona a educação. Porto Alegre: Alcance, 2003.</p> <p>REBOUL, O. O que é aprender? Lisboa: Almodina, 1982.</p>			
Unidade Curricular: Fundamentos Históricos da Educação			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
1º	45h	-	45h
Ementa:			
Surgimento da educação: o fenômeno da educação na história. Histórico da educação no Brasil, os movimentos educacionais. História das ideias pedagógicas.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as influências históricas sobre a educação e o ensino que fundamentam práticas educativas, profissionais e cidadãs. • Conhecer e discutir a história das ideias pedagógicas. • Saber contextualizar os movimentos educacionais com a construção de uma concepção de cidadania no Brasil. 			
Bibliografia Básica:			
<p>GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas. 8ª ed. São Paulo: Ática. 2005.</p> <p>ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da educação no Brasil. 29ª ed. Petrópolis. Editora Vozes Ltda. 1998.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação, sujeito e história. São Paulo: Olho d'Água, 2001.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>NÓVOA, António. História da Educação: percursos de uma disciplina. Texto apresentado pelo autor no Seminário Formação de Docentes, Universidade de São Paulo, FEUSP, dezembro, 1996, mimeo, p. 3-4. Disponível em: http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/3198/1/AP_1996_4_417.pdf </p>			

XAVIR, Maria Elizabete. História da educação: A escola no Brasil . SÃO PAULO: FTD, 1994.			
Unidade Curricular: Sociedade, Educação e Cultura			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
1º	30h	15h	45h
Ementa:			
Diversidade cultural e interações humanas. Enfoques teóricos da Antropologia da Educação. A importância da Antropologia na formação do educador. Educação e Cultura. Educação e trabalho. Relações étnico-raciais. Cultura Afro-brasileira e indígena.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o campo de estudos da antropologia da educação; • Refletir sobre alteridade e diversidade cultural no ambiente escolar; • Discutir as questões étnico-raciais problematizando a manifestação de discursos e práticas discriminatórias no ambiente escolar; • Debater as relações entre trabalho e educação frente às novas tecnologias. • Propor novas práticas educativas pautadas na emancipação dos sujeitos, no reconhecimento e no respeito à diversidade. 			
Bibliografia Básica:			
<p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura. Ed. Rev. e Amp. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2002.</p> <p>DAYRELL, Juarez (Org.) Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996.</p> <p>GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia e educação: origens de um diálogo. In: Cadernos Cedes, Antropologia e educação, Campinas, n.43,1997, p.8-25.</p> <p>LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um conceito antropológico. 22. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.</p> <p>MUNANGA, Kabengele (Org.) Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 1999.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1987.</p> <p>SAVIANNI, Demerval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar M. L.; MADEIRA, Felicias R.; FRANCO, Maria Laura P. B. (Orgs.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-168.</p>			
Unidade Curricular: Metodologia da Pesquisa em Educação			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
1º	30h	15h	45h
Ementa:			

A ciência e a produção do conhecimento científico. A pesquisa em educação: abordagens, tipos e orientações metodológicas. A pesquisa qualitativa. Pesquisa-ação. Pesquisa na escola. Conhecer revistas científicas na área da educação e analisar artigo sintetizando problema de pesquisa, objetivos, justificativa, referencial teórico, metodologia, resultados e considerações finais.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Discutir como é produzido o conhecimento científico; • Conhecer os métodos e metodologias de pesquisa mais utilizados na Pesquisa Educação; • Refletir sobre a importância da pesquisa na escola para a construção de novas práticas pedagógicas. 			
Bibliografia Básica:			
ANGROSINO, Michael. Etnografia e observação participante . Trad. José Fonseca. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.			
ANDRÉ, M.C.D.A. Etnografia da Prática Escolar . Campinas, SP. Papirus, 1995.			
CAMPOS, M.M; FÁVERO, O. A pesquisa em Educação no Brasil . Cad. Pesq. São Paulo, n.88, p.5-17, fev. 1994.			
CANDAU, V.M, LELIS, I.A. A relação teoria–prática na formação do educador . In. Tecnologia Educacional, ano XII, n. 55, nov/dez. 1983.			
DEMO, Pedro. Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos . Brasília: Líber Livro Editora, 2008.			
KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica . 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.			
LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas . São Paulo: E.P.U., 1986. ZABALZA, M. A. Diários de Aula. Contributo para o estudo dos dilemas práticos dos docentes . Porto: Porto Editora, 1994.			
ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em Educação . Cad. Pesq. São Paulo, n.77, p. 53- 61, maio, 1991.			
ANDRÉ, M.C.D.A. Etnografia da Prática Escolar . Campinas, SP. Papirus, 1995.			
BAGNO, Marcos. Pesquisa na Escola - o que é como se faz . 21 ed. São Paulo: Loyola, 2007.			
CAMPOS, M. M.& FÁVERO, Osmar. A pesquisa em Educação no Brasil . Cadernos de Pesquisa. São Paulo (88):5-17, fev. 1994.			
LÜDKE, Menga. O docente, seu saber e sua pesquisa . In: Revista Educação & Sociedade, ano XXII, nº 74, abril/ 2001. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a06v2274.pdf > Acessado em outubro de 2008.			
Unidade Curricular: PCC I			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática:	C. H. Total
1º	-	45h	45h
Ementa:			
O foco é a escola. Conhecimento da escola pública, a comunidade escolar e seu entorno. A escola como uma organização educativa e seu projeto político-pedagógico. A escola, sua comunidade acadêmica e a realidade. O trabalho coletivo na escola. A gestão escolar e participação democrática e coletiva de sua comunidade.			
Objetivos:			

<ul style="list-style-type: none"> • Descobrir a realidade da escola como um campo de pesquisa, como projeto de conhecimentos que possibilite a consciência crítica de refletir, de construir uma visão da realidade escolar e assim, pensar ações de transformação. 			
Bibliografia Básica:			
GAMBOA, M. C. Prática de ensino . Alagoas: EDUFAL, 2011. TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins. Temas atuais em didática . Belo Horizonte: UFMG, 2010. TIBEAU, C. C. P. M. Didática com criatividade . São Paulo: Icone, 2011.			
Bibliografia Complementar:			
ALARCÃO, I. Docentes reflexivos em uma escola reflexiva . São Paulo: Cortez, 2010. AYRES, Antônio Tadeu. Prática pedagógica competente: ampliando os saberes do docente . Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012. CAMPOS, C. de M. Saberes docentes e autonomia de docentes . Rio de Janeiro: Vozes, 2011. GUIMARÃES, V. S. Formação de Docentes: saberes, identidade e profissão . Campinas: Papirus, 2004. IMBERSON, F. Formação continuada de docentes . Porto Alegre: Artmed, 2010.			
Unidade Curricular: Fundamentos Sociológicos da Educação			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
2º	30h	15h	45h
Ementa:			
Conceituação de sociologia, educação e escola. A Sociologia como instrumento de conhecimento e interpretação da realidade socioeducacional. Compreensão das transformações da sociedade capitalista e dos fenômenos da inclusão e da exclusão social. A contribuição dos clássicos para discussão do conceito de sociedade e de educação. Educação e sociedade na perspectiva do paradigma do consenso e do conflito.			
Objetivo:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e discutir a contribuição da Sociologia da Educação no debate contemporâneo sobre teorias sociais e a educação. 			
Bibliografia Básica:			
DURKHEIM, E. Educação e sociologia . Vozes, 2014. QUINTANEIRO, T. Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber . 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002. MARX, K; ENGELS, F. Crítica da Educação e do Ensino . Lisboa: Moraes, 1978. PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. Sociologia da educação . São Paulo: Ática, 2010. WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo . Martin Claret, 2001.			
Bibliografia Complementar:			
DEMO, Pedro. Sociologia da Educação . Brasília: Plano, 2004. GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação . 7. ed. São Paulo-SP: Cortez, 2009. MEKSENAS, Paulo. Sociologia da Educação: Introdução ao estudo da escola no processo de transformação social . 14. ed. São Paulo: Loyola, 2010.			

SILVA, T. T. O que se produz e o que se reproduz em educação , Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.			
TURA, M.L.R. (org.) Sociologia para educadores . Rio de Janeiro: Quartet, 2001.			
Unidade Curricular: Educação Profissional e Tecnológica no Brasil			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
2º	30h	15h	45h
Ementa:			
A busca da rearticulação entre trabalho e educação para uma formação humana integral. As mudanças no mundo do trabalho e as novas exigências formativas dos trabalhadores em uma perspectiva de emancipação dos sujeitos. O trabalho como princípio educativo. Trabalho simples e trabalho complexo. A relação entre o ambiente acadêmico/escolar e o setor produtivo: os desafios de superação do capitalismo dependente brasileiro. O ensino médio integrado como travessia para a educação politécnica ou educação tecnológica. A Educação de Jovens e Adultos e sua articulação com a Educação Profissional e Tecnológica.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as mudanças no mundo do trabalho; • Entender como o trabalho pode assumir um princípio educativo; • Diferenciar os tipos de trabalho; • Compreender os desafios do capitalismo dependente; • Discutir a educação profissional no ensino médio integrado. 			
Bibliografia Básica:			
ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a qualificação e a negação do trabalho . São Paulo: Boitempo, 1999.			
FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições . São Paulo: Cortez, 2005.			
MOLL, Jaqueline et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades . Porto Alegre: Artmed, 2010.			
SAVIANI, Dermeval. Sobre a concepção de politécnia . Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.			
SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos . Revista Brasileira de Educação. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.			
Bibliografia Complementar:			
FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe . Revista Brasileira de Educação. v. 14, n. 40, p. 168-194, jan. /abr. 2009.			
NEVES, Lúcia M. W.; PRONKO, Marcela A. O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo . Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008.			
OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele. (orgs.). A era da indeterminação . São Paulo: Boitempo, 2007, p. 15-45.			

RODRIGUES, José. O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria . Campinas/SP: Autores Associados, 1998.			
Unidade Curricular: Psicologia da Educação			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
2º	30h	15h	45h
Ementa:			
Introdução ao estudo da Psicologia como ciência: seu objeto de estudo. Introdução à psicologia da educação. Introdução à psicologia do desenvolvimento. Fatores do desenvolvimento humano que interferem na aprendizagem: aspectos biopsicossociais e culturais. Determinantes do comportamento humano. A criança e ao adolescente: características e problemas gerais. Teorias da aprendizagem e suas implicações educacionais. Instituições de ensino: espaço compartilhado da formação da consciência e construção do conhecimento; relação docente – discente. Distúrbios da aprendizagem.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer acerca do desenvolvimento biopsicossocial e da aprendizagem humana que habilitem o discente a atuar adequadamente no contexto escolar. • Definir os processos e princípios que norteiam o desenvolvimento, bem como as fases evolutivas humanas, a fim de fundamentar de modo científico o fazer pedagógico; • Analisar conceitos e estudos acerca da aprendizagem e possibilitar uma visão crítica sobre o processo de ensinar e aprender. 			
Bibliografia Básica:			
<p>COLL, César.; MONEREO, Carlos. Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>PEFROMM NETTO, Samuel. Psicologia da Aprendizagem e do Ensino. 1 ed. São Paulo: Editora EPU Pedagógica, 1987.</p> <p>PATTO, Maria Helena Souza. Introdução a psicologia escolar. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>GOULART, Íris Barbosa. Psicologia da Educação: Fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>AUSUBEL, David Paul. Psicologia Educacional. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 1980.</p> <p>BOCK, Ana Mercês Bahia.; FURTADO, Odair.; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao ensino de psicologia. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.</p> <p>CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia da Aprendizagem. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p>			
Unidade Curricular: Didática Geral			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
2º	30h	15h	45h
Ementa:			

<p>Concepções de educação e as teorias pedagógicas. A relação entre educação, didática e sociedade. A didática e seus fundamentos históricos, filosóficos e sociais. A contribuição da didática para a formação do discente. Estudo da função da didática como elemento organizador de fatores que influem nos processos de ensino e de aprendizagem. Relações sobre conteúdo-método, teoria-prática, escola-sociedade, docente-discente; ensino-aprendizagem; discente-discente. Didática, ensino e aprendizagem na perspectiva da teoria histórico-cultural. Transmissão e transposição didática.</p>			
<p>Objetivos:</p>			
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a percepção de fenômenos que interferem no processo de ensino-aprendizagem que visa articular as diversas áreas do saber através de ações pedagógicas. • Refletir sobre atividades que possibilitem compreender os elementos que constituem a organização do processo de ensino-aprendizagem. 			
<p>Bibliografia Básica:</p>			
<p>ANDRÉ, Marli e OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (Orgs.). Alternativas no ensino da Didática. São Paulo: Papirus, 1997. CANDAUI, Vera M. F. (org.). Rumo a uma nova didática. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. Papirus, 2007. FREITAS, Luís Carlos. Crítica da organização do trabalho e da didática. Campinas: Papirus, 1997. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. 43.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. 4. ed. Campinas: PIMENTA, S. G. Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999. MORAN, Manuel José; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.</p>			
<p>Bibliografia Complementar:</p>			
<p>BARRETO, Raquel Goulart. Formação de docentes, tecnologias e linguagens. 1. Ed. São Paulo: Loyola, 1992. DEMO, Pedro. Educação hoje: novas tecnologias, pressões e oportunidades. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1988. GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. 8. Ed. São Paulo: Ática, 1994. HERNANDES, F. A Organização do Currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010. SCHLUNZEN JUNIOR, Klaus. Aprendizagem, cultura e tecnologia. 1. ed. São Paulo: Papirus Unesp, 1989. TAJRA, Sanmya F. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o docente na atualidade. 8. ed. São Paulo: Érica, 2008.</p>			
<p>Unidade Curricular: Política e Legislação Educacional</p>			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
2º	30h	15h	45h
<p>Ementa:</p>			

As políticas educacionais, a legislação e suas implicações para a organização da atividade escolar. Análise das relações entre educação, estado e sociedade. Estudo da organização da educação brasileira: dimensões históricas, políticas, sociais, econômicas e educacionais; análise da educação na Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC): avanços e críticas. Diretrizes Curriculares Nacionais da formação de docentes e para Licenciatura em Letras-Português.

Objetivos:

- Compreender a relação entre estado, sociedade, educação e as políticas educacionais;
- Refletir sobre o momento histórico da elaboração de determinadas leis e reformas educacionais e suas consequências para a educação brasileira;
- Entender a estrutura e funcionamento do ensino no Brasil.
- Compreender a política educacional brasileira tendo como marcos legais a Constituição Federal/88, a LDB/96 e as legislações posteriores no âmbito das esferas da União, dos estados e municípios e o atual Plano Nacional de Educação.
- Conhecer o sistema educacional brasileiro, seus princípios e fins e a organização da educação nacional, baseado na LDB/96.
- Discutir A Base Nacional Comum Curricular (BNCC): evidenciando seus avanços e as críticas pertinentes.
- Refletir sobre as políticas educacionais a partir dos conceitos de universalização do acesso e permanência; direito à aprendizagem e avaliação da aprendizagem e dos sistemas, como referenciais da política educacional contemporânea.

Bibliografia Básica:

BRASIL, **Constituição da República do Brasil, 2022.**

BRASIL, Lei 8.069/90- **Estatuto da Criança e do Adolescente.**

BRASIL, Lei 9.394/96- **Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (versão atualizada 2013).

BRASIL, Lei 9.424/96- **Estabelece a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério-FUNDEF.**

BRASIL, MEC- **O Plano de Desenvolvimento da Educação**, Brasília, MEC, 2007.

BRASIL, MEC – **A Base Nacional Comum Curricular** – Introdução, Brasília, MEC, 2017, p.7 a 22.

BRASIL, MEC – **A Base Nacional Comum Curricular – Etapa do Ensino Fundamental; Área de Linguagens.** Brasília, MEC, 2017, p.57 a 88;136 a 192.

BRASIL, MEC – **A Base Nacional Comum Curricular – Etapa do Ensino Médio; Área de Linguagens.** Brasília, MEC, 2017, p. 461 a 526.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824, 2010.

BRZEZINSKI, Iria. (org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam.** São Paulo: Cortez, 2007.

BRZEZINSKI, Iria. (org.). **LDB dez anos depois – reinterpretação sob diversos olhares.** São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. **O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado.** In: Educação e Sociedade: vol. 28, n. 100, 2007.

Decreto n. 9.432/2018. **Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica.** Brasília, 2018.

MARTINS, Paulo de Sena. **FUNDEB, federalismo e regime de colaboração**. Campinas: Autores Associados, 2011.

MORETTO, Milena; FEITOZA, Claudia de Jesus Abreu. **A proposta da BNCC para o trabalho com a língua portuguesa: o eixo análise e reflexão linguística**. Revista Eutomia, Recife, 23(1): 69-87, Jul. 2019.

Plano Nacional de Educação (PNE). **Lei Federal n.º 13.005, de 25/06/2014**. Brasília: MEC, 2014. BRASIL.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

Bibliografia Complementar:

CUNHA, Célio da; SOUZA, José Vieira de; SILVA, Maria Abadia da. **Políticas públicas de educação na América Latina: lições aprendidas e desafios**. São Paulo: Autores Associados. DAVIES, Nicholas. **FUNDEB: a redenção da escola básica?** Autores Associados, 2008.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira: da colônia ao governo Lula**. Editora Manole, 2005.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de (Et al.). **Organização da educação brasileira: níveis e modalidades**. Marília, SP: Tecnologia e Educação, 2009.

Unidade Curricular: PCC II

Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
2º	-	45h	45h

Ementa:

O foco é o docente. Conhecendo quem são os docentes que atuam na escola, sua formação, anseios e expectativas. O docente e seu espaço, tempo e condições para planejamento, pesquisa, estudo, socialização e trabalho coletivo na escola. A escola como local a ser privilegiado para a formação continuada.

Objetivos:

- Investigar a formação continuada dos docentes, a profissão docente e o conhecimento da organização do trabalho pedagógico na escola.

Bibliografia Básica:

NÓVOA, A. **Profissão docente**: Porto Editora, 1991.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de docentes: identidades e saberes da docência**. In: PIMENTA, Selma Garrido (org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. Cortez, 2002, p. 15-34.

SCHÖN, D. **Formar docentes como profissionais reflexivos**. In: NÓVOA, A. Os docentes e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SCHÖN, D.A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Bibliografia Complementar:			
<p>AYRES, Antônio Tadeu. Prática pedagógica competente: ampliando os saberes do docente. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.</p> <p>CAMPOS, C. de M. Saberes docentes e autonomia de docentes. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.</p> <p>GUIMARÃES, V. S. Formação de Docentes: saberes, identidade e profissão. Campinas: Papirus, 2004.</p> <p>IMBERSON, F. Formação continuada de docentes. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>ALARCÃO, I. Docentes reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2010.</p>			
Unidade Curricular: Extensão I			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
2º	20h	100h	120h
Ementa:			
<p>Evolução histórica, construção conceitual, princípios e diretrizes da extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas vinculado a sua função acadêmica e social. Políticas de extensão no Brasil. A Política Nacional de Extensão Universitária. A realidade local do polo. Instituições sociais situadas nos polos. Parceria IFTM e comunidade local. Ações de extensão: eventos, projetos, programas. Áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde e Trabalho. Projeto de extensão: estrutura, objetivos, público-alvo, participantes.</p>			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os princípios e diretrizes sobre a concepção de extensão acadêmica; • Garantir impacto na formação e protagonismo dos discentes; • Garantir interação dialógica com a comunidade e os contextos locais; • Mapear as instituições sociais (ONGs, associações de bairro, instituições religiosas, escolas públicas etc.) dos polos; • Estabelecer diálogo e parceria com uma das instituições; • Elaborar projeto de extensão em conjunto com os discentes; • Registrar o projeto de extensão na coordenação de extensão do CAUPT; • Desenvolver a ação de extensão em parceria com a comunidade local dos polos. 			
Bibliografia Básica:			
<p>FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.</p> <p>RIBEIRO, Darcy. Universidade para quê? Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no século XXI. São Paulo: Cortez Editora, 2004.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>BRASIL. Resolução CNE n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: CNE, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 22 mar. 2022.</p>			

<p>FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf</p> <p>IFTM. Resolução n. 156, de 30 de junho de 2021. Dispõe sobre a regulamentação das atividades de extensão. Uberaba, MG: IFTM, 2021. Disponível em: https://iftm.edu.br/visao/loader.php?src=dfe20446cb32afed34fbfd303667a2cf. Acesso em: 22 mar. 2022.</p> <p>OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. Rev. Ciênc. Ext. v.11, n.3, p.8-27, 2015.</p>			
Unidade Curricular: AC I			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
2º	-	-	30h
Ementa:			
Atividades Complementares, o que são? A importância das ACs na formação docente. Suas finalidades. Suas modalidades. Carga horária. Procedimentos.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Discutir a importância das ACs na formação docente; • Conhecer o regulamento que normatiza as ACs no IFTM; • Informar os procedimentos para validação da carga horária das ACs. 			
Bibliografia Básica:			
<p>DOS SANTOS, E. L.; CHAPANI, D. T. O Horário de Atividades Complementares como espaço de formação crítica: limites e possibilidades. Práxis Educacional, [S. l.], v. 15, n. 35, p. 490-509, 2019. DOI: 10.22481/praxisedu.v15i35.5694. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5694. Acesso em: 16 maio. 2022.</p> <p>SOUZA, Geruza Ferreira Ribeiro; SILVA, Fabrício Oliveira. Atividades Complementares (ACs) como espaço de formação permanente de docentes. In: Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - XXV EPEN, (2020). ANAIS. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/6533-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf (Acesso em 16 de maio de 2022)</p> <p>Resolução IFTM nº 151 de 30 de junho de 2021. Aprova a Resolução “Ad Referendum” n. 55/2021, que versa sobre o Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>Atividades Complementares: Um Espaço Curricular Inovador. In.: Educação Superior comentada, políticas, diretrizes, legislação e normas do ensino superior. ABMES, 2011. Disponível em: https://abmes.org.br/colunas/detalhe/247/educacao-superior-comentada-politicas-diretrizes-legislacao-e-normas-do-ensino-superior (Acesso em, 16 de maio de 22)</p>			

<p>BUSSOLOTI, Juliana Marcondes <i>et al.</i> A importância das atividades complementares no processo de aprendizado: percepção dos discentes de cursos de educação à distância da Universidade de Taubaté. In: CONGRESSO ABED (2016). ANAIS. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2016/trabalhos/137.pdf (Acesso em 16 de maio de 2022)</p>			
<p>Unidade Curricular: Estudos Linguísticos I: Introdução aos Estudos Linguísticos</p>			
Período:	Teórica	Prática	Total
3º	45h	15h	60h
<p>Ementa:</p>			
<p>Fundamentos históricos e filosóficos da linguística. Linguística ou Linguísticas? A linguística do século XIX. A linguística moderna. A língua enquanto objeto científico. Conceitos basilares da ciência linguística: signo, significado, significante, sincronia, langue, parole, diacronia, teoria do valor. Língua x Discurso.</p>			
<p>Objetivos:</p>			
<ul style="list-style-type: none"> • Construir conhecimentos sobre a evolução da linguística como ciência e sua influência no ensino da língua portuguesa; • Conhecer o pensamento filosófico sobre a produção da linguagem; • Entender os fundamentos da linguística como ciência e o surgimento das principais teorias linguísticas; • Refletir sobre a influência das teorias linguísticas no ensino da língua portuguesa 			
<p>Bibliografia Básica:</p>			
<p>BAGNO, Marcos (org.). Linguística da norma. São Paulo: Editora Loyola, 2015. MATTOS E SILVA, Rosa V. Tradição gramatical e gramática tradicional. São Paulo: Contexto, s/d. NEVES, Maria Helena de M. A gramática: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Editora UNESP, 2016. ORLANDI, Eni Pucinelli. O que é Linguística. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. 11. ed. São Paulo: Cultrix, s/d. (título original, 1915)</p>			
<p>Bibliografia Complementar:</p>			
<p>BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística Geral. Vol. 1. Campinas: Pontes, 1998. (Título original, 1966) CHOMSKY, Noam. Entrevista a Rodrigo Garcia Lopes. Folha de São Paulo, 29-04-2007.</p>			
<p>Unidade Curricular: Língua Portuguesa I: História da Língua Portuguesa</p>			
Período	Teórica	Prática	Total
3º	45h	15h	60h
<p>Ementa:</p>			
<p>Estudo da origem, da expansão e dos processos de mudança da Língua Portuguesa sob o ponto de vista diacrônico. Estrutura e formação das palavras. História interna e externa da língua portuguesa. O português do Brasil: principais características. Reflexões teórico práticas na formação docente</p>			

Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir o estudo da Gramática Histórica. • Compreender os princípios de históricos que regem a língua. • Analisar os processos de mudança da Língua Portuguesa diacronicamente. • Repensar a evolução humana retratada via evolução da língua. 			
Bibliografia Básica			
<p>COUTINHO, I. L. Gramática Histórica. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 1996. FARACO, C. A. História sociopolítica da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2016. TEYSSIER, P. História da língua portuguesa. Tradução Celso Cunha. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>CÂMARA JR, J. M. História e estrutura da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Padrão, 1985. HAUY, A. B. História da língua portuguesa: séculos XII, XIII, XIV. São Paulo: Ática, 1989. MATTOS E SILVA, R. V. O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2005. SILVA NETO, S. História da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Presença, 1979.</p>			
Unidade Curricular: Literatura Portuguesa			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
3º	30h	15h	45h
Ementa:			
<p>A literatura e a construção da nacionalidade portuguesa; a lírica trovadoresca: cantigas de amigos, de Amor, de escárnio; a ficção cavaleiresca; o teatro de Gil Vicente; tensão entre renovações cosmopolitas e tradições locais: tradição e renovação, o paradigma do escritor clássico – Camões; barroco: norma e transgressão; releituras do lírico e do satírico: Bocage.</p>			
Objetivo:			
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as principais manifestações literárias do período de formação da literatura portuguesa, tanto na lírica quanto na prosa e conhecer os textos mais representativos do período trovadoresco ao árcade/pré-romântico, bem como as condições histórico-sociais de produção. 			
Bibliografia Básica:			
<p>CARPEAUX, Otto Maria. História da literatura ocidental. Vol. V. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1960. CIDADE, Hernani. Portugal histórico-cultural. Lisboa: Presença, 1985. MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 1975. LOPES, Oscar. História da literatura portuguesa. 16. ed.– Porto: Porto Ed., s/d.</p>			
Bibliografia Complementar:			

<p>ABDALLA JR, Benjamin. Camões: épica e Lírica: São Paulo: Scipione, 1993. AMORA, António Soares. Antologia do teatro de Gil Vicente. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.</p> <p>BERARDINELLI, Clarice. Rhythmas. Revista Semear 1[on-line], Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: < http://www.Letras.puc-rio.br/catedra/revista/1Sem_02.html>. Acesso em: 16 ago. 2011.</p>			
Unidade Curricular: Literatura Africana de Língua Portuguesa			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
3º	45h	15h	60h
Ementa:			
<p>Introdução à cultura africana. Apresentação da literatura africana, estudando-a do seu processo de formação às manifestações atuais, pontuando as questões de maior significância na prosa e na poesia. Relações entre linguagem e identidade nacional. Projeção dos movimentos africanistas. Incorporação e reformulação dos gêneros literários.</p>			
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer as produções literárias africanas, analisando as principais obras e autores; ● Entender as características comuns à sua gênese, bem como temas que as percorrem; ● Refletir sobre questões de linguagem e identidade nacional. 			
Bibliografia Básica			
<p>BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/>.</p> <p>CAVACAS, Fernanda & GOMES, Aldónio. Dicionário de autores de literaturas africanas de língua portuguesa, Lisboa: Editorial Caminho, 1997.</p> <p>CHAVES, Rita & MACÊDO, Tânia. Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa. São Paulo: Alameda Editorial, 2006.</p> <p>Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U de 10/01/2003</p> <p>MEC/SECAD. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais., 2006.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>HOBBSAWN, Eric. A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.</p> <p>ROSÁRIO, Lourenço do. A narrativa africana de expressão oral. Lisboa, Instituto de cultura e Língua Portuguesa, 1989.</p> <p>ROSÁRIO, Lourenço do. Contos africanos. Lisboa, Texto Editora, 2001.</p> <p>SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro (org). Antologia do mar na poesia africana de língua portuguesa século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, Coordenação dos Cursos de Pós-graduação em Letras Vernáculas e Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, 1999. V. 2.</p>			
Unidade Curricular: Produção Textual Acadêmica			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total

3º	45h	15h	60h
Ementa:			
Estudo de leitura e produção de sentidos; Letramento(s); Estudo e produção de textos técnico-científicos relevantes para o desempenho das atividades acadêmicas, tais como: resumo, resenha, relatório, artigo, ensaio, seminário. Tópicos gramaticais. Letramentos digitais.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as diferenças entre letramento e alfabetização; • Refletir sobre os estudos que envolvem o letramento como prática social; • Identificar os gêneros textuais/discursivos; • Verificar as diferenças entre fichamento clássico e on-line; • Compreender o que é paráfrase; • Identificar as características do resumo; • Compreender o que é resenha, relatório, artigo, ensaio e seminário; • Exercitar o ato de ler de forma crítica; • Exercitar o ato da escrita, observando a estrutura do gênero textual, a coerência e coesão e o emprego da língua culta. 			
Bibliografia Básica:			
ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico . São Paulo: Atlas, 1993. FARACO, C. A. C.; TEZZA, C. Prática do texto: língua portuguesa para discentes universitários . 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. KATO, Mary. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística . São Paulo: Ática, 1986. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Introdução à Linguística Textual . São Paulo: Martins Fontes, 2004.			
Bibliografia Complementar:			
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Coerência . São Paulo: Cortez, 2000, 7. ed. MOTTA-ROTH, D. (org.). Redação acadêmica: princípios básicos . 3 ed. Santa Maria: UFSM, Imprensa Universitária, 2003.			
Unidade Curricular: PCC III			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
3º	-	45h	45h
Ementa:			
A Sala de Aula: espaço de mediação, produção e apropriação do conhecimento. A gestão da sala de aula nas modalidades presencial e na EaD. A sala de aula: as realidades, os desafios e as possibilidades no trabalho de docência. Plano de aula – organização e planejamento. A realização da aula: os componentes envolvidos e a relação docente/discente. A aula: espaço de investigação e reflexão da relação entre teoria e prática. O que seria uma boa aula.			

Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisar a sala de aula como um espaço de realização da educação formal e seus desafios ao longo da história. 			
Bibliografia Básica:			
GAMBOA, M. C. Prática de ensino . Alagoas: EDUFAL, 2011. TEIXEIRA, Alda Betsaida Martins. Temas atuais em didática . Belo Horizonte: UFMG, 2010. TIBEAU, C. C. P. M. Didática com criatividade . São Paulo: Ícone, 2011.			
Bibliografia Complementar:			
ALARCÃO, I. Docentes reflexivos em uma escola reflexiva . São Paulo: Cortez, 2010. AYRES, Antônio Tadeu. Prática pedagógica competente: ampliando os saberes do docente . Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004. CAMPOS, C. de M. Saberes docentes e autonomia de docentes . Rio de Janeiro: Vozes, 2007. GUIMARÃES, V. S. Formação de Docentes: saberes, identidade e profissão . Campinas: Papirus, 2004. IMBERSON, F. Formação continuada de docentes . Porto Alegre: Artmed, 2009.			
Unidade Curricular: Extensão II			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
3º	-	100h	100h
Ementa:			
A realidade local do polo. Instituições sociais situadas nos polos. Parceria IFTM e comunidade local. Ações de extensão: eventos, projetos, programas. Áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde e Trabalho. Projeto de extensão: estrutura, objetivos, público-alvo, participantes.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir impacto na formação e protagonismo dos discentes; • Garantir interação dialógica com a comunidade e os contextos locais; • Optar por uma das instituições sociais (ONGs, associações de bairro, instituições religiosas, escolas públicas etc.) localizada nos polos; • Estabelecer diálogo e parceria com a instituição escolhida; • Elaborar projeto de extensão em conjunto com os discentes; • Registrar o projeto de extensão na coordenação de extensão do CAUPT; • Desenvolver a ação de extensão em parceria com a comunidade local dos polos. 			
Bibliografia Básica:			
FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. RIBEIRO, Darcy. Universidade para quê? Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no século XXI . São Paulo: Cortez Editora, 2004.			
Bibliografia Complementar:			

BRASIL. **Resolução CNE n. 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: CNE, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 22 mar. 2022.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão** Universitária. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>

IFTM. **Resolução n. 156, de 30 de junho de 2021.** Dispõe sobre a regulamentação das atividades de extensão. Uberaba, MG: IFTM, 2021. Disponível em: <https://iftm.edu.br/visao/loader.php?src=dfe20446cb32afed34fbfd303667a2cf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. **Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções.** Rev. Ciênc. Ext. v.11, n.3, p.8-27, 2015.

Unidade Curricular: AC II

Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
3º	-	-	30h

Ementa:

Atividades de Ensino. Projetos de Ensino CAUPT. Editais de Projeto de Ensino com fomento. Editais de Projeto de Ensino fluxo contínuo. Monitoria. Participação em órgãos colegiados/conselhos. Cursos, Cursos FIC e minicursos. Cursos de idiomas

Objetivos:

- Incentivar a participação dos discentes em Atividades de Ensino
- Informar sobre a publicação de editais de ensino pelo CAUPT

Bibliografia Básica:

DOS SANTOS, E. L.; CHAPANI, D. T. **O Horário de Atividades Complementares como espaço de formação crítica: limites e possibilidades.** Práxis Educacional, [S. l.], v. 15, n. 35, p. 490-509, 2019. DOI: 10.22481/praxisedu.v15i35.5694. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5694>. Acesso em: 16 maio. 2022.

SOUZA, Geruza Ferreira Ribeiro; SILVA, Fabrício Oliveira. **Atividades Complementares (ACs) como espaço de formação permanente de docentes.** In: Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - XXV EPEN, (2020). ANAIS.

Disponível em:

http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/6533-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf (Acesso em 16 de maio de 2022)

Resolução IFTM nº 151 de 30 de junho de 2021. Aprova a Resolução “Ad Referendum” n. 55/2021, que versa sobre o **Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.**

Bibliografia Complementar:

<p>Atividades Complementares: Um Espaço Curricular Inovador. In.: Educação Superior comentada, políticas, diretrizes, legislação e normas do ensino superior. ABMES, 2011. Disponível em: https://abmes.org.br/colunas/detalhe/247/educacao-superior-comentada-politicas-diretrizes-legislacao-e-normas-do-ensino-superior (Acesso em, 16 de maio de 22) BUSSOLOTTI, Juliana Marcondes <i>et al.</i> A importância das atividades complementares no processo de aprendizado: percepção dos discentes de cursos de educação à distância da Universidade de Taubaté. In: CONGRESSO ABED (2016). ANAIS. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2016/trabalhos/137.pdf (Acesso em 16 de maio de 2022)</p>			
<p>Unidade Curricular: Estudos Linguísticos II: Gerativismo e Funcionalismo</p>			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
4º	45h	15h	60h
<p>Ementa:</p>			
<p>Concepções de língua e gramática. Texto, discurso e interação. A gramática gerativa. O pensamento de Noam Chomsky. Pressupostos teóricos e metodológicos do gerativismo. Funcionalismo: Conceituação. Pressupostos teóricos e metodológicos do funcionalismo.</p>			
<p>Objetivos:</p>			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os pressupostos teóricos e metodológicos do gerativismo; • Saber os pressupostos teóricos e metodológicos do funcionalismo. 			
<p>Bibliografia Básica:</p>			
<p>FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariângela R. e MARTELOTTA, Mário E. (orgs). Linguística funcional: teoria e prática. Rio de Janeiro: Faperj/DP & A, 2003. ILARI, Rodolfo. Perspectiva funcional da frase portuguesa. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. MARTELOTTA, Mário, VOTRE, Sebastião J. e CEZARIO, Maria M.. Gramaticalização no português do Brasil - uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. NEVES, Maria Helena de M. A gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes, 1997. NEVES, Maria Helena de M.. Uma introdução ao funcionalismo: proposições, escolas, temas e rumos. In: CRHISTIANO, Maria E. A.; SILVA, Camilo R. e DERMEVAL DA HORA. Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino. João Pessoa: Idéia, 2004. CRHISTIANO, Maria E. A.; SILVA, Camilo R. e DERMEVAL DA HORA. Texto e gramática. São Paulo: Contexto, 2006. NOGUEIRA, Márcia T. Considerações sobre o funcionalismo linguístico: principais vertentes. In: Linguística funcional: a interface linguagem e ensino. Natal: EDUFRN, 2006. PEZATTI, Erotilde G. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna C.(orgs) Introdução à Linguística - Fundamentos Epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004.</p>			
<p>Bibliografia Complementar:</p>			

PEZATTI, Erotilde G.. Estrutura argumental e fluxo de informação . In: KOCH, I.G.V. (org.) Gramática do português falado. Vol. VI. Campinas: Editora da UNICAMP - FAPESP, 1996, p. 275-297.			
Unidade Curricular: Língua Portuguesa II: Fonética e Fonologia			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
4º	45h	15h	60h
Ementa:			
Introdução aos princípios gerais da Fonética Articulatória. Apresentação e análise do sistema e processos fonológicos do português brasileiro. Transcrição fonética e fonológica do português. Aspectos pertinentes à pesquisa e ao ensino de fonologia. Relações da fonologia com a escrita da língua portuguesa. O componente fonológico nas atividades de análise linguística.			
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer à Fonética e a Fonologia. • Analisar os processos fonológicos da língua. • Compreender transcrições fonéticas. • Relacionar a escrita da língua com a Fonologia. 			
Bibliografia Básica			
CALLOU, D.; LEITE, Y. Iniciação à Fonética e à Fonologia . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. MAIA, E. M. No reino da fala: a linguagem e seus sons . São Paulo: Ática (Série Princípios), 1985. MATTOSO CÂMARA JR., J. Problemas de Linguística Descritiva . Petrópolis: Vozes, 2010. SILVA, T. C. Fonética e fonologia do português . São Paulo: Contexto, 1999.			
Bibliografia Complementar			
ABAURRE, M. B. M. Fonologia: a gramática dos sons . Letras. Santa Maria: UFSM, v. 5p. 9-24, 1993. BRANDÃO, S. F. Geografia linguística no Brasil . São Paulo: Ática, 1989. CAGLIARI, L. C. Alfabetização e Linguística . São Paulo: Scipione, 1995. DELGADO MARTINS, M. R. Ouvir falar: Introdução à Fonética do Português . Lisboa: Caminho, 1988. FARACO, C. A. Escrita e alfabetização . São Paulo: Contexto, 1998. JAKOBSON, R. Fonema e Fonologia . Trad.: J. M. Câmara Jr. Rio de Janeiro: Liv. Acadêmica, 1972. MATTOSO CÂMARA JR., J. Princípios de Linguística Geral . Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1998.			
Unidade Curricular: Literatura Brasileira I: Da Colônia ao Romantismo			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
4º	45h	15h	60h
Ementa:			

<p>Da Colônia ao Romantismo – construção da identidade nacional a partir do mapeamento territorial: a colonização jesuítica; o Barroco e a internacionalização da cultura; Neoclassicismo e Ilustração: a poesia nativista e a prosa dos publicistas; a presença da natureza na lírica amorosa; a tensão campo e cidade; o processo de modernização e a emergência da cidade moderna no século XIX; a cena bucólica e os temas urbanos na poesia.</p> <p>Periodizar a lírica romântica: o subjetivismo de Álvares de Azevedo, o indianismo de Gonçalves Dias e a poesia social de Castro Alves; Alencar e o romance urbano.</p>			
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer elementos da cultura letrada que envolve as origens das manifestações literárias no Brasil até o movimento do Arcadismo, seus autores e obras mais relevantes; • Refletir sobre o conceito de Literatura Brasileira e sua periodização, das origens ao Romantismo; • Caracterizar os contextos históricos; • Analisar obras de autores representativos dos períodos. 			
Bibliografia Básica			
<p>BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 3ª ed. - São Paulo: Cultrix, 1989.</p> <p>CANDIDO, Antônio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 5ª ed. – Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.</p> <p>CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. São Paulo: Editora Nacional, 1976.</p> <p>FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1995.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>CADEMARTORI, Lígia. Períodos literários. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2000.</p> <p>SILVA, Vitor Manuel de Aguiar. Teoria da Literatura. 1988.</p>			
Unidade Curricular: Gestão Escolar			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
4º	30h	15h	45h
Ementa:			
<p>Gestão educacional: conceitos, funções e princípios básicos. A função administrativa da unidade escolar e do gestor: contextualização teórica e tendências atuais. A dimensão pedagógica do cotidiano da escola e o papel do administrador escolar. Levantamento e análise da realidade escolar: o projeto político pedagógico, o regimento escolar, o plano de direção, planejamento participativo e órgãos colegiados da escola.</p>			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as políticas educacionais e a gestão escolar, reconhecendo seus princípios básicos, elementos constitutivos, desafios, dilemas, funções e paradigmas, no contexto de escola e de sala de aula. • Conhecer referenciais teóricos e práticos indispensáveis ao exercício de gestor escolar no sentido de construir um referencial para uma escola cidadã. 			
Bibliografia Básica:			

<p>FERREIRA, Naura S. Capareto (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2021.</p> <p>HENGEMÜHLE, Adelar. Gestão de ensino e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da escola: teoria e prática. 15. ed. Goiânia: Alternativa, 2019.</p> <p>OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2018.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>ALMEIDA, Laurinda Ramalho; PLACCO, Vera Maria (Orgs.). O Coordenador pedagógico e o espaço da mudança. São Paulo: Loyola, 2005.</p> <p>PLACCO, Vera Maria; ALMEIDA, Laurinda (Orgs.). O Coordenador Pedagógico e os desafios da educação. São Paulo: Loyola, 2008.</p>			
Unidade Curricular: Educação de Jovens e Adultos: Metodologias e abordagens			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
4º	45h	-	45h
Ementa:			
<p>Políticas públicas na educação de jovens e adultos (EJA). Alfabetização de jovens e adultos: fundamentos teórico-metodológicos. Estratégias e abordagem dos conteúdos. A construção do projeto político-pedagógico de EJA. Programas e alternativas metodológicas na área de EJA. Os novos suportes técnicos-informacionais, a educação à distância em EJA.</p>			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a situação da educação de jovens e adultos no Brasil. • Interpretar os princípios básicos de educação para adultos. • Reconhecer as políticas educacionais voltadas para a EJA. • Elaborar estratégias de abordagem dos conteúdos da língua portuguesa e suas literaturas obedecendo aos princípios básicos de EJA. 			
Bibliografia Básica:			
<p>DURANTE, Marta. Alfabetização de adultos: Leitura e Produção de textos. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p> <p>FERNANDEZ, Alicia. A inteligência aprisionada. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 1991.</p> <p>PAIVA, Jane.; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Educação de Jovens e Adultos. 1. ed. Petrópolis: DP et Alli, 2004.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>ALVES, Rubem. A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir. 10ed. São Paulo: Papirus, 2010.</p> <p>LIBANELO, José Carlos. Democratização da escola pública. 21 ed. São Paulo: Loyola, 1990.</p> <p>RUMMERT, Sônia Maria. Educação e Identidade dos Trabalhadores. 1 ed. São Paulo: Xamã, 1992.</p>			

SMINK, Jay.; SCHARGEL, Franklin P. Estratégias para auxiliar o problema da evasão escolar. 1ed. Rio de Janeiro: Dunya, 2001.			
Unidade Curricular: PCC IV			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
4º	-	45h	45h
Ementa:			
Experiências práticas com softwares educacionais, lousa eletrônica, simulações, experiências de gestão, organização de planos pedagógicos, capacitação de docentes, tendo como foco a Informática e suas tecnologias.			
Objetivo:			
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar, analisar e testar estratégias didáticas a partir da informática e suas tecnologias para o processo de ensino e aprendizagem na sala de aula. 			
Bibliografia Básica:			
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.			
FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.			
GUIMARÃES, V. S. Formação de Docentes: saberes, identidade e profissão. 5. ed. Campinas: Papirus, 2004			
Bibliografia Complementar:			
ANTUNES, C. Como desenvolver as competências em sala de aula. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.			
AYRES, Antônio Tadeu. Prática pedagógica competente: ampliando os saberes do docente. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.			
CAMPOS, Casemiro de Medeiros. Saberes docentes e autonomia dos docentes. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.			
GAMBOA, M. C. Prática de ensino. Alagoas: EDUFAL, 2011.			
HARASIM, L., HILTZ, R., TELES, L. e TUROFF, M. Redes de aprendizagem. Um guia para ensino e aprendizagem online. Editora SENAC: São Paulo, 2005.			
Unidade Curricular: Extensão III			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
4º	-	100h	100h
Ementa:			
A realidade local do polo. Instituições sociais situadas nos polos. Parceria IFTM e comunidade local. Ações de extensão: eventos, projetos, programas. Áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde e Trabalho. Projeto de extensão: estrutura, objetivos, público-alvo, participantes.			
Objetivos:			

<ul style="list-style-type: none"> • Garantir impacto na formação e protagonismo dos discentes; • Garantir interação dialógica com a comunidade e os contextos locais; • Optar por uma das instituições sociais (ONGs, associações de bairro, instituições religiosas, escolas públicas etc.) localizada nos polos; • Estabelecer diálogo e parceria com a instituição escolhida; • Elaborar projeto de extensão em conjunto com os discentes; • Registrar o projeto de extensão na coordenação de extensão do CAUPT; • Desenvolver a ação de extensão em parceria com a comunidade local dos polos. 								
Bibliografia Básica:								
<p>FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.</p> <p>RIBEIRO, Darcy. Universidade para quê? Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no século XXI. São Paulo: Cortez Editora, 2004.</p>								
Bibliografia Complementar:								
<p>BRASIL. Resolução CNE n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: CNE, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 22 mar. 2022.</p> <p>FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf</p> <p>IFTM. Resolução n. 156, de 30 de junho de 2021. Dispõe sobre a regulamentação das atividades de extensão. Uberaba, MG: IFTM, 2021. Disponível em: https://iftm.edu.br/visao/loader.php?src=dfe20446cb32afed34fbfd303667a2cf. Acesso em: 22 mar. 2022.</p> <p>OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. Rev. Ciênc. Ext. v.11, n.3, p.8-27, 2015.</p>								
Unidade Curricular: AC III								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Período:</th> <th>C.H. Teórica:</th> <th>C.H. Prática</th> <th>C. H. Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>4º</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>30h</td> </tr> </tbody> </table>	Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total	4º	-	-	30h
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total					
4º	-	-	30h					
Ementa:								
<p>Atividades de Pesquisa. Projetos de Pesquisa PROPI -CAUPT. Editais de Projeto de Pesquisa. Editais de Projeto de Pesquisa PIBIC/PIVIC. Participação em simpósio, congresso, semana de curso, workshop, dia de campo, seminário, encontro, ciclo de debate, ciclo de palestra e similares, sem apresentação de trabalhos. Projetos de pesquisa e/ou inovação (iniciação científica): Participação em projetos de pesquisa e/ou com bolsa de iniciação científica, inovação tecnológica ou em desenvolvimento de projeto de pesquisa no Programa Voluntário de Iniciação Científica. Integrante de Núcleos ou Grupos de Estudos/ Pesquisa.</p>								
Objetivos:								

<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a participação dos discentes em Atividades de Ensino. • Informar sobre a publicação de editais de pesquisa pelo CAUPT; 								
Bibliografia Básica:								
<p>DOS SANTOS, E. L.; CHAPANI, D. T. O Horário de Atividades Complementares como espaço de formação crítica: limites e possibilidades. <i>Práxis Educacional</i>, [S. l.], v. 15, n. 35, p. 490-509, 2019. DOI: 10.22481/praxisedu.v15i35.5694. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5694. Acesso em: 16 maio. 2022. http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/6533-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf (Acesso em 16 de maio de 2022)</p> <p>Resolução IFTM nº 151 de 30 de junho de 2021. Aprova a Resolução “Ad Referendum” n. 55/2021, que versa sobre o Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.</p> <p>SOUZA, Geruza Ferreira Ribeiro; SILVA, Fabrício Oliveira. Atividades Complementares (ACs) como espaço de formação permanente de docentes. In: Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - XXV EPEN, (2020). ANAIS. Disponível em:</p>								
Bibliografia Complementar:								
<p>Atividades Complementares: Um Espaço Curricular Inovador. In.: <i>Educação Superior comentada, políticas, diretrizes, legislação e normas do ensino superior.</i> ABMES, 2011. Disponível em: https://abmes.org.br/colunas/detalhe/247/educacao-superior-comentada-politicas-diretrizes-legislacao-e-normas-do-ensino-superior (Acesso em, 16 de maio de 22)</p> <p>BUSSOLOTI, Juliana Marcondes <i>et al.</i> A importância das atividades complementares no processo de aprendizado: percepção dos discentes de cursos de educação à distância da Universidade de Taubaté. In: CONGRESSO ABED (2016). ANAIS. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2016/trabalhos/137.pdf (Acesso em 16 de maio de 2022)</p>								
Unidade Curricular: Estudos Linguísticos III: Sociolinguística								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Período:</th> <th>C.H. Teórica:</th> <th>C.H. Prática</th> <th>C. H. Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>5º</td> <td>45h</td> <td>15h</td> <td>60h</td> </tr> </tbody> </table>	Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total	5º	45h	15h	60h
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total					
5º	45h	15h	60h					
Ementa:								
Língua como sistema heterogêneo. Significado social das formas variantes. Dimensões externa e interna da variação linguística. Pressupostos metodológicos da pesquisa sociolinguística.								
Objetivos:								
<ul style="list-style-type: none"> • Correlacionar aspectos teóricos e empíricos no que se refere à vinculação entre língua e sociedade; • Definir e reconhecer os tipos de variação linguística; • Desenvolver estratégias para lidar com as variantes sociolinguísticas em sala de aula; • Trabalhar conceitos de língua padrão e norma culta, observando as relações com o ensino e a sociedade. 								

Bibliografia Básica:			
BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico . São Paulo: Edições Loyola, 1999.			
CAMACHO, R.G. Sociolinguística. Parte II. In: F. Mussalim & A. C. Bentes (Orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras . São Paulo: Cortez, 2001, p. 49-75.			
MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luíza. Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação . Rio de Janeiro: Contexto, 2003.			
TARALLO, F. A pesquisa sociolinguística . São Paulo: Ática, 1985.			
Bibliografia Complementar:			
ALKIMIN, Tânia & CAMACHO, Roberto, 2001, Sociolinguística , in F. Mussalim & A. C. Bentes (Orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, vol.1, pp. 21-75.			
BRANDÃO, Silvia F. & OLIVEIRA, Maria Thereza I. (Org.) Pesquisa e Ensino da Língua: Contribuições da Sociolinguística , in Anais do II Simpósio Nacional do GT de Sociolinguística, 1996.			
TRAVAGLIA, Luiz Carlos, Gramática e interação: uma proposta metodológica de ensino de 1º e 2º graus . São Paulo: Contexto, 2018.			
Unidade Curricular: Língua Portuguesa III: Morfologia			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
5º	45h	15h	60h
Ementa:			
As palavras e sua estrutura. Morfemas: conceito, tipologia e análise morfológica. Composição e derivação. Flexão e categorias gramaticais. Classificação de palavras. Morfologia do sistema verbal. Estrutura das formas e flexões verbais. Verbos auxiliares e tempos verbais. Morfosintaxe do verbo.			
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> • Estudar a gramática descritiva do português brasileiro. • Analisar e reconhecer as palavras morfológicamente. • Compreender os princípios de análise morfológica para classificar e compreender o uso do sistema verbal na língua portuguesa, suas formas nominais e tempos compostos. • Conceituar, classificar e flexionar as palavras em português. 			
Bibliografia Básica			
BASÍLIO, Margarida. Teoria lexical . São Paulo: Ática, 1987.			
BORBA, F. S. Introdução aos estudos linguísticos . São Paulo: Editora UNESP, 2002.			
CAMARA Jr., Joaquim M. Estrutura da língua portuguesa . Petrópolis: Vozes, 1970.			
GONÇALVES, C. A. Introdução aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português .			
MONTEIRO, J. L. Morfologia portuguesa . Campinas: Pontes, 1991.			
MONTEIRO, J. L. Morfologia portuguesa . Campinas: Pontes, 1995.			
PETTER, M. M. T. Morfologia . In: J. L. Fiorin (Orgs.). Introdução à linguística. Vol. 1. São Paulo: Contexto, 2003.			
ROSA, M. C. Introdução à morfologia . São Paulo: Contexto, 2002.			
Bibliografia Complementar			

<p>KEHDI, V. Formação de palavras do português. São Paulo: Ática, 2002. KEHDI, V. Morfemas do Português. São Paulo: Ática, 2001. MORENO, C. Morfologia Nominal do Português. 1997. Tese (Doutorado em Letras) –Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997. MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras, v. 1. São Paulo: Cortez, 2001. PETTER, M.M.T. In: FIORIN, J.L. (org.). Introdução à Linguística II. Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003. P-59-79. ROCHA, L. C. Estruturas morfológicas do português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.</p>			
Unidade Curricular: Literatura Brasileira II: Do Realismo aos nossos dias			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
5º	45h	15h	60h
Ementa:			
<p>Analisar a literatura e cultura pós-romântica do Império à República Velha: a ficção moderna de Machado de Assis, Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo, Decadentismo, Impressionismo; Euclides da Cunha e Raul Pompéia; A Semana de Arte Moderna e a poética modernista: Mário de Andrade e Oswald de Andrade. O lirismo moderno: Bandeira e Drummond; a tensão vanguarda/regionalismo – os narradores não-alinhados: Lima Barreto, Monteiro Lobato. Literatura Contemporânea. Permanência e transformação do regional: Guimarães Rosa; as narrativas de introspecção subjetiva: Clarice Lispector; a poesia experimental: João Cabral de Melo Neto, Murilo Mendes, Haroldo de Campos. O pós-moderno; A Poesia Concreta e o Movimento de Vanguarda e Produção ficcional recente.</p>			
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Refletir sobre o conceito de Literatura Brasileira e sua periodização do período do Realismo até os dias atuais; ● Caracterizar os contextos históricos de cada período; ● Analisar obras de autores representativos dos períodos abordados no curso; ● Estabelecer pressupostos teóricos e conceitos fundamentais quanto ao fenômeno literário do período moderno e pós-moderno; ● Desenvolver o hábito da leitura e estudo crítico dos textos literários de diferentes autores brasileiros; ● Conhecer o contexto da produção literária do século XX e da época contemporânea; ● Reconhecer, no texto, características inerentes ao período literário e proporcionar uma visão crítica do fenômeno literário. 			
Bibliografia Básica			
<p>BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. 9a. edição. São Paulo: Cultrix, 2009. CANDIDO, Antônio. Vários escritos. 6. Edição. SP: Duas Cidades, 2018. MERQUIOR, José Guilherme. De Anchieta a Euclides. RJ: José Olympio, 1977. STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. História da literatura brasileira. 8. Edição. RJ: Nova Aguilar, 2015.</p>			
Bibliografia Complementar			

<p>ÁVILA, Affonso. O Modernismo. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975. PICCHIO, Luciana Stegagno. História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Aguilar, 1997.</p>			
Unidade Curricular: Organização do Trabalho Docente			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
5º	35h	15h	50h
Ementa:			
<p>Construção da Identidade Docente. Desafios da docência no contexto atual. Os saberes da docência. A relação dialética entre teoria e prática docente. Condições de trabalho e de formação dos docentes. Função social do docente. Didática e organização do trabalho pedagógico. A sala de aula: espaço de mediação, produção e apropriação do conhecimento.</p>			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer sobre a identidade, a função social e os desafios contemporâneos da docência. • Discutir a formação docente e as condições de trabalho no contexto da precarização e flexibilização. • Desenvolver a reflexão-compreensão sobre os elementos constitutivos da teoria e da prática pedagógica 			
Bibliografia Básica:			
<p>CALDEIRA, A. M. S.; AZZI, S. Didática e construção da práxis docente: dimensão explicativa e projetiva. In: ANDRÉ, M. E. D. A.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (Orgs.). DALBEN, A. I. L. F. (Org.). Convergências e Tensões no Campo da Formação e do Trabalho Docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.</p> <p>FACCI, Marilda. Valorização ou esvaziamento do trabalho do docente? Um estudo crítico comparativo da teoria do docente reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana. São Paulo: Autores Associados, 2004.</p> <p>FREITAS, Luís Carlos. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. 14 ed. Campinas, SP: Papirus, 2021.</p> <p>MOURA, Manoel Oriosvaldo de. (Org.). Atividade pedagógica na teoria histórico-cultural. Brasília: Líber Livro, 2010.</p> <p>OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.</p> <p>PUENTES, Roberto Valdés; LONGAREZI, Andréa Maturano. Escola e didática desenvolvimental: seu campo conceitual na tradição da teoria histórico-cultural. Educação em Revista [online]. Belo Horizonte, Jan./2013. (24 págs.).</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>DALBEN, Ângela Imaculada L. de Freitas e GOMES, Maria de Fátima Cardoso. Formação continuada de docentes da Educação Básica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.</p> <p>MORIN, E. Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios. 3. ed. São Paulo: Cortês, 2021.</p>			
Unidade Curricular: PCC V			

Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
5º	-	45h	45h
Ementa:			
Desenvolvimento de estratégias pedagógicas; Resolução de problemas; Dificuldades de aprendizagem; Sala de aula; Metodologias de ensino; Interdisciplinaridade; Plano de intervenção. Uso de jogos na Educação. Trabalho em grupo.			
Objetivo:			
<ul style="list-style-type: none"> • Usar metodologia aplicada a uma determinada situação problema em sala de aula. • Desenvolver planos de intervenção e/ou trabalhos de integração entre os diferentes componentes curriculares do semestre. 			
Bibliografia Básica:			
BACICH, Lilian; MORAN, José. Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-Prática. São Paulo, SP: Ed. Penso. 2017.			
BORUCHOVITCH, Evely; GOES Natália Moraes. Estratégias de aprendizagem: Como promovê-las. São Paulo, SP: Ed. Vozes, 2020.			
MIRANDA, Simão. Estratégias didáticas para aulas criativas. Paulo, SP: Ed Papyrus Editora, 2016.			
Bibliografia Complementar:			
CICILLINI, Graça Aparecida; BARAÚNA Silvana Malusá. Formação docente: saberes e práticas pedagógicas. Uberlândia, MG: EdUFU, 2006.			
FILATRO, Andrea ; CAVALCANTI. Carolina Costa. Metodologias inovativas: na educação presencial, a distância e corporativa. São Paulo, SP: Ed. Saraiva Uni. 2018.			
Unidade Curricular: AC IV			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
5º	-	-	30h
Ementa:			
Atividades de Extensão. Projetos de Extensão PROEXT -CAUPT. Editais de Projeto de Extensão. Participação em atividades de extensão como projetos, programas sociais, maratonas, olimpíadas, competições.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a participação dos discentes em Atividades de Extensão • Motivar a participação dos discentes como bolsistas/voluntários nos Projetos de Extensão. • Informar sobre a publicação de editais de extensão pelo CAUPT; 			
Bibliografia Básica:			
DOS SANTOS, E. L.; CHAPANI, D. T. O Horário de Atividades Complementares como espaço de formação crítica: limites e possibilidades. Práxis Educacional, [S. l.], v. 15, n. 35, p. 490-509, 2019.			

<p>DOI: 10.22481/praxisedu.v15i35.5694. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5694. Acesso em: 16 maio. 2022. http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/6533-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf (Acesso em 16 de maio de 2022) Resolução IFTM nº 151 de 30 de junho de 2021. Aprova a Resolução “Ad Referendum” n. 55/2021, que versa sobre o Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. SOUZA, Geruza Ferreira Ribeiro; SILVA, Fabrício Oliveira. Atividades Complementares (ACs) como espaço de formação permanente de docentes. In: Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - XXV EPEN, (2020). ANAIS. Disponível em:</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>Atividades Complementares: Um Espaço Curricular Inovador. In.: Educação Superior comentada, políticas, diretrizes, legislação e normas do ensino superior. ABMES, 2011. Disponível em: https://abmes.org.br/colunas/detalhe/247/educacao-superior-comentada-politicas-diretrizes-legislacao-e-normas-do-ensino-superior (Acesso em, 16 de maio de 22) BUSSOLOTTI, Juliana Marcondes <i>et al.</i> A importância das atividades complementares no processo de aprendizado: percepção dos discentes de cursos de educação à distância da Universidade de Taubaté. In: CONGRESSO ABED (2016). ANAIS. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2016/trabalhos/137.pdf (Acesso em 16 de maio de 2022)</p>			
Unidade Curricular: Estágio I			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
5º	-	-	100h
Ementa:			
<p>Estágio de observação. Fase de acompanhamento e desenvolvimento das realidades de ensino existentes nas instituições de educação básica. Desenvolvimento de plano de ação definido a partir da situação geradora.</p>			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Discutir o papel do docente no âmbito da educação formal, estabelecendo as correlações entre a teoria e sua aplicabilidade. • Analisar o planejamento, as metodologias e os recursos didáticos utilizados pelos docentes de Letras. • Caracterizar o Ensino de Línguas e Linguagens ministrado na educação básica por meio de análise das condições de trabalho para aprimorar as competências dentro do contexto acadêmico. 			
Bibliografia Básica:			
<p>ALVARENGA, M; BIANCHI, A.C. M.; BIANCHI, R. Orientação para estágio em licenciatura. S.P.: Thompson Pioneira, 2005 FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 23. ed. Paz e Terra. 2002. (Coleção Leitura).</p>			

Bibliografia Complementar:			
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2008. PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (orgs). Docente reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito . São Paulo, Cortez, 2002.			
Unidade Curricular: Estudos Linguísticos IV: Linguística Textual			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
6º	45h	15h	60h
Ementa:			
Fundamentação epistemológica. O texto como objeto de pesquisa: conceitos de texto, princípios de textualização, condições de produção, organização/ tessitura textual, a construção do sentido, processamento textual, tipologias textuais.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Verificar o que faz com que um texto seja um texto, determinando seus princípios de constituição, os fatores responsáveis pela sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade; • Compreender e/ou distinguir: concepções de língua, sujeito, texto, sentido e gênero textual; fatores de textualidade; texto e contexto; relações lógicas e relações discursivas e/ou pragmáticas; implícitos linguísticos e pragmáticos. 			
Bibliografia Básica:			
KOCH, I. G. V. Introdução à linguística textual . São Paulo: Martins Fontes, 2016. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 1997. KOCH, I. G. V. TRAVAGLIA, L. C. Texto e coerência . São Paulo: Cortez, 2017. SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas . In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola. Trad. e Org. Roxane Rojo e Gláís Cordeiro. São Paulo: Mercado de Letras, 2004 [1974]. p. 21-39.			
Bibliografia Complementar:			
BENTES, Anna Christina; RAMOS, Paulo; ALVES FILHO, Francisco. Enfrentando com textos de discentes . V. 2. São Paulo: Cortez, 1997. P. 17-24. BEZERRA, M. A. (Org.). Gêneros textuais & ensino . Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.			
Unidade Curricular: Língua Portuguesa IV: Semântica e Estilística			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
6º	45h	15h	60h
Ementa:			
Princípios da Semântica e da Estilística. Introdução à Semântica: significação e contexto. Semântica da enunciação. Semântica formal. Relações dêiticas e anafóricas. Campos semânticos. Figuras de linguagem. Relação entre Estilística estrutural e semântica considerando as principais abordagens de estudo.			
Objetivos			

- Refletir sobre aspectos semânticos e estilísticos do português.
- Definir semântica e delimitar o seu objeto de estudo.
- Diferenciar semântica da enunciação e semântica formal.
- Realizar discussões a respeito da Estilística, definindo noção de estilo e traço estilístico, vertentes da estilística e figuras de linguagem.

Bibliografia Básica:

ILARI, R. **Introdução à semântica: brincando com a gramática**. São Paulo: Contexto, 2001.
 MARTINS, N. S. **Introdução a estilística**. São Paulo: Edusp, 2008.
 MÜLLER, A. L. de P. & VIOTTI, E. de C. **Semântica formal**. In: J.L. Fiorin (org.) *Introdução à lingüística*, v. 1. São Paulo: Contexto, 2003.
 PIRES de OLIVEIRA, R. **Semântica**. In: Mussalim, F. & Bentes, A. C. (orgs.) *Introdução à lingüística*, v. 2. São Paulo: Cortez, 2001.
 TAMBA-MECZ, Irene. **A semântica**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Bibliografia Complementar

CANÇADO, Márcia. **Manual de Semântica: noções básicas e exercícios**. Belo Horizonte: UFMG, 2008
 HENRIQUES, Cláudio Cezar. **Estilística e Discurso - Estudos Aplicados Sobre a Expressividade do Português**. Rio de Janeiro: LTC, 2011
 KEMPSON, Ruth. **Teoria Semântica 1**. Col. Presença. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

Unidade Curricular: Planejamento e Avaliação Educacional

Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
6º	30h	15h	45h

Ementa:

Fundamentos do planejamento educacional: ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. Características do processo de planejamento. Níveis do planejamento educacional. O planejamento como instrumento de administração da educação e do ensino. A questão da participação nas decisões. Formas de planejamento: Projeto político pedagógico da escola, projeto de curso; plano de aula. Avaliação da aprendizagem: conceito, concepções, funções, e instrumentos avaliativos. Avaliação no Sistema Educacional Brasileiro e seus instrumentos.

Objetivos:

- Conhecer a função docente (re)criando as bases didático-pedagógicas para planejar, intervir e avaliar o processo de ensino-aprendizagem.
- Compreender o processo de ensino e aprendizagem seus pressupostos teóricos e metodológicos discutindo as principais questões sobre avaliação da aprendizagem e avaliação no sistema educacional.
- Desenvolver reflexões e atividades que possibilitem compreender a prática educativa como processo pedagógico intencional que envolve conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos.

Bibliografia Básica:

<p>BICUDO, M.A.; SILVA JR, C.A. (org). Formação do Educador e Avaliação Educacional. Vol. 2 e vol. 3. SP, Ed. Unesp, 1999.</p> <p>GANDI, D., Planejamento como prática educativa. São Paulo: Edições Loyola, 1993. (ABC do Brasil).</p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 15.ed. São Paulo - SP: Cortez, 2003.</p> <p>NÉRICI, Imídeo Giuseppe. Metodologia do Ensino: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1981.</p> <p>VEIGA, I. P. A., (org). Projeto político da escola: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1995.</p> <p>PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: ARTMED, 1999.</p> <p>ZABALA, A. A prática educativa. Como ensinar. Porto alegre: Artes Médicas, 1998.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>PELLANDA, Nize Maria Campos. PELLANDA, Eduardo Campos. Ciberespaço: um hipertexto com Pierre Lévy. 1 ed. Porto Alegre: Artes e Ofício, 2000.</p> <p>VIEIRA, Alexandre Thomaz; COSTAS, José Manuel Moran, MASETTO, Marcos T.; ALMEIDA, Maria. Elisabeth Bianconcini. ALONSO, Myrtes. Gestão Educacional e Tecnologia- Formação de Educadores. 1 ed. São Paulo: Avercamp, 2003.</p>			
Unidade Curricular: Educação Inclusiva			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
6º	45h	15h	60h
Ementa:			
<p>Políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual. As diferentes estratégias de ensino que norteiam uma prática inclusiva, considerando os diferentes ambientes. Papel dos profissionais da educação em relação às pessoas com deficiência e a mudança de paradigmas. Acessibilidade à escola e ao currículo. Adaptações curriculares. Tecnologia Assistiva.</p>			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e discutir os princípios norteadores da Educação Inclusiva no contexto da Educação Básica; • Identificar as modalidades de atendimento da Educação Especial no Sistema Regular de Ensino; • Contextualizar os processos de aprendizagem em ambientes escolares inclusivos. 			
Bibliografia Básica:			
<p>BAPTISTA, Claudio Roberto (org.). Inclusão e escolarização: Múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.</p> <p>BEYER, Hugo Otto. Inclusão e Avaliação na escola de discentes com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>MAZZOTTA, M.J.S. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>MONTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.</p>			
Bibliografia Complementar:			

<p>BRASIL. Declaração de Salamanca. portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf acessado em 13 dezembro de 2004.</p> <p>FERREIRA, J. R. e GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do discente com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: Souza, D. B. e Faria, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003. OLIVEIRA, Luiza de Fátima Medeiros de. Formação Docente na Escola Inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2009.</p> <p>RIBEIRO, Maria Luísa Sprovieri e BAUMEL, Rosely C. R. de Carvalho (Orgs.). Educação Especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.</p>			
Unidade Curricular: PCC VI			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
6º	-	60h	60h
Ementa:			
<p>A educação socioemocional. Emoções e sentimentos na relação professor aluno. O desenvolvimento de habilidades para melhor lidar com situações de conflito. Estimulando o espaço escolar para que professores e alunos expressem seus anseios, temores e frustrações. Estimulação de debate e autorreflexão. Discussão de temas relevantes, como ansiedade, preconceito, dentre outros.</p>			
Objetivo:			
<ul style="list-style-type: none"> Realizar de atividades e criação de espaço na escola para debates e autorreflexão sobre temas relevantes para a saúde socioemocional de docentes e discentes. 			
Bibliografia Básica:			
<p>FERNANDA Tessaro: LAMPERT, Claudia Daiane Trentin: Desenvolvimento da inteligência emocional na escola: relato de experiência. In: Psicologia Escolar e Educacional. 2019, v.23: e178696. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/QnPKnNMFJGW6N9kjt89TRM/?lang=pt Acesso em: 30/05/22</p> <p>REGO: Claudia Carla de Azevedo Brunelli: ROCHA, Nívea Maria Fraga. Avaliando a educação emocional: subsídios para um repensar da sala de aula. In: Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 135-152, jan./mar. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/zWCR5qbZpNhwY8TXHVHshzf/?lang=pt&format=pdf Acesso em 30/05/2022.</p> <p>VALENTE, Sabina. Inteligência Emocional em contexto escolar. In: Revista Eletrônica de Educação e Psicologia. Volume 7, 2016, pp. 1-11 ISSN 2183-3990 Disponível em: p://repositorio.unis.edu.br/bitstream/prefix/1349/1/TCC%20NIVIA.pdf Acesso em 30/05/2022</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>ROSA DOMINGUES LEITE. O papel da escola na apropriação da inteligência emocional. Revista Científica Educ@ção, v. 3, n. 5, p. 605-621, 15 maio 2020. Disponível https://periodicosrefoc.com.br/jornal/index.php/RCE/article/view/74 Acesso em 30/05/2022</p> <p>WEDDERHOFF, E. Educação emocional: Um novo paradigma pedagógico? Revista Linhas, Florianópolis, v. 2, n. 1, 2007. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1299. Acesso em: 30 maio. 2022.</p>			
Unidade Curricular: AC V			

Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
6º	-	-	30h
Ementa:			
Atividades artístico-culturais: participação como produtor ou ouvinte em atividades e manifestações artísticas e culturais oficiais: artes visuais, dança, música, teatro, artes audiovisuais e artes circenses.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a participação dos discentes em atividades artístico-culturais. 			
Bibliografia Básica:			
<p>DOS SANTOS, E. L.; CHAPANI, D. T. O Horário de Atividades Complementares como espaço de formação crítica: limites e possibilidades. Práxis Educacional, [S. l.], v. 15, n. 35, p. 490-509, 2019. DOI: 10.22481/praxisedu.v15i35.5694. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5694. Acesso em: 16 maio. 2022.</p> <p>SOUZA, Geruza Ferreira Ribeiro; SILVA, Fabrício Oliveira. Atividades Complementares (ACs) como espaço de formação permanente de docentes. In: Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - XXV EPEN, (2020). ANAIS. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/6533-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf (Acesso em 16 de maio de 2022)</p> <p>Resolução IFTM nº 151 de 30 de junho de 2021. Aprova a Resolução “Ad Referendum” n. 55/2021, que versa sobre o Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>Atividades Complementares: Um Espaço Curricular Inovador. In.: Educação Superior comentada, políticas, diretrizes, legislação e normas do ensino superior. ABMES, 2011. Disponível em: https://abmes.org.br/colunas/detalhe/247/educacao-superior-comentada-politicas-diretrizes-legislacao-e-normas-do-ensino-superior (Acesso em, 16 de maio de 22)</p> <p>BUSSOLOTTI, Juliana Marcondes <i>et al.</i> A importância das atividades complementares no processo de aprendizado: percepção dos discentes de cursos de educação à distância da Universidade de Taubaté. In: CONGRESSO ABED (2016). ANAIS. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2016/trabalhos/137.pdf (Acesso em 16 de maio de 2022)</p>			
Unidade Curricular: Estágio II			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
6º	-	-	100h
Ementa:			
Estágio de desenvolvimento. Proporcionar a interação da teoria e sua aplicabilidade nas escolas através do levantamento de observações e acompanhamentos de atividades ligadas ao ensino de Letras (língua portuguesa, redação, literatura) na educação básica no ensino médio e na educação profissional técnica de nível médio.			

Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar plano de ação contendo a análise das condições de trabalho, das metodologias e dos recursos didáticos utilizados pelos docentes, em situações de aprendizagem e caracterização do ensino da língua Portuguesa. 			
Bibliografia Básica:			
LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. Estágio e Docência . São Paulo: Cortez, 2004.			
Perrenoud, Philippe. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos docentes e o desafio da avaliação / Philippe Perrenoud, Monica Gather Thurler, Lino Macedo Nilson Jose Machado e Cristina Dias Alessandrini; Trad. Claudia Schilling e Fatima Murad – Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.			
PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de docentes: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2006.			
Bibliografia Complementar:			
PERRENOUD, Philippe. A Prática Reflexiva no Ofício do Docente :Profissionalização e razão pedagógica . Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.			
PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (orgs). Docente reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito . São Paulo: Cortez, 2002.			
Unidade Curricular: Estudos Linguísticos V: Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Materna			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
7º	45h	15h	60h
Ementa:			
Fundamentação epistemológica. Histórico da unidade curricular de Língua Portuguesa no currículo escolar. Pressupostos teóricos do ensino operacional e reflexivo da linguagem: a linguagem como interação, o texto como enunciado, os gêneros do discurso; teorias de leitura, produção textual e letramento.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer metodologias de ensino com ênfase especial nas questões relativas à natureza prática da linguística; • Refletir sobre o contexto educacional brasileiro nas questões referentes ao ensino de língua portuguesa; • Analisar questões sobre leitura, produção textual e letramento. 			
Bibliografia Básica:			
ANTUNES, I. Aula de português: encontro & interação . São Paulo: Parábola, 2003.			
BAKHTIN, M.M. Os gêneros do discurso . In: Estética da criação verbal. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.			
GERALDI, J.W. Portos de passagem . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.			
SOARES, M. Português na escola: história de uma unidade curricular . In M. Bagno (org.) <i>Linguística da norma</i> . São Paulo: Loyola, 2002, p.155-177.			
Bibliografia Complementar:			

<p>ANTUNES, Irlandé. Língua, texto e ensino. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>BRASIL. Parâmetros Curriculares da Educação Nacional – Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC, 1998.</p> <p>MOITA LOPES, L. P. (Org.). Por uma linguística aplicada indisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006.</p>			
Unidade Curricular: Libras			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
7º	45h	15h	60h
Ementa:			
<p>Evolução da educação especial; Diretrizes educacionais para a educação especial – PCN; Informática na Educação Especial; a diversidade humana e as necessidades educacionais individuais na sala de aula; Implicações da diversidade para a prática pedagógica; concepções e paradigmas do trato à surdez; Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; integração escolar; a importância da avaliação: finalidade e objetivos.</p>			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir noções básicas da Língua Brasileira de Sinais e para a compreensão do processo educacional do discente surdo, que visa garantir-lhes acessibilidade à comunicação e ao desenvolvimento de competências para a realização de atividades pedagógicas em todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica. 			
Bibliografia Básica:			
<p>ARANHA, M.S.F. Refletindo sobre a diversidade que constitui nosso alunado. Bauru: UNESP-Bauru, 2002. BRASIL / SEESP - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC / SEF / SEESP, 2001.</p> <p>BRASIL / SEESP – Saberes e Práticas de inclusão: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de discentes surdos. [2ª ed] Coordenação geral: BRASIL/SEESP/MEC; org: Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Mec, Seesp, 2006. (Série: Saberes e Práticas da Inclusão).</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>BRASIL/SEESP/MEC. Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais - Série: Saberes e práticas da inclusão. 2ª Edição. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 92p. BRASIL / SEESP. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004. 94 Dicionário Digital da Língua Brasileira de Sinais. In: http://www.acessobrasil.org.br/</p> <p>FERNANDES, S. Conhecendo a Surdez. Paraná: Curitiba, SEDUC / DEE. 2000.</p> <p>GOMES, C.A.V. A audição e a surdez. Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre a Atenção à Pessoa com Deficiência. Programa de Pós-Graduação em Educação. UNESP-Marília. 2000.</p> <p>SALLES, H. et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica - Brasília: MEC, SEESP, 2004.</p>			
Unidade Curricular: Currículos e Programas			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total

7º	45h	15h	60h
Ementa:			
A produção do currículo na história. Concepções contemporâneas de currículo. As políticas curriculares: o currículo prescrito e o currículo em ação. Organização disciplinar do currículo e os diferentes níveis de integração entre as disciplinas: multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade. Currículo e ideologia. Os Parâmetros Curriculares Nacionais: Os currículos da educação básica. Políticas atuais de formação de docentes e currículo. O currículo e os processos avaliativos.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as diferentes concepções de currículo; refletir sobre a atualidade do currículo e sua relação de determinação com a sociedade-cultura-currículo-prática; • Analisar a ordenação geral do currículo na escola, no âmbito político, organizativo e nas práticas escolares envolvendo a ação pedagógica dos docentes; • Compreender as relações entre currículo e ideologia; • Explanar a relação do currículo com a construção do conhecimento. 			
Bibliografia Básica:			
<p>COSTA, Mariza Vorraber. O currículo nos limiões do contemporâneo. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. GOODSON, Ivor F. Currículo, teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.</p> <p>FERRAÇO, Carlos Eduardo. Cotidiano Escolar, Formação de Docentes(as) e Currículo (org.) São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>MEC - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e demais modalidades de educação.</p> <p>GIMENO SACRISTÁN, J. A. Currículo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.</p> <p>MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). Currículo, cultura e sociedade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs). Incluir para excluir. In: VEIGA NETO, Alfredo. <i>Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105 – 118.</p> <p>PACHECO, J.A. O lado político: políticas curriculares e educacionais. In: PACHECO, J.A. <i>políticas Curriculares: referenciais para análise</i>. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>SILVA, Luiz Heron (Org.) Século XXI: qual conhecimento, qual currículo? Petrópolis: Vozes, 1999.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu da. O currículo e os novos mapas culturais. In: <i>Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e a pedagogia da política</i>. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 179 – 198.</p>			
Unidade Curricular: PCC VII			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
7º	-	60h	60h

Ementa:			
Inclusão. Implicações da diversidade para a prática pedagógica. Desenvolvimento de material didático. A diversidade humana e as necessidades educacionais individuais na sala de aula. Práticas pedagógicas inclusivas.			
Objetivo:			
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver material didático para alunos com necessidades especiais. • Desenvolver os trabalhos de integração entre os diferentes componentes curriculares do semestre. 			
Bibliografia Básica:			
GLAT, Rosana. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar . Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2ª Ed. 2007			
RODRIGUES, David. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva . São Paulo, SP Summus, 2006			
ROSA, Dalva E. Gonçalves. SOUZA, Vanilton Camilo. Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores . Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2002.			
Bibliografia Complementar:			
MANTOAN, Maria Teresa Eclér. Inclusão Escolar o que e? Por quê? Como fazer?. São Paulo, SP: Ed Moderna. 2015.			
MENDES, Rodrigo Hübner, CAVALHERO, José, GITAHY, Ana Maria Caira. Artes visuais na educação inclusiva: metodologias e práticas do Instituto Rodrigo Mendes . São Paulo, SP: Ed. Petrópolis, 2010.			
Unidade Curricular: AC VI			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
7º	-	-	30h
Ementa:			
Atividades esportivas. Torneios, jogos, cursos de dança.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a participação dos discentes em atividades esportivas 			
Bibliografia Básica:			
DOS SANTOS, E. L.; CHAPANI, D. T. O Horário de Atividades Complementares como espaço de formação crítica: limites e possibilidades . <i>Práxis Educacional</i> , [S. l.], v. 15, n. 35, p. 490-509, 2019. DOI: 10.22481/praxisedu. v15i35.5694. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5694 . Acesso em: 16 maio. 2022.			
SOUZA, Geruza Ferreira Ribeiro; SILVA, Fabrício Oliveira. Atividades Complementares (ACs) como espaço de formação permanente de docentes . In: Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - XXV EPEN, (2020). ANAIS. Disponível em:			

<p>http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/6533-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf (Acesso em 16 de maio de 2022)</p> <p>Resolução IFTM nº 151 de 30 de junho de 2021. Aprova a Resolução “Ad Referendum” n. 55/2021, que versa sobre o Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>Atividades Complementares: Um Espaço Curricular Inovador. In.: Educação Superior comentada, políticas, diretrizes, legislação e normas do ensino superior. ABMES, 2011. Disponível em: https://abmes.org.br/colunas/detalhe/247/educacao-superior-comentada-politicas-diretrizes-legislacao-e-normas-do-ensino-superior (Acesso em, 16 de maio de 22)</p> <p>BUSSOLOTTI, Juliana Marcondes <i>et al.</i> A importância das atividades complementares no processo de aprendizado: percepção dos discentes de cursos de educação à distância da Universidade de Taubaté. In: CONGRESSO ABED (2016). ANAIS. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2016/trabalhos/137.pdf (Acesso em 16 de maio de 2022)</p>			
Unidade Curricular: Estágio III			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
7º	-	-	100h
Ementa:			
<p>Estágio de desenvolvimento de atividades da área de Letras (Língua Portuguesa) com o Planejamento de aula e de estratégias de apoio à regência, com explicitação dos recursos didáticos a serem utilizados no Ensino Médio e Técnico.</p>			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Planejar as aulas e seus instrumentos de avaliação para aprimorar as atividades desenvolvidas no contexto acadêmico, dentro da rede escolar pública ou privada. 			
Bibliografia Básica:			
<p>BARREIRO, I.M.F; GEBRAN, R.A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de docentes. São Paulo: Avercamp: 1ª ed. 2006.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 23a Edição. Paz e Terra. 2002. (Coleção Leitura).</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2011.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>PICONEZ, S. C. B. (Org.) A prática de ensino e o estágio supervisionado. 11.ed. Campinas: Papirus, 2005.</p> <p>PIMENTA, S.G.O estágio na formação de docentes. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>SILVA, L.C.; MIRANDA, M. I. Estágio Supervisionado e Prática de Ensino: Desafios e Possibilidades. Belo Horizonte: Ed. Fapemig. 1ª ed., 2008.</p>			
Unidade Curricular: Estudos Linguísticos VI: Análise do Discurso			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total

8º	45h	15h	60h
Ementa:			
Teorias e análises do discurso de diferentes vertentes. Conceitos de discurso. Teoria de Gênero de Discurso. Teoria de Análise Crítica do Discurso. Análise de Discurso como dispositivo teórico-analítico da interpretação. Análise de Discurso atravessada pela Psicanálise. Abordagem arqueológica do discurso. Relações língua/ discurso, texto/discurso. Análise de conteúdo vs. análise de discurso. A questão do sujeito e da autoria. Práticas de análise.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o campo teórico e metodológico da Análise de Discursos; • Compreender, por meio de ferramentas de análise do discurso, os processos de constituição do sentido nos discursos sociais. 			
Bibliografia Básica:			
BRANDÃO, Helena H. Introdução à análise do discurso . São Paulo, Unicamp, 2004. CHARAUDEAU, P. Análise do discurso controvérsias e perspectivas . In: Mari, H. (org.) FOUCAULT, M. A arqueologia do saber . Rio de Janeiro: Forense, 1988. FREIRE, S. A. Conhecendo a Análise de Discurso: linguagem, sociedade e ideologia . Manaus: Editora Valer, 2006. Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 1999. FIORIN, J.L. (1989). Elementos de análise do discurso . São Paulo, Contexto/EDUSP. MAZIÈRE, Francine. A análise do discurso . São Paulo, Parábola Editorial. Ano? ORLANDI, Eni. Análise do discurso: princípios e procedimentos . Campinas: Pontes, 1999.			
Bibliografia Complementar:			
FLORÊNCIO, A.M.G.; MAGALHÃES, B.R.; CAVALCANTE, M.S.A.O.; SOBRINHO, H.F. Análise do Discurso: fundamentos & práticas . Maceió: EDUFAL, 2009. INDURSKY, F.; LEANDRE-FERREIRA, M.C. (Orgs.) Os múltiplos territórios da análise do discurso . Porto Alegre: Ed. SagraLuzzatto, 1999.			
Unidade Curricular: Direitos Humanos e Educação Ambiental			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
8º	45h	15h	60h
Ementa:			
Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Educação Ambiental - princípios e práticas. Educação ambiental e cidadania.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Entender a história dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional; • Conhecer os documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos; • Discutir o Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos; • Propor novas práticas educativas focadas no respeito aos direitos humanos, à diversidade, à tolerância; 			

<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a história, a necessidade, o desenvolvimento e os desafios da Educação Ambiental; • Desenvolver práticas e ferramentas para a mudança de paradigmas ambientais; • Introduzir uma nova visão ambiental entre os discentes; promover e disseminar a ideia ambiental na comunidade acadêmica; • Integrar saberes de Educação Ambiental em situações reais e cotidianas. 			
Bibliografia Básica:			
<p>BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 15-47. BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. CANDAUI, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et <i>all</i>. Educação em direitos humanos e formação de docentes/as. São Paulo: Cortez, 2013. CANDAUI, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et <i>all</i>. Educação em direitos humanos e formação de docentes/as; São Paulo: Cortez, 2013. CANDAUI, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas. Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008. CARVALHO, I. C. De M. Educação Ambiental: a Formação do Sujeito Ecológico. São Paulo: Cortez, 2004. DIAS, G. F. Educação Ambiental, princípios e práticas. São Paulo: Editora Gaia Ltda., 1992. DORNELLES, João Ricardo. O que são direitos humanos? São Paulo: Brasiliense, 1989. SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo liberal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Carta da Terra. Disponível em: http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra PAIVA, Ângela Randolpho. (Org.). Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Pallas, 2012. HUMBERG, M. E. (Ed.). Cuidando do Planeta Terra: uma estratégia para o futuro da vida. São Paulo: Editora CL-A Cultural. 1992. NOAL, Fernando O. e BARCELOS, Valdo H. de L. (org.). Educação Ambiental e Cidadania: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. PIOVESAN, Flávia “Os direitos humanos da mulher na Ordem Internacional”. In: PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos. São Paulo: Max Limonad, 2003.</p>			
Unidade Curricular: Ensino e Tecnologias: Metodologias Ativas em Educação			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
8º	45h	15h	60h
Ementa:			
O que são metodologias ativas. Ensino Híbrido: personalização e tecnologias na educação. Sala de aula invertida. O papel do docente e do discente, plano de ensino e avaliação a partir das metodologias ativas. Avaliação por rubricas.			
Objetivos:			

- Compreender o conceito básico de metodologias ativas, o seu funcionamento e o uso de algumas metodologias e tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem.
- Entender o novo papel do docente e do discente perante essas metodologias.
- Desenvolver as habilidades necessárias para sua utilização prática, identificando as melhores situações de uso de cada uma delas.

Bibliografia Básica:

BACICH, L; MORAN, J. (Org.). **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: uma abordagem teórico prática**. Editora Penso, Porto Alegre, 2018.

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo. **Ensino Híbrido. Personalização e tecnologia da educação**. Porto Alegre: Editora Penso, 2015.

BERGMANN, J.; AARON, S. (Org.). **Sala de Aula Invertida - Uma Metodologia Ativa de Aprendizagem**. Rio de Janeiro, RJ, 2016, 116p.

MORÁN, J. **Mudando a educação com metodologias ativas**. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. [online] 2015, Vol. 2, p. 15-33.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007. 174p.

Bibliografia Complementar:

DIESEL, A. et al. **Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica**. Revista Thema. [online] 2017, Vol. 14, nº 1, p. 268-288.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Editora Papirus. 2012

MATTAR, J. **Metodologias Ativas. Para a educação presencial blended e a distância**. São Paulo: Editora Artesanato Educacional, 2017.

MORAN, J.M. et al. **Novas tecnologias e Mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000

PAIVA, M. R. F. et al. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: Revisão integrativa**. [online] Sanare, Sobral, 2016, Vol.15 nº.02, p.145-153.

Unidade Curricular: Língua Portuguesa V: Sintaxe

Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
8º	45h	15h	60h

Ementa:

Introdução à Sintaxe. A construção sintática. Revisão crítica dos conceitos gramaticais. Categorias gramaticais. Estudo os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos da oração e do período em língua portuguesa: elementos constitutivos, relações e processos de construção, estrutura informacional.

Prática:

Objetivos

- Refletir sobre as relações sintáticas do português, analisando-as e descrevendo-as, com base em instrumentos teóricos e empíricos.
- Definir o objeto de estudo da sintaxe;
- Conhecer as modalidades de gramática;
- Analisar fenômenos gramaticais da língua portuguesa

<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer que a sintaxe é um dos componentes gramaticais e um dos níveis de análise linguística de uma língua. 			
Bibliografia Básica			
BAGNO, M. Gramática pedagógica do português brasileiro . São Paulo: Parábola, 2003. BECHARA, E. Gramática escolar da língua portuguesa . Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Cristina; LOPES, Ruth, E.V. Novo Manual de sintaxe . Florianópolis: Insular, 2004. RAPOSO, E. Teoria da Gramática: a faculdade da linguagem . Lisboa: Caminho, 1992.			
Bibliografia Complementar			
MACHADO, Maria da conceição. Fundamentos de Sintaxe . In.: COSTA, Catarina de Sena S. M. (Org.). Linguística e Ensino de língua portuguesa: sensibilidade cultural e interação didático-pedagógica . Teresina. EDUFPI, 2000. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (org.) Introdução à linguística: domínios e Fronteiras . vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004. NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português . São Paulo: Editora UNESP, 2000. PERINI, M. A. A Gramática descritiva do português . São Paulo, Ática, 1995.			
Unidade Curricular: PCC VIII			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
8º	-	55h	55h
Ementa:			
As instâncias da Gestão escolar. O conselho de classe. Criação, atribuições e funcionamento do Colegiado escolar. Comissão para elaboração e revisão de projetos. Projeto Pedagógico para criação de curso. Participação ativa da comunidade escolar nos processos decisórios. A escola como um espaço de protagonismo da comunidade escolar.			
Objetivo:			
<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as diferentes instâncias decisórias que existem nas escolas e compreender suas funções e finalidades. Observar como se dá o processo decisório no ambiente escolar; 			
Bibliografia Básica:			
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da escola: teoria e prática . 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens . Petrópolis: Vozes, 2005. PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2006.			
Bibliografia Complementar:			
ALMEIDA, Laurinda Ramalho; PLACCO, Vera Maria (Orgs.). O Coordenador pedagógico e o espaço da mudança . São Paulo: Loyola, 2005. PLACCO, Vera Maria; ALMEIDA, Laurinda (Orgs.). O Coordenador Pedagógico e os desafios da educação . São Paulo: Loyola, 2008.			
Unidade Curricular: AC VII			

Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
8º	-	-	20h
Ementa:			
Atividades sociais, cívicas e ambientais. Participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição. Participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares. Participação em atividades beneficentes. Atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade. Engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a participação dos discentes em Atividades sociais, cívicas e ambientais. 			
Bibliografia Básica:			
<p>DOS SANTOS, E. L.; CHAPANI, D. T. O Horário de Atividades Complementares como espaço de formação crítica: limites e possibilidades. Práxis Educacional, [S. l.], v. 15, n. 35, p. 490-509, 2019. DOI: 10.22481/praxisedu.v15i35.5694. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5694. Acesso em: 16 maio. 2022.</p> <p>SOUZA, Geruza Ferreira Ribeiro; SILVA, Fabrício Oliveira. Atividades Complementares (ACs) como espaço de formação permanente de docentes. In: Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - XXV EPEN, (2020). ANAIS. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/6533-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf (Acesso em 16 de maio de 2022)</p> <p>Resolução IFTM nº 151 de 30 de junho de 2021. Aprova a Resolução “Ad Referendum” n. 55/2021, que versa sobre o Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>Atividades Complementares: Um Espaço Curricular Inovador. In.: Educação Superior comentada, políticas, diretrizes, legislação e normas do ensino superior. ABMES, 2011. Disponível em: https://abmes.org.br/colunas/detalhe/247/educacao-superior-comentada-politicas-diretrizes-legislacao-e-normas-do-ensino-superior (Acesso em, 16 de maio de 22)</p> <p>BUSSOLOTI, Juliana Marcondes <i>et al.</i> A importância das atividades complementares no processo de aprendizado: percepção dos discentes de cursos de educação à distância da Universidade de Taubaté. In: CONGRESSO ABED (2016). ANAIS. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2016/trabalhos/137.pdf (Acesso em 16 de maio de 2022)</p>			
Unidade Curricular: Estágio IV			
Período:	C.H. Teórica:	C.H. Prática	C. H. Total
8º	-	-	100h
Ementa:			

Estágio de planejamento e produção de materiais didáticos diversos, com regência de classe por meio do uso de diferentes estratégias de ensino, incluindo exposições dialogadas, atividades experimentais, demonstrações, trabalhos de investigação, exercícios, atividades em grupo como suporte à elaboração conceitual, desenvolvidos dentro do ensino de língua portuguesa no PROEJA, EJA e Educação Especial.
Objetivos:
<ul style="list-style-type: none"> • Produzir materiais necessários para uso em sala de aula, tendo a elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação, dentro das redes escolares públicas e privadas, no intuito de aperfeiçoar as competências dentro do campo de ensino de Língua Portuguesa (Letras, Redação, Literatura) voltado para o PROEJA, EJA e Educação Especial.
Bibliografia Básica:
<p>ALVES, Nilda. O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais. São Paulo: Loyola, 2006.</p> <p>FILATRO, Andréa. Design Instrucional na Prática. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2009.</p> <p>PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado. São Paulo: Papirus, 2001.</p>
Bibliografia Complementar:
<p>BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.</p> <p>VIEIRA, Alexandre T. Gestão educacional e tecnologia. São Paulo: Avercamp, 2003.</p>

12 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

A educação na modalidade a distância tem características próprias que a fazem particular e distinta, tanto no seu enfoque, quanto em seus objetivos, meios, métodos e estratégias. Com intuito de defini-la Garcia afirma que “A educação a distância se baseia em um diálogo didático mediado entre o docente (instituição) e o discente que, localizado em espaço diferente daquele, aprende de forma independente (cooperativa)” (GARCIA ARETIO, 2001).

Nesta definição, o autor resume o que considera as principais características desta modalidade de ensino:

- a) quase permanente separação do docente e discente no espaço e no tempo, salvaguardando-se que nesta última variável pode produzir-se também interação síncrona.

- b) o estudo independente no qual o discente controla o tempo, espaço, determinados ritmos de estudo e, em alguns casos, itinerários, atividades, tempo de avaliação etc. Aspectos que podem complementar-se – ainda que não necessariamente – com as possibilidades de interação em encontros presenciais ou eletrônicos que fornecem oportunidades para a socialização e a aprendizagem colaborativa.
- c) a comunicação mediada de via dupla entre docente e discente e, em alguns casos, destes entre si através de diferentes recursos.
- d) o suporte de uma instituição que planeja, projeta, produz materiais, avalia e realiza o seguimento e motivação do processo de aprendizagem através da tutoria. (GARCIA ARETIO, 2001, p. 40).

Assim, por suas características, a educação a distância supõe um tipo de ensino cujo foco está no discente, e não na turma. Esse discente deve ser considerado como sujeito do seu aprendizado, desenvolvendo autonomia e independência em relação ao docente, que o orienta no sentido do “aprender a aprender e aprender a fazer”.

A separação física entre os sujeitos faz ressaltar a importância dos meios de aprendizagem. Os materiais didáticos devem ser pensados e produzidos dentro das especificidades da educação a distância e da realidade do discente para o qual o material está sendo elaborado. Da mesma maneira, os meios em que esses materiais serão disponibilizados. No entanto, não se pode deixar de ter em conta o avanço dos meios informáticos e digitais, sobretudo como uma tecnologia que facilita em grande medida a comunicação, a troca e a aquisição de informação. É nesse sentido que a elaboração de materiais para web e a utilização de mídias digitais revelam-se como alternativa acessível e sustentável para que o discente desenvolva seu processo de aprendizagem.

Apesar da característica de estudo autônomo da EaD, as teorias de aprendizagem apontam para a eficácia da construção coletiva do conhecimento, da necessidade do grupo social como referência para o aprender. Um dos grandes desafios aqui é tornar viável o coletivo no qual a marca é individual.

O estudo a distância é realizado pelo discente por meio de leituras individuais; da participação nas videoconferências; na interação em fóruns e chats; pela realização de atividades individuais e coletivas, além do ambiente virtual de aprendizagem, sempre com o apoio e o acompanhamento, de forma direta e mais constante, dos Tutores.

A presença e disponibilidade do tutor e do docente têm sido importantes não somente como elemento motivador, mas também, e por isso mesmo, como estratégia de diminuição da evasão. Um papel que a tutoria vem sendo chamada a desempenhar é o de espaço de articulação e suporte ao estudo cooperativo,

de modo a garantir a construção coletiva do conhecimento. Isso, sem renunciar a uma das características mais básicas da EaD, que é a autonomia do discente e sua liberdade em aprender.

Nesse sentido, o curso de licenciatura em Matemática compreende a aprendizagem como um processo de interação que proporciona aos discentes sentimentos de pertencimento e cooperação e a troca real de perguntas, respostas e argumentação que acontece na comunicação mediada onde todos os aprendizes e docentes estão interagindo, cooperando e aprendendo juntos. Essa concepção, portanto, não comunga com a simples disponibilização de informação para que haja a construção de conhecimentos.

A concepção pedagógica a ser exercida está fundamentada em uma organização que se ancora na articulação entre as dimensões teóricas e práticas, na interdisciplinaridade, nos conhecimentos que fundamentam a ação pedagógica, na formação comum e específica, bem como nos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional. Metodologia que se desenvolverá a partir de estratégias pedagógicas que instiguem a participação interativa, autônoma e colaborativa dos discentes. O conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. Isso significa que o conteúdo organizado pelo docente precisa ser trabalhado, refletido, reelaborado pelo discente com o suporte de tecnologias interativas, do material impresso e da prática pedagógica, para se constituir em conhecimento individual, que é intransferível.

Do ponto de vista pedagógico e metodológico, a EaD utiliza tecnologias síncronas e assíncronas, do ambiente virtual Moodle customizado, de ferramentas didáticas e de interação, de práticas laboratoriais, além de encontros presenciais com experimentação direta dessas práticas educativas.

Cada unidade curricular tem um docente sob sua responsabilidade, que faz o planejamento, elabora os materiais instrucionais, estabelece as atividades avaliativas, desenvolve os encontros presenciais e corrige as avaliações presenciais, além de um tutor presencial.

Os encontros presenciais são organizados pelo tutor presencial a partir das atividades planejadas e realizadas pelo docente por meio da tecnologia videoconferência e execução de tarefas presenciais. As videoaulas, a videoconferência e a organização do conteúdo programático no ambiente virtual são realizadas por docentes especialistas com amplo conhecimento teórico e prático, sendo planejadas com o objetivo de apresentar, discutir e compreender os conteúdos a partir dos textos de referências indicadas na apostila. Os questionamentos e dúvidas que surgirem durante o estudo chegam ao docente por meio do fórum de discussão, instrumento que permite a interatividade e a comunicação entre o discente, o docente e o conhecimento.

O Encontro Presencial (EP) constitui um momento de interação entre os participantes do curso. Para que ele seja significativo, contando com a presença dos discentes, é necessário que as atividades e os conteúdos propostos sejam distintos daqueles disponibilizados no AVA e que evidenciem a importância da presença do discente no polo para a sua realização. Portanto, ao preparar e planejar o encontro presencial, são utilizadas estratégias de ensino que realmente incentivem a imprescindível presença do discente na realização das atividades e estudo do conteúdo. Preparar atividades que estejam de acordo com o tempo estabelecido, com a preocupação de que o conteúdo a ser construído ou transmitido seja uma continuação das atividades virtuais, mas que não seja exclusivamente sua repetição.

Objetivos para as atividades nos encontros presenciais:

- ✓ Favorecer a habilidade de trabalhar em grupo/equipe;
- ✓ Promover a participação dos discentes;
- ✓ Promover a cooperação entre os discentes;
- ✓ Estimular a habilidade de resolução de situações-problemas a partir da interação entre os colegas no enfrentamento das dificuldades;
- ✓ Possibilitar trocas de experiências;
- ✓ Realizar atividade grupal para aprofundamento de aspectos mais relevantes, com troca de informações e pontos de vista entre os grupos e exposição oral de resultados;
- ✓ Executar prática que não são passíveis de serem realizadas a distância;
- ✓ Realizar atividade individualmente ou em grupo, variando-se a modalidade de um encontro para o outro, para evitar a monotonia;
- ✓ Promover painéis de discussão e seminários de modo a apresentar outras visões do conteúdo ou aprofundamento do conhecimento; dentre outros.

As atividades a distância são tarefas planejadas, tendo como referência, as reflexões sobre pontos apresentados nos encontros presenciais, nas apostilas, com o objetivo de aprofundar e complementar o conteúdo estudado, além de orientações para o desenvolvimento de pesquisas, leituras complementares, trabalhos em grupos, revisão de conteúdo. O acompanhamento e orientação das atividades a distância são realizadas pelo docente.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem propicia o processo de ensino e aprendizagem e a comunicação com os coordenadores, docentes, tutores e os próprios discentes. O apoio e a comunicação ao processo ensino aprendizagem incluem os atendimentos e o acompanhamento dos profissionais: docente, tutor presencial, tutor virtual, coordenador de curso, coordenador de tutoria, coordenador de polo, equipe

multidisciplinar, além da equipe de Tecnologia da Informação (TI), do setor pedagógico, da coordenação adjunta e da coordenação-geral. Cada unidade curricular conta com um docente responsável pelo planejamento e elaboração dos materiais instrucionais, com tutores presenciais e virtuais, com o coordenador de curso, com o docente conteudista e com a equipe multidisciplinar.

- Tutores: apoiam a organização didático-pedagógica do estudo presencial, promovem a participação ativa do discente, incentivam e orientam na elaboração do plano de estudos, acompanham e facilitam a aprendizagem; incentivam a participação do discente em interatividade; disponibiliza informativos relevantes, calendários acadêmicos, cronogramas de avaliação; arquivam e/ou enviam documentações necessárias; encaminha requerimentos e solicitações de acadêmicos tanto para coordenação de curso quanto para o coordenador de polo; o vínculo do discente com a instituição; a orientação durante o processo de aprendizagem; a fomentação do desenvolvimento do estudo independente; a complementação, atualização, facilitação da aprendizagem de conteúdo.
- Docentes autores: responsáveis pelas unidades didáticas e pelo material didático;
- Docentes: responsáveis pelo conteúdo e avaliações, videoaulas, alimentação e organização do ambiente virtual, atuação direta no fórum de discussão respondendo as dúvidas dos discentes.

Compõem o apoio educacional e administrativo, os segmentos a seguir:

- Equipe multidisciplinar
- Coordenação de Tecnologia e Comunicação
- Design Instrucional
- Coordenação de Curso
- Setor Pedagógico
- Coordenação de Polo
- Coordenação-Geral e adjunta do Programa UAB
- Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão CAUPT

12.1 Material didático

Entende-se a educação a distância como um diálogo mediado por objetos de aprendizagem, os quais são projetados para mediar as relações docente/discente/conhecimento. Assim, os materiais e objetos didáticos adquirem uma importância fundamental no planejamento de cursos à distância e configura-se

como um conjunto de mídias (audiovisuais e informáticas), no qual os conteúdos apresentam-se de forma dialógica e contextualizada, favorecendo uma aprendizagem significativa. Dentre os meios e recursos didáticos possíveis, planeja-se utilizar, basicamente:

Materiais didáticos digitais: guias de estudos, apostilas, cadernos de exercícios, unidades didáticas, textos, livros em formatos *doc* e *pdf*, simuladores, fóruns, salas de bate-papo, hipertextos e hipermídias, atividades interativas, tarefas virtuais, WEBQuest, animações, textos colaborativos (Wiki) etc. Os materiais didáticos digitais constituem em um dos principais meios de socialização do conhecimento e de orientação do processo de aprendizagem, articulados com outras mídias. Eles são fornecidos aos discentes pelos docentes responsáveis pela unidade curricular ou na biblioteca virtual do curso. O material didático digital apresenta objetivos específicos, considerando as peculiaridades do processo de educação a distância e para o público ao qual se destina, dentre as quais:

- ✓ Fortalecer os processos de leitura e escrita, utilizando uma linguagem clara e concisa, em tom de conversação;
- ✓ Utilizar elementos imagéticos variados bem como o uso de exemplos e analogias, a fim de favorecer a compreensão dos conteúdos teóricos e práticos e os processos de conexão e contextualização sociocultural;
- ✓ Mobilizar os conhecimentos prévios dos discentes, fazer uso de casos e exemplos do cotidiano, de modo a facilitar a incorporação das novas informações aos esquemas mentais preexistentes.
- ✓ Contemplar instruções ou orientações passo-a-passo para as atividades práticas propostas, de forma a antecipar roteiros e procedimentos e servir como referência para consultas posteriores.
- ✓ Conferir uma programação visual atraente, organizada e sistemática e viabilizando o estudo.

Materiais instrumentais: seja para utilização em aulas práticas de laboratório de ensino, seja para observações individuais domésticas a partir de elementos da própria realidade do discente. Importante ressaltar a grande quantidade de objetos de aprendizagem já disponíveis nos diversos sites da Internet.

Materiais audiovisuais: programas de TV, filmes, vídeos, programas radiofônicos, outdoors, letreiros, propagandas, revistas, panfletos, embalagens, fotografias, videogames, vídeos, videoconferência, entre outros. A utilização dos meios audiovisuais é uma grande oportunidade de aproximação da atividade docente com os elementos constitutivos da vida diária e do conhecimento espontâneo dos discentes, ilustram e sintetizam os conteúdos trabalhados, ao experimentar, construir, elaborar conhecimentos, funcionando também como elemento motivador para os estudos. Na concepção e produção de materiais audiovisuais é preciso considerar o discente como sujeito ativo, por isso, precisam privilegiar

provocações, questionamentos e novos olhares. Assim como, fomentar a criatividade e apresentar possibilidade de consulta, estudo e revisão. O conteúdo audiovisual deve estar relacionado com o do material impresso e o do ambiente virtual.

Suporte informático: videoconferência e Internet.

É importante acrescentar que todo material didático é elaborado pelo docente considerando os seguintes elementos:

- ✓ O perfil dos discentes, o perfil do egresso e os objetivos da área de formação;
- ✓ Condições de infraestrutura e de recursos materiais para o desenvolvimento do curso;
- ✓ Potencialidades e limitações das linguagens de cada uma das mídias;
- ✓ Definição clara de objetivos gerais e específicos orientadores da aprendizagem;
- ✓ Possibilidade conservação, reprodução e utilização livre;
- ✓ Integração das diversas mídias, buscando a complementaridade;
- ✓ Centrados na construção de uma aprendizagem que desenvolva as capacidades de autonomia, responsabilidade e participação ativa no processo educativo.

O docente pesquisador ao elaborar o material didático ou ao escolher a apostila nos sistemas UAB – SisUAB, tem como orientação e acompanhamento:

- ✓ Coordenação de curso: orientações relacionadas ao projeto pedagógico, de regulamentações institucionais e de avaliação quanto à pertinência e adequação do conteúdo;
- ✓ Setor Pedagógico: orientação didático-metodológica e contribuição com a reflexão sobre a prática como um dos caminhos da teorização;
- ✓ Profissionais da área de tecnologia da informação: apoio na utilização da tecnologia e seus recursos;
- ✓ Profissionais da área de multimídia: apoio na gravação de videoaulas e utilização de recursos audiovisuais;
- ✓ Profissionais de conferência do AVA: orientação na organização da página, avaliação quanto aos recursos utilizados e sua eficiência na utilização pelo discente;
- ✓ Profissionais em ambiente virtual: orientação e colaboração na utilização de todas as funcionalidades do AVA para que os processos de ensinar e de aprender sejam dinâmicos, organizados, sistemáticos e colaborativos.

12.2 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no Processo Ensino-Aprendizagem

O ensino a distância funciona como uma sala de aula virtual, onde o discente é acompanhado diariamente pelos tutores, docentes e coordenação de curso. Para disponibilização das unidades curriculares será utilizada a plataforma de ensino-aprendizagem a distância Moodle. Cada página virtual é criada pelos docentes, configurada pelo responsável pelo Design Instrucional e contém conteúdo, atividades virtuais e presenciais. O número de módulos para cada unidade curricular leva em consideração a carga horária, conteúdo e tempo de estudo. A disponibilização dos materiais nas páginas virtuais poderá ser realizada por meio de download ou ainda utilizando o recurso de videoaulas.

As atividades a distância são acompanhadas por tutores e docente, podendo contemplar várias ferramentas avaliativas como Fórum de Discussão, Questionário e Atividade de Envio Único de Arquivo. As atividades presenciais são realizadas no encontro presencial, cujo monitoramento será realizado pelo tutor presencial e desenvolvido pelo docente por meio de webconferência, vídeos aulas e/ou roteiros de estudo. O discente terá acesso, além das páginas virtuais, a apostilas impressas.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) MOODLE

O IFTM utiliza como AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) a plataforma Moodle. O Moodle é uma plataforma virtual empregada para fins educativos que consiste na sala de aula no formato digital, isto é, um sistema que proporciona aos docentes compartilhar materiais e de se comunicar com os discentes. O Moodle é um ambiente de aprendizagem composto por ferramentas que visam contribuir para o processo de ensino e de aprendizagem dos discentes.

Ferramentas de Interatividade do Moodle

Sítio eletrônico do curso: agrega o conteúdo e as informações relativas ao curso de forma a aproveitar o potencial pedagógico do computador; permitindo a troca de mensagens; o envio de avisos; a possibilidade de atividades avaliativas, além de oferecer materiais complementares de estudo, no site: <https://ava.uab.iftm.edu.br/course/index.php?categoryid=5>

Correio Eletrônico (mensagens): possibilita comunicações entre os atores envolvidos no processo de aprendizagem. As mensagens ficam registradas tanto no ambiente virtual de aprendizagem, como no e-mail cadastrado para o participante;

Bate-papo (chat): possibilita comunicações síncronas entre os atores envolvidos no processo de ensino aprendizagem;

Fórum: permite/possibilita discussão assíncrona e permite que todas as mensagens trocadas fiquem registradas, oferecendo aos participantes a possibilidade de acompanhamento das discussões no decorrer do curso e uma avaliação mais detalhada da participação do discente;

Webconferência: permite a realização de atividades mais interativas. A comunicação é feita por áudio e vídeo, em tempo real e com a possibilidade do uso de textos e arquivos. Durante uma webconferência, os discentes podem interagir por meio de chat enviando questionamentos que poderão ser respondidos ao longo da aula e/ou após sua realização. A discussão é assíncrona e permite que todas as mensagens trocadas fiquem registradas, oferecendo a possibilidade de acompanhamento das discussões no decorrer do curso.

Diário de Bordo: possibilita o diálogo direto e pessoal dos discentes com o tutor de sua turma, a fim de que discutam notas, orientações e dificuldades;

Tarefa: Permite que atividades de avaliação sejam propostas pelo docente/tutor e postadas pelos discentes, seguidas de avaliações com feedbacks, comentários e notas.

Ferramentas de Informações

Manual do discente UAB: instruções e orientações sobre a metodologia do curso e atividades avaliativas, disponível no Painel do AVA-Moodle;

Manual Moodle: orientações sobre a uso da plataforma virtual, disponível no Painel do Moodle em tutoriais;

Cronograma: informando sobre datas de envio de atividades e eventos programados para o curso, disponível no mural de avisos do ambiente do curso;

Referências bibliográficas: relacionadas aos temas abordados apresentada aos discente na apresentação do Plano de Ensino da unidade curricular.

Relatórios de frequência e Notas: local virtual onde o discente terá acesso ao seu desempenho;

Participantes: acesso à lista de participantes da sua turma, incluindo tutores e discentes. Através da lista os discentes poderão enviar mensagens aos participantes;

Biblioteca: textos básicos e complementares, curiosidades, links, vídeos, entrevistas, indicações de leitura, indicações de publicações diversas;

Busca avançada: ferramenta de busca do Moodle direcionada para a pesquisa de palavras que remetem aos conteúdos dos fóruns dentro do curso.

Ferramentas de Interatividade do VIRTUALIF

E-mail Institucional para estudantes do IFTM: os discentes do curso de Licenciatura em Letras do IFTM/UAB estão inscritos no domínio estudante.iftm.edu.br. O domínio estudante.iftm.edu.br será utilizado apenas para contas de correio eletrônico como um recurso para apoiar discentes, docentes e servidores técnico-administrativos no cumprimento de suas atribuições nas áreas de administração, ensino e aprendizagem, pesquisa, extensão, comunicação e serviços.

12.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

O IFTM utiliza como AVA a plataforma Moodle, instalada em servidor quadricore, com 1.200 gigabytes de capacidade de armazenamento. O sistema de hardware comporta a manutenção dos conteúdos postados on-line e o gerenciamento de todas as informações do processo EaD na instituição. A plataforma Moodle permite o gerenciamento de informações acadêmicas, administrativas e também de comunicação, sendo possível a integração entre discentes, docentes e tutores e foi escolhida por ser um software de domínio livre e por atender aos objetivos da EaD do IFTM. O servidor está instalado na unidade de EaD que faz a alimentação do sistema de gerenciamento das informações.

Desde 2012, ano da primeira oferta dos cursos EaD pelo IFTM, a equipe de TI desenvolveu uma série de mudanças na plataforma a fim de torná-la ainda mais eficiente em termos de acompanhamento e gerenciamento dos cursos, tais como:

Relatórios de gestão:

- ✓ Relatórios de discentes em situação de recuperação;
- ✓ Relatórios de discentes em situação de dependência;
- ✓ Relatórios de nota e frequência;
- ✓ Requerimentos CRCA;
- ✓ Controle de matrícula
- ✓ Postagem e correção de provas no Moodle

Além disso, o Moodle do IFTM é utilizado para formação de docentes dos cursos EaD e também nos cursos presenciais.

Tais mudanças na plataforma demonstram o empenho do campus no aperfeiçoamento das ferramentas de aprendizagem e de gestão dos cursos EaD.

12.4 Ambientes profissionais vinculados ao curso

Os Polos de Apoio Presencial da UAB constituem um dos ambientes profissionais do curso de Licenciatura em Letras-Português. Atualmente o curso possui cinco polos sendo eles nas cidades de Frutal, Araxá, Coromandel, Paracatu e Araguari, no Estado de Minas Gerais.

Todos os polos são autorizados pela CAPES para recebem cursos pelo Programa Universidade Aberta do Brasil e contam com a seguinte estrutura:

I - Física e Administrativa:

- a) sala administrativa;
- b) sala de tutoria
- c) laboratório de informática ou sala multimídia;
- d) sala de estudos;
- e) sala(s) de aula/webconferência

II - Tecnológica:

- a) acesso à internet disponível em todos os espaços do polo, para uso dos discentes, docentes e quadro administrativo;
- b) computadores ou outros dispositivos similares que permitam o acesso à internet, com número mínimo de 50%, considerando a quantidade de vagas previstas para o respectivo polo;
- c) e equipamentos para a realização de webconferência.

Além dos Polos de Apoio Presencial, o IFTM estabelece convênios com as Superintendências Regionais de Educação no Estado de Minas Gerais para que os discentes possam realizar o estágio obrigatório nas escolas estaduais, sendo que estas também constituem ambientes profissionais vinculadas ao curso de Licenciatura em Letras-Português.

13 ATIVIDADES ACADÊMICAS

13.1 Estágio Curricular

Obrigatório

O Estágio Supervisionado como componente curricular obrigatório, apresentado no curso de Licenciatura em Letras - Português como unidade curricular, para o melhor acompanhamento e desenvolvimento das atividades de prática profissional, é condição para a integralização do curso. O estágio supervisionado das licenciaturas do IFTM tem por objetivos possibilitar a vivência e a análise de situações reais das atividades de docência; assegurar uma formação profissional que permita ao licenciando a apreensão de processos teórico-crítico e operativos-instrumentais para o exercício da docência em diferentes espaços educacionais; proporcionar situações de convívio, cooperação e troca de experiências, necessários ao desenvolvimento do comportamento ético e compromisso profissional; criar situações reais que promovam a prática de estudo, da análise, da problematização, da reflexão e da proposição de alternativas capazes de colaborar com a melhoria das situações de ensinar e de aprender encontradas nas escolas; facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares permitindo adequar estes conteúdos às constantes inovações; estimular o desenvolvimento da criatividade de forma a aprimorar modelos, métodos, processos e a adoção de tecnologias e metodologias alternativas; integrar os conhecimentos de pesquisa, extensão e ensino em benefício da comunidade; desenvolver uma concepção multidisciplinar e a indissociabilidade entre teoria e prática no processo formativo do licenciando.

De acordo com a legislação, os cursos de licenciatura devem garantir em seus projetos pedagógicos uma carga horária equivalente a 400 horas de Estágio Supervisionado. Tendo em vista a necessária articulação entre teoria e prática, o Estágio Supervisionado será orientado por um docente Supervisor de Estágio que elaborará o plano de atividades em consonância com as discussões teóricas que serão desenvolvidas ao longo do curso.

O estágio supervisionado é parte integrante da formação de docentes e se destina a iniciação profissional que deve ocorrer junto às instituições educacionais, em atividades de planejamento e observação, participação e regência. O Componente Curricular Estágio Supervisionado iniciará a partir do quinto (5º) semestre perfazendo um total de 100 horas por semestre, totalizando 400 horas.

As atividades de estágios estão divididas em três fases: Estágio de Observação, Estágio de Participação e Estágio de Regência. Na fase de observação o discente irá problematizar situações de aprendizagem vivenciadas na Instituição cedente e/ou sala de aula. A ação de intervenção e aplicação será construída coletivamente. Na fase de participação e regência o discente desenvolverá um trabalho articulado com o

docente/orientador, construindo alternativas de intervenção. Assim, inúmeras situações podem ser vivenciadas através de projetos integrados com o estagiário e o docente/orientador de estágio. No final de cada uma das fases haverá uma avaliação que tem como objetivo redimensionar a atividade de estágio, revendo o papel da escola na sociedade, fazendo reflexões em torno de todos os elementos que interagem com a proposta criada entre o campo de estágio e a instituição de formação.

As atividades de estágio obrigatório estão previstas nas Resoluções nº 129/2020 e nº 200/2021 que respectivamente aprova e altera o Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM e no Regulamento de Estágio Curricular dos Cursos de Licenciatura do IFTM aprovado pelo Conselho Superior por meio da Resolução nº 199/2021.

As instituições de formação trabalharão em interação sistemática com as escolas de educação básica, desenvolvendo projetos de formação compartilhados, por meio de formalização de convênios e processos de acompanhamento. Aos discentes dos cursos de formação docente para atuação na educação básica, em efetivo exercício regular da atividade docente na educação básica, o estágio curricular supervisionado poderá ser reduzido, em no máximo 200 horas, desde que apresente documentação comprobatória, no início do semestre, respeitando os prazos e regulamentos do IFTM para aproveitamento de estudos.

Não obrigatório

O discente do curso de Licenciatura em Letras- Português poderá realizar, a partir do segundo período do curso, estágio de caráter optativo e não obrigatório, visando adquirir experiências que sejam pertinentes às áreas de conhecimento e de atuação abrangidas pelo curso. O estágio de caráter optativo e não obrigatório poderá ser aproveitado como parte das Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais, conforme normas estabelecidas neste projeto pedagógico, bem como no Regulamento das Atividades Complementares do IFTM, sendo, neste caso, reconhecido como atividade de extensão e regulado como tal.

- Lei nº 11.788, de 25/09/2008;
- Instrução Normativa do Ministério da Economia nº 213/2019
- Regulamento de Estágio do IFTM – Resolução nº 199/2021

13.2 Atividades Complementares

As Atividades Complementares são consideradas primordiais para o desenvolvimento da aprendizagem dos discentes e para a construção do seu perfil profissional. São propostas interativas que colocam o discente em movimento em contato com diversas atividades, como palestras, cursos, projetos e outros que o discente pode escolher e trilhar na instituição acadêmica como forma de complementar o currículo, e ser uma possibilidade de contato com diversos saberes que serão um diferencial no seu processo de Formação.

No curso de Licenciatura em Letras-Português as Atividades Complementares serão ofertadas ao longo do curso como unidades curriculares (ACI a AC VII) visando o melhor acompanhamento e incentivo dos discentes para participarem de atividades em todas as modalidades e o registro delas.

As unidades curriculares, os estágios obrigatórios e os trabalhos de conclusão de curso e as unidades curriculares de extensão não podem ser considerados como Atividades Complementares.

As Atividades Complementares têm por finalidades:

- permitir um espaço pedagógico aos discentes para que tenham um conhecimento experiencial;
- oportunizar a vivência do que se aprende em sala de aula;
- permitir a articulação entre teoria e prática;
- ampliar, confirmar e contrastar informações;
- realizar comparações e classificações de dados segundo diferentes critérios;
- conhecer e vivenciar situações concretas de seu campo de atuação.
- proporcionar espaços e momentos de produção autoral estudantil a partir de reflexões críticas e reflexivas;
- fomentar a prática integradora estudantil entre os conteúdos e temas trabalhados nas unidades curriculares.

Neste sentido, as Atividades Complementares favorecem o exercício de experiências concretas que ajudarão os discentes a compreenderem mais facilmente conceitos teóricos abordados em sala de aula, o estímulo à prática de estudos independentes, opcionais, interdisciplinar, evidenciando, assim, o princípio da flexibilização curricular. Os discentes serão orientados a participarem de ações institucionais e de outras instituições que contemplem:

- ✓ Realizar e participar de atividades que discutem questões culturais, sociais, econômicas que permeiam o conhecimento sobre o desenvolvimento humano;

- ✓ Participar de programas e atividades que promovam a formação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, valorização de identidade rumo à construção de nação democrática;
- ✓ Contribuir e participar de atividades que desenvolvam ações sobre a Educação Ambiental.

Para atribuição da carga horária correspondente, as Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais são classificadas em seis modalidades:

- I. Atividades de ensino;
- II. Atividades de pesquisa;
- III. Atividades de extensão;
- IV. Atividades artístico-culturais;
- V. Atividades esportivas;
- VI. Atividades sociais, cívicas e ambientais.

As Atividades Complementares têm uma carga horária total de, no mínimo, 200 horas, sendo realizadas ao longo do curso e computadas a cada semestre até o tempo de integralização do curso pelo discente. Conforme o Art. 13 da Resolução IFTM n. 151/2021, na contabilização das ACs serão consideradas: I - para os casos em que a entrega for feita a cada período letivo, apenas as atividades realizadas no respectivo período.

Ainda nesse sentido, o discente deve encaminhar documentos comprobatórios de suas atividades complementares ao docente responsável pela unidade curricular das referidas atividades. O docente será responsável por acompanhar, orientar e esclarecer dúvidas dos discentes, além de avaliar e certificar os documentos comprobatórios entregues pelos discentes. O discente terá acompanhamento do seu cumprimento das atividades mediante relatórios atualizados fornecidos pelo docente.

As Atividades Complementares terão como diretrizes o Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, aprovado pela Resolução Consup nº 151/2021, e o instrumento normativo que organiza e disciplina as Atividades Complementares – ACs, conforme prescreve o Art. 2º “Compreende-se como ACs atividades de ensino, pesquisa, extensão, artístico-culturais, esportivas, sociais e ambientais que sejam consideradas válidas pelos campi para a formação do seu corpo discente, independentemente de serem ofertadas pelo IFTM ou por outra instituição pública ou privado.”

Deve-se nesta caminhada estar atento quais são as atividades que são classificadas como ACs e as atividades que não são consideradas ACs. Como atividades que não se enquadram como ACs destaca-se os estágios obrigatórios e os trabalhos de conclusão de curso. Reiteramos que as unidades curriculares de extensão não poderão ser contabilizadas como AC, conforme Resolução Consup IFTM nº 53/2020.

As ACs têm como objetivos “propiciar ao estudante o enriquecimento curricular, a diversificação temática, o aprofundamento interdisciplinar, a flexibilização do currículo e a sua interação com a sociedade”. (Res. nº 151/2021, Art. 3)

Cada uma dessas modalidades é detalhada em categorias de atividades que são consideradas para efeito de pontuação e especificadas na tabela a seguir:

**ATIVIDADES COMPLEMENTARES
Conforme Resolução IFTM n. 151/2021
(Porcentagens correspondentes a 200h)**

MODALIDADE: ATIVIDADES DE ENSINO

Tipo de atividade	Carga horária máxima semestral
Monitoria	50%
Unidades extracurriculares	40%
Participação em órgãos colegiados/conselhos	20%
Cursos, Cursos FIC e minicursos	40%
Cursos de idiomas	40%
Participação em Palestras	20%
Projetos de Ensino (PIBID)	60%

MODALIDADE: ATIVIDADES DE PESQUISA

Tipo de atividade	Carga horária máxima semestral
Atividades técnico-científicas: Participação em simpósio, congresso, semana de curso, workshop, dia de campo, seminário, encontro, ciclo de debate, ciclo de palestra e similares, sem apresentação de trabalhos	50%
Projetos de pesquisa e/ou inovação (iniciação científica): Participação em projetos de pesquisa e/ou com bolsa de iniciação científica, inovação tecnológica ou em desenvolvimento de projeto de pesquisa no Programa Voluntário de Iniciação Científica	60%

Publicação científica	50%
Publicação de artigos completos em revistas científicas, livros ou capítulo de livro	60%
Publicação em boletins técnicos	30%
Integrante de Núcleos ou Grupos de Estudos/ Pesquisa	20%

MODALIDADE: ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Tipo de atividade	Carga horária máxima semestral
Atividades de extensão: Participação em atividades de extensão como projetos, programas sociais, maratonas, olimpíadas, competições.	60%
Estágios extracurriculares	60%
Atuação profissional	60%
Palestras e minicursos proferidos	30%
Expositor em eventos	30%
Empresa Júnior e incubadoras	50%
Organização de eventos	60%
Participação em visitas técnicas	30%

MODALIDADE: ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAL

Tipo de atividade	Carga horária máxima semestral
Atividades artístico-cultural: participação como produtor ou ouvinte em atividades e manifestações artísticas e culturais oficiais, como por exemplo: artes visuais, dança, música, teatro, artes audiovisuais, artes circenses e híbridas.	40%

MODALIDADE: ATIVIDADES ESPORTIVAS

Tipo de atividade	Carga horária máxima semestral
--------------------------	---------------------------------------

Atividades esportivas	40%
-----------------------	-----

MODALIDADE: ATIVIDADES SOCIAIS, CÍVICAS E AMBIENTAIS

Tipo de atividade	Carga horária máxima semestral
Atividades sociais, cívicas e ambientais	40%

O discente, ao longo do curso, deverá realizar as atividades e reunir os respectivos comprovantes, como declarações e/ou certificados, que deverão ser entregues semestralmente aos tutores presenciais, para registro junto ao setor responsável, para as devidas anotações junto à Coordenação de Atividades Complementares, encarregada do controle das atividades complementares do curso. Todas as atividades complementares deverão ser comprovadas e protocoladas por iniciativa do próprio discente, através de formulário específico. Serão aceitos certificados e/ou declarações de atividades que se enquadrem nas categorias especificadas, desde que tenham sido realizadas no respectivo semestre, conforme Resolução n. 151/201 do IFTM - Art 13, o qual afirma que “na contabilização das ACs serão consideradas: I - para os casos em que a entrega for feita a cada período letivo, apenas as atividades realizadas no respectivo período [...]”.

13.3 Prática pedagógica como componente curricular

As práticas como componente curricular (PCC) são entendidas como um dos princípios organizadores do desenvolvimento do curso, o que as situa como premissa do trabalho desenvolvido em estratégicos componentes curriculares. É algo já estabelecido, e inclusive consagrado em legislação que essas práticas são o coroamento do processo de formação do educador, que é um processo de transformação de si, do qual as práticas são um ingrediente essencial. Vale lembrar, entretanto, que esse entendimento é ainda relativamente recente, e seus desdobramentos na reconstrução dos cursos de formação de docentes, particularmente nos últimos dez anos, ainda estão em processo.

Para além desse sentido mais geral, do ponto de vista mais concreto da organização das práticas na matriz curricular do curso de Licenciatura em Letras-Português se realiza na interlocução com os componentes curriculares da formação específica da matemática e formação profissional, estabelecendo uma relação dialética entre teoria e prática e transposição didática para o currículo da educação básica, de acordo com aquilo que se propõe como perfil profissional do egresso.

A inserção da prática como componente curricular objetiva associá-la à dimensão do conhecimento por meio da reflexão sobre a atuação profissional e permite ainda a articulação entre as demais unidades curriculares, não se restringindo apenas ao estágio e tendo como finalidade a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar.

As práticas pedagógicas terão como atividades: trabalhos (individuais ou coletivos), projetos e experimentos pedagógicos que serão discriminados nos respectivos planos de ensino. Além disso, em alguns casos, serão propostos seminários sobre temas determinados. O sistema de avaliação é descrito no plano de ensino das unidades curriculares do curso.

A carga horária da Prática é de 400 horas distribuídas a partir do primeiro período até o oitavo período como unidades curriculares organizadas a partir do coletivo de docentes sob a orientação da coordenação de curso. É, portanto, um conjunto de atividades por onde transitam de forma coerente e organizada, os conhecimentos das diversas áreas e, sobretudo, assumem caráter integrador no curso.

13.4 Atividades de Extensão

1. Aspectos legais, objetivos e áreas temáticas

Os fundamentos legais que norteiam o desenvolvimento das atividades de extensão nas instituições de ensino superior no Brasil são a Constituição Brasileira de 1988, a Lei Nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Lei Nº 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024 e a Resolução CNE/CES Nº 7/2018 que estabeleceu as diretrizes da extensão na Educação Superior Brasileira e a Resolução IFTM 053/2020, que trata da curricularização da extensão nos cursos do IFTM.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CNE/CES Nº 7/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira,

[...] a extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e com a pesquisa. (Resolução CNE/CES Nº 7/2018)

A extensão evidencia o imperativo de conexão entre a ciência e a tecnologia produzidas na e pela universidade às necessidades da sociedade. Conforme Ferreira (2009):

Ela desafia a universidade a romper com a fragmentação do conhecimento e a sua produção de caráter diletante, destacando que a curiosidade e o prazer individual são importantes, mas que outros elementos precisam ser considerados, que não pode haver preponderância dos interesses individuais sobre os interesses coletivos, especialmente quando se considera que as instituições públicas têm como fonte prioritária de financiamento a sociedade, além de serem as relações sociais estabelecidas, objeto de estudos acadêmicos. Entende que, em contrapartida, a instituição universitária deve atuar na produção de conhecimento engajado, vinculado às necessidades da população e em reciprocidade aos saberes produzidos pela comunidade. À universidade cabe associar sua função social ao desejo coletivo de transformar as condições de vida da humanidade, contribuindo para a construção da emancipação social (FERREIRA, p.3, 2009).

Diante do exposto, o Plano Nacional de Educação (Lei no. 13.005, de 26 de junho de 2014 -PNE 2014-2024), enquanto política de Estado contra a desigualdade social, em sua Meta 12, estratégia 12.7 estabelece que as instituições de ensino superior devem assegurar, em seus cursos de graduação, que 10% de seus créditos curriculares sejam destinados a programas e a projetos de extensão universitária cuja ação se designe para as áreas de pertinência social.

A curricularização das atividades de extensão considera a experiência extensionista como elemento formativo do discente, colocando-o como protagonista de sua formação. Desse modo, compreende-se que as atividades de extensão não são uma opção ou uma escolha por adesão de alguns discentes, mas, são desenvolvidas de forma a contemplar todos e em consonância com o ensino e com a pesquisa são meios de atividades de produção de conhecimento. Ressalta-se que o cumprimento da carga horária de extensão é obrigatório para a integralização do curso.

De acordo com Art. 6º da Resolução nº 53, de 20 de agosto de 2020, que aborda sobre o Regulamento da Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, a curricularização da extensão tem os seguintes objetivos:

- I. Promover o conhecimento acerca da realidade socioeconômica, artístico-cultural e ambiental da região, em que educação, ciência e tecnologia se articulam com a perspectiva de desenvolvimento local e regional, levando à interação necessária à vida acadêmica;

- II. Aprimorar os vínculos com a sociedade, de forma a alcançar alternativas de transformação da realidade, em atendimento às demandas oriundas das diferentes políticas públicas de alcance social;
- III. disponibilizar saberes e experiências produzidos no ambiente acadêmico, otimizando o uso direto e indireto por diversos segmentos sociais;
- IV. Proporcionar oportunidades de protagonismo estudantil, visando à sua formação humana e atuação no meio social;
- V. Promover a melhoria da qualidade de vida, saúde e bem-estar da comunidade.

A Curricularização da Extensão consiste em incluir, intensificar e articular atividades de extensão no currículo do curso, portanto, identificando em seus componentes curriculares processos formadores que favoreçam aos acadêmicos a integração entre ensino, pesquisa e extensão. A carga horária das atividades de extensão é desenvolvida e apurada dentro do conjunto de componentes curriculares do curso. Portanto, não representa um acréscimo e nem uma sobreposição de carga horária, mas uma organização que articula a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

São consideradas atividades de extensão: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, produção e publicação. As áreas temáticas são Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde e Trabalho.

Conforme a Política Nacional de Extensão Universitária a articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas apresenta as seguintes áreas de atuação prioritárias:

- a) preservação e sustentabilidade do meio ambiente;
- b) ampliação a oferta e melhoria da qualidade da educação básica;
- c) melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira;
- d) melhoria do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso;
- e) melhoria do programa nacional de educação nas áreas da reforma agrária;
- f) promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino de artes;
- g) ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência;
- h) formação de mão de obra, qualificada para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos

2. A curricularização da extensão no curso de Licenciatura em Letras-Português

Com o propósito de atender às exigências de curricularização da extensão no curso de Licenciatura em Letras-Português oferecido pelo IFTM campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico (CAUPT) fomentado pelo Programa Universidade Aberta do Brasil, decidiu-se após ampla discussão com a Direção-Geral, a Coordenação-Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Coordenação-Geral do Programa UAB, a Coordenação Adjunta do Programa UAB, a Coordenação de Extensão, a coordenação de curso, o Setor Pedagógico, o colegiado do curso de Licenciatura em Letras-Português, pelo formato a seguir.

O curso de Licenciatura em Letras-Português possui 3.200 horas de carga horária, deste total, 320 horas serão destinadas a atividades de extensão distribuídas em três unidades curriculares específicas. As unidades curriculares que irão desenvolver as atividades de extensão têm caráter flexível e renovável nas temáticas abordadas nos projetos ou programas de extensão.

Optou-se por fazer essa oferta nos dois primeiros anos do curso, em razão do perfil sociodemográfico dos discentes (adultos, com família e carga horária de trabalho semanal de quarenta horas ou mais) e também para que eles possam se dedicar a essas atividades de modo integral sem ter que dividir o tempo com a realização do estágio que está previsto para os dois anos finais do curso. Uma vez que mesmo os cursos na modalidade à distância deverão realizar as Atividades de Extensão presencialmente, conforme previstos nos Art. 9º da Resolução CNE/CES Nº 07/2018.

Período do curso	Carga horária
2º - Extensão I	120h
3º - Extensão II	100h
4º - Extensão III	100h
Total	320h

Nesse modelo, sugere-se que exista apenas um professor-formador para as três ofertas de extensão, isto é, Extensão I, II e III (assim como ocorre no estágio obrigatório).

É desejável que este professor realize, pelo menos, uma visita no polo a cada semestre, sendo o ideal duas visitas. Tais visitas teriam os seguintes objetivos:

- Visita 1: conhecimento do polo e instituições locais para estabelecimento de parcerias. Além disso, o professor-formador deve aproveitar o momento para conhecer a turma, explicar os objetivos da extensão dentro do projeto pedagógico do curso e estabelecer contato com os estudantes que

poderão propor atividades para serem incluídas no projeto a ser desenvolvido ao longo da unidade curricular.

- Visita 2: acompanhamento do evento planejado e desenvolvido ao longo da oferta da unidade curricular.

Sugere-se que cada oferta das unidades curriculares relacionadas à extensão seja realizada em parceria com instituições distintas.

2.1 Atribuições do professor-formador de Extensão

São atribuições dos professores-formadores responsáveis pelas unidades curriculares Extensão I, Extensão II e Extensão III.

- Mapear demandas loco-regionais nas cidades onde se situam os polos tendo em vista a formulação de propostas de programas/projetos/cursos/eventos/prestação de serviços que atendam às necessidades da comunidade;
- Estabelecer contato com agentes de integração, tais como, Organizações Não-Governamentais (ONGs), instituições religiosas, escolas públicas, associações de bairro etc., para identificar as oportunidades de parcerias;
- Atuar como interveniente no ato da celebração do Termo de Compromisso de Parceria entre o IFTM/CAUPT e a instituição selecionada;
- Elaborar os projetos/programas de extensão a partir do levantamento das necessidades locais da comunidade, conforme as áreas temáticas e as áreas de atuação prioritárias;
- Cadastrar os projetos/programas junto à Coordenação de Extensão do CAUPT;
- Coordenar e supervisionar o desenvolvimento dos projetos/programas de extensão, zelando pela execução das ações previstas;
- Orientar os estudantes do curso de Licenciatura em Letras-Português quanto à sua participação ativa na organização, no desenvolvimento e na aplicação das ações de extensão junto à comunidade externa;
- Coordenar o trabalho da turma tendo em vista atingir os objetivos explicitados;
- Planejar e organizar, ao final de cada semestre, evento de socialização das atividades e ações realizadas em parceria com a comunidade;
- Acompanhar e orientar os estudantes em situação de dependência nas unidades curriculares, Extensão I, Extensão II e Extensão III;

- Registrar a aprovação/reprovação dos estudantes na unidade curricular a ser computada ao final do curso pela Secretaria Acadêmica.
- Registrar na Coordenação de Extensão do CAUPT o projeto de extensão que será desenvolvido em cada unidade curricular de acordo com modelo próprio disponibilizado pelo IFTM.
- Receber dos estudantes os relatórios de atividades e registrá-los na Coordenação de Extensão do CAUPT.
- Formalizar a finalização do projeto de extensão por meio de formulário próprio do IFTM na Coordenação de Extensão do CAUPT, bem como solicitar os certificados apenas para os colaboradores/coordenadores do projeto, já que os discentes não receberão certificados nas atividades curricularizadas de extensão.

2.2 Equipe de apoio

Os professores-formadores responsáveis pelas unidades curriculares Extensão I, Extensão II e Extensão III, poderão contar com o apoio de estudantes monitores bolsistas/voluntários selecionados e vinculados a editais de Projetos de Ensino registrados na Coordenação-Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFTM-CAUPT. Nesse caso, os estudantes monitores voluntários receberão certificados que poderão ser aproveitados como carga horária de Atividades Complementares.

Além do apoio de estudantes monitores, os professores-formadores poderão contar com o apoio dos tutores, caso queiram participar dos projetos de extensão, atuarão como colaboradores dos projetos de extensão e receberão certificados relativos à sua participação.

2.3 Dependência

Ponderando que o Programa UAB não disponibiliza recursos para a oferta de unidades curriculares na forma de dependência e que nem sempre há turmas consecutivas, já que, a oferta de novas turmas está condicionada a abertura aperiódica de Editais pela Capes, no caso de reprovação/dependência, em uma ou mais unidades curriculares específicas da extensão, o estudante poderá participar de projetos/programas/eventos/cursos de extensão em outros cursos do CAUPT, do IFTM ou de outra IES. Nesse caso, é necessário que fique claro o protagonismo do discente no desenvolvimento da ação, a fim de acumular as horas certificadas que completem a carga horária de 320 horas, prevista no curso de Licenciatura em Letras-Português.

13.5 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

No curso de Licenciatura em Letras-Português não há TCC.

14 INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A compreensão da pesquisa e da extensão como sustentadoras das ações na construção do conhecimento - a relação estreita entre ensino, pesquisa e extensão como base da ação educativa, além de consolidar a postura investigativa e de permanente produção de conhecimento, possibilita a construção da autonomia dos discentes na aprendizagem, orientação e, conseqüentemente, nas atividades profissionais.

A pesquisa é a grande veiculadora do futuro, além de só fazer-se em condições em que a iniciativa, a autonomia, criatividade, espírito investigativo e empreendedor e capacidade de atuação entre pares e busca de atualização permanente estejam presentes.

É exatamente essa categoria de competências que o curso de Licenciatura em Letras-Português incentiva a participação dos discentes em editais de projetos de ensino, monitoria, editais de projetos de pesquisa e em editais de projetos extensão, na condição de bolsistas ou voluntários.

Além disso, a incorporação das atividades de extensão na grade curricular é uma forma de fazer com que todos os discentes vivenciem o enlace entre a produção do conhecimento e o atendimento das demandas da sociedade.

14.1 Relação com a Pesquisa

A pesquisa é atividade essencial e indispensável a uma instituição de ensino. É por meio dela que o conhecimento avança, a pós-graduação se fortalece e é aberto um ambiente favorável à criação e inovação, com vistas ao progresso social, qualidade de vida e bem-estar material.

No IFTM, cada vez mais, a pesquisa vem se integralizando ao ensino e à extensão, por meio de estruturação contínua dos currículos dos cursos ofertados, em consonância com os anseios da sociedade e com as exigências do mundo globalizado.

Compreendendo que a produção e a socialização do saber têm como princípio uma concepção de educação que desenvolva no discente uma atitude investigativa que lhe permita vivenciar a pesquisa como um processo indispensável à aprendizagem, o curso de Licenciatura em Letras-Português incorpora em seu processo educativo uma formação intelectual sólida, domínio teórico-prático do processo de construção do conhecimento, bem como, o necessário entendimento do caráter pedagógico da produção científica.

Nesse sentido, neste projeto pedagógico as atividades e experiências relacionadas à pesquisa fundamentam-se no entendimento de que a prática enquanto pesquisa, deve ocorrer durante todo o processo de ensino e aprendizagem e tendo como encaminhamento os seguintes princípios:

- tomar a pesquisa como componente essencial da formação do docente;
- considerar a prática social concreta da educação como objeto de reflexão e de formação ao longo do processo formativo e como um de seus princípios epistemológicos;
- valorizar a docência como atividade coletiva, intelectual, crítica e reflexiva.

O desenvolvimento da pesquisa é incentivado por meio de editais próprios do IFTM e de projetos encaminhados a editais externos, como FAPEMIG, CAPES e CNPq. A pesquisa conta com o apoio do Instituto que disponibiliza infraestrutura de laboratórios, biblioteca, produção de material, divulgação por meio virtual e incentivo para participação em eventos científicos em todo País. Anualmente, acontece “A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia” e o “Seminário de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica do Instituto Federal do Triângulo Mineiro” proporcionando a todos os discentes, docentes e pesquisadores a oportunidade de apresentar à comunidade os trabalhos realizados.

14.2 Relação com a Extensão

A extensão, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM é tida como o processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, ampliando a relação transformadora pelo Instituto em diversos segmentos sociais, promovendo o desenvolvimento local e regional, a socialização da cultura e do conhecimento técnico-científico.

Tendo em vista os objetivos dos institutos federais, a extensão passa a ser compreendida como um espaço de articulação entre o conhecimento e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região, em que educação, ciência e tecnologia se articulam juntamente com a perspectiva de desenvolvimento local e regional, levando à interação necessária à vida acadêmica.

A extensão aprofunda os vínculos existentes entre o Instituto e a sociedade, alcançando alternativas de transformação da realidade, com a construção e o fortalecimento da cidadania, num contexto político democrático e de justiça social, por meio de diretrizes voltadas ao atendimento de demandas oriundas das

diferentes políticas públicas de alcance social. São consideradas atividades de extensão aquelas desenvolvidas visando adquirir e disponibilizar conhecimentos, podendo ser desenvolvidas voluntariamente ou por meio de fomento, ou seja, recursos materiais e financeiros, externos ou próprios.

São modalidades de atividades de extensão realizadas no âmbito do IFTM:

- Acompanhamento de egressos: conjunto de ações que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de se identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão;

- Cursos e minicursos de extensão: ação pedagógica de caráter teórico e prático que promova interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna;

- Estágio e emprego: atividades de prospecção de oportunidades de estágio e emprego e operacionalização administrativa do estágio, englobando encaminhamento e documentação necessários para tal fim;

- Eventos: ação que implica a apresentação e exibição do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFTM, podendo essa exibição ser pública e livre ou com clientela específica;

- Projetos sociais, culturais, artísticos e esportivos: projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a comunidade, representando soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida;

- Visitas técnicas: ações que visam a promover a interação das áreas educacionais do IFTM com o mundo do trabalho, objetivando a complementação dos conteúdos ministrados.

O IFTM vem desenvolvendo programas instituídos pelo governo federal e também programas/ações institucionais, dentre estes programas destacam-se os Programas e ações governamentais:

- Assistência Estudantil: tem como finalidade conceder os benefícios de “Auxílio Estudantil” e “Assistência Estudantil” com vistas à promoção do desenvolvimento humano, apoio à formação acadêmica e garantia da permanência de discentes;

- Bolsa Permanência: concessão de auxílio financeiro a discentes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para discentes indígenas e quilombolas.

- Projeto Rondon: coordenado pelo Ministério da Defesa, consiste em um projeto de integração social que envolve a participação voluntária de discentes universitários na busca de soluções que

contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população.

Programas e ações institucionais:

- Programa de Apoio a Projetos de Extensão: tem como finalidade conceder apoio financeiro institucional para a execução de projetos de extensão, no âmbito do IFTM e seus *campi*;
- Centro de Idiomas: tem como objetivo a oferta de cursos de línguas estrangeiras (inglês, francês e espanhol), aos discentes norteando as ações e estratégias de internacionalização, ação que é estendida a comunidade;

A extensão, articulada ao processo de ensino aprendizagem, visa fomentar a compreensão sobre a relevância social e política do conhecimento, tratando-o como bem público. Canalizar esforços no sentido de sensibilizar projetos de extensão e de pesquisa priorizando temas e problemas que digam respeito a questões educacionais visando o benefício da sociedade em que o IFTM e o Curso Licenciatura em Letras-Português estão inseridos.

A relação do ensino e da pesquisa com a extensão inicia-se com a definição e avaliação da relevância social dos conteúdos e dos objetos de estudo traduzidos em projetos de Pesquisa, de Iniciação Científica, Estudos de Caso, Seminários, dentre outros. Essas ações estão voltadas à democratização do conhecimento, da ciência, da cultura, das artes que são socializados por meio de cursos, eventos, palestras e outras atividades. Na perspectiva do desenvolvimento social e tecnológico, a pesquisa, a prestação de serviços, e outros projetos são desenvolvidos visando à melhoria da qualidade de vida da população. Ressaltam-se, ainda, as ações voltadas para o desenvolvimento social da comunidade, incluindo aí os projetos de educação especial, de educação de jovens e adultos e os da área cultural.

Desta forma, diferentes atividades são desenvolvidas pelos discentes e docentes do curso prestando serviços à comunidade interna e externa no âmbito das competências previstas pela matriz curricular, que traduzem essa relação com a extensão.

14.3 Relação com os outros cursos da instituição ou área respectiva. Integração com escolas da educação básica

O IFTM formaliza por meio de convênios a integração com as redes públicas de ensino estadual e federal garantindo assim a realização das atividades de estágio, das práticas exigidas como componente curricular e de atividades e projetos de pesquisa e extensão. A integração com as Escolas da Educação

Básica possibilita a aproximação entre a escola pública e o Instituto e enriquece ambos, na medida em que promove a troca de saberes e ações entre uma entidade que elabora e difunde o conhecimento socialmente produzido e outra que habilita profissionais para o exercício competente dessa função.

15 AVALIAÇÃO

15.1 Da aprendizagem

A avaliação de cada unidade curricular é parte integrante dos processos de ensino e de aprendizagem, os instrumentos de avaliação podem ser diversificados em função das orientações dos docentes responsáveis por cada uma, ou de necessidades contextuais vigentes.

O processo de avaliação das unidades curriculares será realizado em função dos critérios e objetivos propostos no projeto pedagógico do curso, no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação do IFTM, Resolução nº 48/2020. Nesse processo de avaliar é fundamental ter os princípios:

- promover a articulação entre teoria e prática, educação e trabalho enquanto processo contínuo e formativo;
- respeitar as características dos diferentes componentes curriculares previstos nos planos de curso;
- possibilitar ao discente desenvolver graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes, visando alcançar os objetivos propostos.
- Servir de instrumento de diagnóstico permanente da prática pedagógica e da qualidade do ensino ofertado.

Os instrumentos de avaliação do rendimento acadêmico, a critério do docente, serão feitos em pelo menos duas modalidades distintas sendo, entre eles, obrigatoriamente, as provas finais presenciais, onde se enquadram testes discursivos, testes práticos, elaboração de redações, artigos de revisão bibliográfica, relatórios e memoriais. Também poderão ser utilizados recursos via plataforma de aprendizagem como formas de avaliação, tais como Fóruns de Discussões, Chats, Trabalhos a serem postados na plataforma e outros a serem definidos pelo próprio docente. É importante que neste processo as diferentes formas e instrumentos de avaliação possibilitem ao discente o hábito da pesquisa, da reflexão, da criatividade e aplicação do conhecimento em situações variadas. Nesse sentido, a avaliação compreende o diagnóstico, a orientação e a reorientação de conhecimentos, valores e habilidades necessários à formação profissional.

A avaliação da aprendizagem é feita por unidade curricular abrangendo, simultaneamente, a frequência e o alcance de objetivos, sendo os seus resultados computados e divulgados. É realizada por meio de acompanhamento do discente, mediante participação e realização de atividades, trabalhos e/ou provas e deve recair sobre os objetivos de cada unidade curricular e do perfil profissional do curso. Os critérios e instrumentos de avaliação devem ser esclarecidos aos discentes pelo docente no início de cada unidade curricular, juntamente com a entrega do plano de ensino. O número de atividades avaliativas a ser aplicado em cada período letivo deve ser de, no mínimo, 3 (três) para cada unidade curricular. Cada atividade avaliativa não pode exceder a 40% do total de pontos distribuídos no respectivo período. O resultado final das atividades avaliativas desenvolvidas será expresso em conceitos com sua respectiva correspondência percentual, de acordo com os conceitos a seguir:

Conceito	Descrição do desempenho	Percentual (%)
A	O discente atingiu seu desempenho com excelência	90 a 100
B	O discente atingiu o desempenho com eficiência	70 a menor que 90
C	O discente atingiu o desempenho mínimo necessário	60 a menor que 70
R	O discente não atingiu o desempenho mínimo necessário	0 a 59

O discente é considerado aprovado na unidade curricular quando obtiver, no mínimo, conceito “C” na avaliação da aprendizagem e 75% de frequência. A frequência dos discentes é computada levando-se em consideração a presença nos encontros presenciais obrigatórios, no acesso e na realização das atividades propostas no ambiente virtual de aprendizagem.

O IFTM prevê, ainda, a recuperação da aprendizagem que deve proporcionar situações que facilitem uma intervenção educativa que respeite a diversidade de características e necessidades dos discentes. A recuperação é realizada por meio da orientação de estudos que posteriormente o discente realiza prova que demonstre os conhecimentos adquiridos. Caso ainda não alcance na recuperação conceito para aprovação, o discente poderá realizar estudos autônomos conforme Resolução IFTM 048/2020 - ROD-G, em seu artigo 197:

Para os cursos na modalidade à distância, as dependências poderão ser desenvolvidas em regime de estudos autônomos, com planejamento e orientação dos docentes das unidades curriculares, pois o financiamento dos cursos prevê apenas uma oferta de cada componente curricular estando a instituição isenta da obrigatoriedade de ofertar periodicamente os componentes curriculares. (Resolução IFTM 048/2020)

Caso o discente não seja aprovado na quarta tentativa de estudos autônomos será desligado do curso.

15.2 Do curso, articulada com a avaliação institucional e avaliações externas

A avaliação institucional qualifica-se como construção coletiva de conhecimentos geradores de reflexões indutoras da melhoria da qualidade das atividades pedagógicas, científicas, administrativas e de relações sociais estabelecidas no interior da instituição e suas vinculações com a sociedade.

A partir da implantação do Sistema Nacional de Avaliação Superior-SINAES (2004), a Avaliação Institucional passou a integrar o processo global de avaliação e regulação do ensino superior do país, compreendendo, assim, a avaliação interna (autoavaliação) e a externa (realizada pelo INEP/MEC).

A Autoavaliação do IFTM está alicerçada na visão segundo a qual o conhecimento da realidade constitui um processo ativo e ininterrupto que exige investimentos, numa perspectiva de avaliação formativa. Os envolvidos nesse processo situam seus fazeres, apontam redirecionamentos, aperfeiçoam suas ações e se desenvolvem. O grande desafio que enfrenta, é o de procurar captar o sentido comum de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, construído por docentes, discentes, funcionários, tutores, coordenadores de polo e coordenadores que nele atuam, sem perder de vista a diversidade e a complexidade das diferentes ações por ele desenvolvidas.

Visa ao desenvolvimento de uma cultura avaliativa que atenda a interesses da comunidade, já manifestados inúmeras vezes, respeitando os objetivos da avaliação formativa:

- produzir conhecimento;
- questionar os sentidos das atividades e finalidades da instituição;
- identificar as causas de problemas e deficiências;
- aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional dos docentes e funcionários;
- fortalecer relações de cooperação entre os atores institucionais;
- julgar a relevância científica e social das atividades e produtos da instituição;
- prestar contas à sociedade;
- efetivar a vinculação da Instituição com a comunidade.

A continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada Instituição e o sistema de educação superior em seu conjunto, proporciona:

Responsabilidade social com a qualidade da educação de nível médio, técnico e superior

- O reconhecimento da diversidade do sistema;
- O respeito à identidade, à missão e à história das Instituições;
- A globalidade Institucional, pela utilização de um conjunto significativo de indicadores, considerados em sua relação orgânica;

No IFTM, a auto avaliação institucional se dá pela composição de uma comissão central intitulada Comissão Própria de Avaliação e por subcomissões em cada *campi* que compõem a instituição.

No campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico a CPA é composta por membros eleitos pela comunidade acadêmica sendo um representante docente, um representante técnico administrativo em educação, um representante discente e um representante da sociedade civil organizada.

A comunidade acadêmica participa dos instrumentos de coleta de dados, são atentos quanto a divulgação e ativos no acompanhamento e na participação das ações decorrentes dos resultados analisados.

Os resultados dos Relatórios de Autoavaliação Institucional do IFTM subsidiarão à Comissão Externa de Avaliação, a ser indicada pelo MEC/INEP, que realizará visita in loco para avaliar as condições de ensino dos cursos de nível superior.

Os relatórios da CPA pretendem apresentar os resultados da autoavaliação realizadas anualmente, o qual reflete o empenho dos gestores, docentes e técnicos administrativos e discentes integrantes da comunidade acadêmica do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) em promover a continuidade do processo de cumprimento da Lei 10.861/2004, que implementou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Esse documento sistematiza as informações sobre a autoavaliação institucional realizada todos os anos, e destina-se, fundamentalmente, à comunidade acadêmica, sujeitos do processo e de cuja participação depende, em grande medida, a qualidade da avaliação. Com vistas ao início do ano letivo, é necessário e consubstancia a função pedagógica da avaliação, a realização da socialização desses resultados como forma de contribuir para a consolidação da cultura da autoavaliação com conseqüente aprimoramento institucional. Com este intuito, são elaborados e aplicados três instrumentos de avaliação: um dirigido aos docentes, outro aos técnicos administrativos e um último aos discentes.

Os relatórios são disponibilizados no site do IFTM (<http://www.iftm.edu.br/cpa/relatorios/>) para consulta. Além disso, os docentes têm acesso a sua avaliação individual no diário eletrônico. Nos cursos de educação a distância são avaliados os docentes e os tutores.

16 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O Aproveitamento de Estudos está previsto no Capítulo V, do Título V do Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação do IFTM, de acordo com a Resolução nº 48/2020, do Conselho Superior.

Entende-se por aproveitamento de estudos o processo de reconhecimento de unidades curriculares, competências ou módulos cursados em outra habilitação no mesmo nível de ensino ou superior. Poderá haver aproveitamento de conhecimentos adquiridos, para fins de prosseguimento de estudos nas seguintes situações:

- Disciplinas, unidades curriculares e/ou módulos cursados com aprovação, em outra habilitação profissional e/ou em outra Instituição de Ensino.

- A carga horária e o conteúdo da disciplina ou módulo cursado deverão ter equivalência de no mínimo 75% com a unidade curricular a ser aproveitada.

- Disciplinas, unidades curriculares e/ou módulos, cursados num prazo de até cinco anos imediatamente antecedentes à solicitação do requerimento e em áreas afins.

Não será permitido o aproveitamento de unidades curriculares em que o discente tenha sido reprovado. O discente matriculado interessado em solicitar o aproveitamento de estudos, preencherá um formulário junto ao coordenador de polo, em prazo estabelecido no Calendário Acadêmico. Este encaminhará tal solicitação ao coordenador do curso que tomará as devidas providências.

O estudo da equivalência da (s) unidade(s) curricular(es), será feito pela Coordenação do Curso e o docente da área, observando a compatibilidade de carga horária, bases científico-tecnológicas, e o tempo decorrido da conclusão da(s) unidade(s) curricular(es) e a solicitação pretendida. Caso o coordenador do curso e o docente da área julguem necessários, poderá ser realizada avaliação de proficiência; 1 (uma) avaliação escrita, elaborada por docente ou equipe de docentes da especialidade, na qual o discente deverá ter aproveitamento equivalente a, no mínimo, 60% de rendimento. O referido exame de proficiência será aceito uma única vez para cada unidade curricular.

17 ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

Os discentes do CAUPT são atendidos pelos NAPNE, NEABI, NEDSEG, e o Setor Pedagógico, além disso, apresentamos algumas possibilidades de apoio financeiro a serem oportunizadas:

- Assistência estudantil: apoio financeiro concedido aos discentes, preferencialmente aqueles com vulnerabilidade social, sem contrapartida para a instituição, para garantia de sua permanência nos estudos.

● Auxílio para participação em atividades e eventos: para apoiar a participação dos discentes em atividades/eventos de caráter técnico-científico, didático-pedagógico (acadêmico), esportivo e cultural, por meio da concessão de recursos para auxiliar no transporte, na alimentação e na hospedagem;

● Auxílio residência: sem remuneração, tem por objetivo auxiliar na permanência do discente na Instituição, mediante a concessão de alojamento nos *campi* que disponham de estrutura para recebê-los;

● Auxílio para atenção à saúde e acessibilidade e para o incentivo à cultura e ao esporte;

● Seguro de vida: tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de seguro de vida para discentes regularmente matriculados e participantes de programas institucionais do IFTM;

● Auxílio à alimentação: assegura acesso e alimentação aos discentes nos restaurantes existentes nos *campi* do IFTM;

● Bolsa permanência: auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos discentes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

● Programa de bolsas acadêmicas: destinado aos discentes de cursos de diferentes modalidades e níveis oferecidos pelo IFTM, com vistas à contribuição para melhoria do desenvolvimento do humano e profissional, por meio do desenvolvimento de atividade educativa remunerada de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão.

● Bolsa ensino: destinada ao desenvolvimento de atividades de monitoria em unidades curriculares laboratórios e à atuação em programas de reforço / nivelamento com recursos internos do IFTM, ao Programa de Educação Tutorial (PET / FNDE) e ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID / CAPES);

● Bolsa pesquisa: destinada à atuação em projetos de pesquisa sob orientação de servidor pesquisador do quadro permanente, devidamente habilitado, com recursos do IFTM e oriundos dos órgãos e das agências de fomento à pesquisa, como CAPES, CNPq, FAPEMIG e outros;

● Bolsa extensão: destinada à atuação em programas e/ou projetos de extensão, sob orientação de servidor do quadro permanente, devidamente habilitado, com recursos do IFTM e oriundos dos órgãos e das agências governamentais.

Os docentes/tutores disponibilizam horários extraclasse para atendimento ao discente, com o objetivo de orientá-los e auxiliá-los sobre trabalhos, reforço de conteúdo e, ainda, como referência para diálogos e instruções acerca de desempenho acadêmico.

Além disso, programas de monitoria em diversas unidades curriculares da matriz curricular do curso são oferecidos, com o objetivo de fornecer mais uma opção de apoio didático ao discente fora de sala de aula, por meio de estudos guiados por monitores em ambientes diversos, incluindo laboratórios de informática e com metodologias variadas, sob supervisão de um docente orientador do discente monitor.

18 COORDENAÇÃO DO CURSO

Coordenador do curso: Welisson Marques

Graduado em Letras – Português/Inglês pela Universidade de Uberaba (2007) e Direito, também pela Universidade de Uberaba (2000). Especialista em Metodologia do Ensino-Aprendizagem em Língua Estrangeira - Língua Inglesa. Mestre em Linguística - fomentado pela CAPES - pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEL/UFU). Doutor em Estudos Linguísticos também pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEL/UFU). Pós-doutor em Educação / Análise do Discurso pela Universidade de São Paulo (USP). Atua como docente permanente, regime de dedicação exclusiva, no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), no Campus Uberaba e Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológica (CAUPT).

São atribuições do coordenador de curso:

- Acompanhar em conjunto com a equipe pedagógica o processo de ensino-aprendizagem dos discentes;
- Pronunciar sobre aproveitamento de estudo e adaptação de discentes subsidiando o colegiado do curso, quando for o caso;
- Participar da elaboração do calendário acadêmico;
- Elaborar o horário do curso em articulação com as demais coordenações de curso;
- Convocar e presidir reuniões do curso e /ou colegiado e NDE;
- Orientar e acompanhar em conjunto com a Equipe Pedagógica o planejamento e desenvolvimento das unidades curriculares, atividades acadêmicas e desempenho dos discentes;
- Acompanhar em conjunto com a Equipe Pedagógica a execução de atividades programadas, bem como o cumprimento das mesmas pelo corpo docente do curso;
- Representar o Curso junto a órgãos, conselhos, eventos e outros, internos e externos à Instituição;
- Participar do planejamento e do acompanhamento do Estágio Supervisionado dos discentes

juntamente com a Coordenação Geral de Estágio;

- Participar e apoiar atividades extraclasse inerentes ao curso (cursos, palestras, seminários, simpósios) juntamente com a Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Participar da organização e da implementação de estratégias de divulgação do curso e da Instituição;
- Atuar de forma integrada com a Coordenação de Registro e Controle Acadêmico – CRCA;
- Implementar ações de atualização do acervo bibliográfico e laboratórios específicos do curso bem como sua manutenção;
- Implementar ações juntamente com o Núcleo Docente Estruturante do curso buscando subsídios que visem a permanente atualização do Projeto Pedagógico de Curso – PPC;
- Solicitar material didático-pedagógico;
- Participar do processo de seleção dos docentes que irão atuar no curso.

19 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do IFTM, aprovado pela Resolução no.132/2011, de 19 de dezembro de 2011, caracteriza e estabelece os objetivos e atribuições do NDE de um curso de graduação do IFTM. O NDE constitui-se de um grupo de docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso (Resolução CONAES no 01 de 17 de junho de 2010). O NDE do curso é composto por:

Welisson Marques	Presidente
Telma Aparecida da Silva Santos	Membro
Samuel Carlos Melo	Membro
Alex Wanubio Mendes	Membro
Luciana Borges de Andrade	Membro
Hamilton Batista Coelho	Membro
Maria dos Anjos Pereira Rodrigues	Membro

20 COLEGIADO DE CURSO

Conforme Regulamento do Colegiado de Curso do IFTM, aprovado pela Resolução IFTM nº 131/2011, de 19 de dezembro de 2011, o Colegiado de Curso de Licenciatura em Letras - Português é um órgão deliberativo, normativo, técnico-consultivo e de assessoramento no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão, tendo por finalidade acompanhar a implementação do projeto pedagógico, propor alterações do currículo, planejar e avaliar atividades acadêmicas do curso, observando-se as normas do IFTM.

Composição: O colegiado é composto por quatro (4) docentes, dois (2) discentes e o coordenador de curso como presidente, além dos membros suplentes. A atual composição do Colegiado é:

Welisson Marques	Presidente
Telma Aparecida da Silva Santos	Vice-Presidente
Samuel Carlos Melo	Membro Titular
Alex Wanubio Mendes	Membro Titular
Aparecida Maria Xenofonte de Pinho	Membro Suplente
Hamilton Batista Coelho	Membro Suplente
Luciana Borges de Andrade	Membro Suplente
Maria dos Anjos Pereira Rodrigues	Membro Suplente
Hermes Pereira da Silva Neto	Discente Titular
Regis Pereira Cruvinel	Discente Titular
Renata Fabiana Ferreira de Souza	Discente Suplente
Alessandra Rocha de Abreu	Discente Suplente
Eliamar Silva	Discente Suplente

21 EQUIPES DE APOIO:

O Setor Pedagógico é responsável pela orientação e acompanhamento da execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), atendimento didático-pedagógico aos discentes, planejamento, desenvolvimento e avaliação de ações pedagógicas de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, fundamentando-se na busca pelo aperfeiçoamento do processo educativo de modo a:

I. assegurar a implementação e a correta execução das políticas e diretrizes educacionais dos diferentes níveis e modalidades de ensino do IFTM;

II. agir preventivamente nas situações que possam desencadear o fracasso escolar, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico dos discentes e;

III. propor e participar de ações que favoreçam a inclusão educacional no ambiente acadêmico.

Nesse sentido, desenvolve as seguintes ações:

- organizar e participar do processo seletivo de tutores;
- organizar e participar do treinamento de tutores e docentes;
- acompanhar o desempenho dos discentes, junto aos coordenadores de curso;
- assessorar docentes e tutores quanto às metodologias mais adequadas, de acordo com as especificidades de cada curso e modalidade de ensino;
- acompanhar, em conjunto com a coordenação de curso, a execução de atividades programadas, bem como o cumprimento das mesmas pelo corpo docente do curso;
- acompanhar, em conjunto com a coordenação de curso, a execução do PPC, bem como o cumprimento do mesmo pelo corpo docente do curso;
- atender discentes;
- apoiar os docentes no planejamento das atividades de ensino e na prática educacional voltada à inovação para a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- acompanhar as atividades acadêmicas contribuindo para a permanência e o sucesso escolar dos discentes;
- participar da elaboração, implementação, avaliação e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC;
- apoiar a implementação das mudanças educacionais decorrentes de publicações legais;
- informar e orientar discentes e docentes sobre os regulamentos e orientações normativas de cunho acadêmico no âmbito do IFTM;
- acompanhar, assessorar, apoiar e avaliar as atividades pedagógicas e curriculares, em conjunto com as coordenações de cursos;
- acompanhar e participar, no âmbito de suas competências, do processo de ensino e aprendizagem, orientando a elaboração de projetos, de orientações pedagógicas, dos planos de ensino e a avaliação da aprendizagem;
- analisar sistematicamente, em conjunto com as coordenações de cursos e o corpo docente, os

dados quantitativos e qualitativos referentes ao rendimento e à movimentação escolar dos discentes como transferências, cancelamentos e trancamentos;

- colaborar na integração dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem;
- integrar-se com a direção, coordenações, docentes, para o desenvolvimento do trabalho em equipe;
- promover reuniões para abordagem de assuntos pedagógicos e de acompanhamento das atividades acadêmicas;
- participar de programas de formação continuada que possibilitem o seu aprimoramento profissional e, conseqüentemente, o seu fazer pedagógico;
- participar efetivamente das decisões relacionadas à vida escolar do discente.

Além da equipe do Setor Pedagógico, o IFTM conta com núcleos de ações inclusivas, tais como o NEDSEG, em cada um de seus *campi*. Todas as ações elencadas no âmbito dos núcleos de inclusão do IFTM estão sob a responsabilidade da Assessoria de Ações Inclusivas (AAI) em consonância com regulamentos próprios. O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) é um núcleo mediador da educação inclusiva, que tem por finalidade garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar do discente com necessidades educacionais específicas. Entende-se por discentes com necessidades educacionais específicas pessoas que apresentem, permanente ou temporariamente, condição que gere dificuldade significativa nas capacidades físicas, intelectuais, de aprendizagem e de sociabilidade.

Todas as ações do Napne estão em consonância com regulamento próprio o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) do IFTM, tem a finalidade de implementar a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que institui a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, pautada na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas.

Núcleo/Setor	Nome	Formação	Titulação	Regime de Trabalho
Pedagógico	Patrícia G Macedo	Cientista Social	Mestra	40h
Pedagógico	Maria dos Anjos R. Pereira	Pedagogo/Geógrafa	Mestra	40h
Pedagógico	Naíma de Paula S. Chaves	Pedagoga	Doutora	40h
Pedagógico	Lívia Mara M. Lopes	Pedagoga	Mestra	30h
NAPNE	Marina Beatriz F. Vallin	Pedagoga	Mestra	40h

NEABI	Leandro Martins da Silva	Matemática (licenciatura)	Mestre	40 DE
-------	--------------------------	---------------------------	--------	-------

Coordenador Adjunto UAB

São responsáveis pela coordenação geral de todos os cursos ofertados pelo IFTM através do sistema UAB e terão como funções:

- participar de grupo de trabalho instituído pela UAB, visando o aprimoramento e a adequação do Sistema;
- verificar *in loco* o andamento dos cursos;
- verificar *in loco* a adequação da infraestrutura dos polos de apoio presencial ao objetivos dos cursos, enviando relatórios periódicos a DED/CAPES;
- realizar, em conjunto com os coordenadores de cursos, o planejamento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no Sistema;
- acompanhar o registro acadêmico dos discentes matriculados no curso.

Coordenador de Polo

O Coordenador de Polo é um servidor da rede pública selecionado para responder pela coordenação de polo de apoio presencial. São atribuições do Coordenador de Polo:

- acompanhar e coordenar as atividades docentes, discentes e administrativas do polo de apoio presencial;
- garantir às atividades da UAB a prioridade de uso da infraestrutura do polo de apoio presencial;
- participar das atividades de capacitação e atualização;
- elaborar e encaminhar à DED/CAPES relatório semestral das atividades realizadas no polo, ou quando solicitado;
- elaborar e encaminhar à coordenação do curso relatório de frequência e desempenho dos tutores e técnicos atuantes no polo;
- acompanhar as atividades de ensino, presenciais e a distância;
- acompanhar e gerenciar o recebimento de materiais no polo e a entrega dos materiais didáticos aos discentes;
- zelar pela infraestrutura do polo;
- relatar problemas enfrentados pelos discentes ao coordenador do curso;
- articular, junto às IPES presentes no polo de apoio presencial, a distribuição e o uso das

instalações do polo para a realização das atividades dos diversos cursos;

- organizar, junto com as IPES presentes no polo, calendário acadêmico e administrativo que regulamente as atividades dos discentes naquelas instalações;
- articular-se com o mantenedor do polo com o objetivo de prover as necessidades materiais, de pessoal e de ampliação do polo;
- receber e prestar informações aos avaliadores externos do MEC.

Tutoria

Em função dos princípios que norteiam esta proposta curricular, a tutoria adquire aqui uma importância fundamental, com a característica de orientação de estudos, de organização das atividades individuais e grupais, de incentivo ao prazer das descobertas.

Os tutores são profissionais com comprovada competência, experiência e formação, selecionados para atender a área específica do curso. Cada turma do curso é acompanhada por um tutor presencial e o docente.

Tutor Presencial

A tutoria presencial representa o acompanhamento direto e sistemático dos discentes nos polos. A tutoria presencial visará, sobretudo, a organização do encontro presencial, a orientação e o acompanhamento do discente na sua adaptação à modalidade de ensino. Terá o papel de ajudá-lo na organização dos horários, na maneira de estudar, na superação das dificuldades em ser um “discente a distância”.

A tutoria presencial disponibilizará atendimento grupal sempre que as atividades das unidades curriculares exigirem trabalhos coletivos. Terá o papel de organização e dinamização dos grupos, estimulando o trabalho cooperativo. É necessário que este tutor tenha domínio da ferramenta Moodle, acesse o curso e todas as disciplinas com frequência e sempre faça contato com os educandos.

O tutor é o mediador entre o docente da unidade curricular e os discentes dos polos. É o profissional que se relaciona diretamente com o discente, acompanhando o desenvolvimento de suas atividades, tirando dúvidas sobre conteúdos juntamente com o docente e questões administrativas, auxiliando o docente na correção de atividades virtuais, no registro de notas/conceitos e resultados, informando ao docente, à supervisão e à coordenação geral de tutoria quaisquer problemas e eventualidades. Responsável, também, por manter o educando motivado e estimulado durante todo o processo de construção de seu conhecimento. Serão exigidos do tutor:

Este tutor também será responsável por:

- realizar relatórios de atendimento de discentes;
- preparar os recursos didáticos e equipamentos necessários aos encontros presenciais;
- incentivar estratégias e técnicas de estudos visando fortalecer a autonomia do discente;
- participar dos fóruns de tutores, reuniões pedagógicas e de planejamento sempre que solicitado;
- acompanhar os encontros presenciais registrando as frequências;
- desenvolver atividades presenciais teóricas e/ou práticas, sempre que solicitado pelo docente da unidade curricular;
- avaliar as atividades presenciais, lançando notas e resultados no ambiente Moodle;
- acompanhar o trabalho do discente no polo, esclarecendo dúvidas e auxiliando no processo de aprendizagem;
- assegurar a qualidade de atendimento ao discente no polo, sempre com empatia e cordialidade;
- elaborar relatórios mensais de atividades.

Equipe de Tecnologia da Informação (T.I)

A equipe de tecnologia da informação (T.I) será responsável por fornecer o acesso dos discentes, docentes, tutores, coordenadores de curso e coordenação em geral, ao ambiente virtual de aprendizagem, bem como outras ações de suporte tecnológico e acompanhamento:

- disponibilizar o acesso dos discentes à plataforma Moodle;
- acompanhar a realização das inscrições/matriculas e oferecer suporte tecnológico aos discentes, via telefone ou e-mail;
- liberar o acesso aos coordenadores de tutoria e coordenadores de curso aos seus respectivos cursos/componentes curriculares;
- dar manutenção na infraestrutura da rede;
- dar suporte e manutenção ao sistema;
- dar suporte ao docente para customização do ambiente virtual;
 - suporte à gravação de vídeoaulas;
 - suporte à realização de webconferência;
- dar suporte ao cursista através do correio eletrônico (e-mail) e/ou telefone.

A criação e a disponibilização ao ambiente virtual da unidade curricular dos docentes é feita automaticamente no momento em que o coordenador do curso cria a oferta do mesmo no sistema

acadêmico da instituição.

Design Instrucional

A equipe de design instrucional é responsável pelo processo de organização, formatação e avaliação da gestão organizacional e pedagógica do conteúdo programático disponibilizado pelo docente, sendo também suas funções:

- Orientar os docentes no emprego de recursos pedagógicos e tecnológicos disponíveis no Ambiente Virtual de aprendizagem;
- Instruir os docentes na elaboração e planejamento da unidade curricular para configuração da página no AVA;
- Tomar decisões pedagógicas com base em interações e diálogo com a equipe pedagógica, docentes e coordenação de curso;
- Desenvolver a configuração da página da unidade curricular a partir de sistemas e programas bem preparados, produção e elaboração de material didático adequado, planejado, estruturado e desenvolvido de forma apropriada para processo de ensino e aprendizagem na modalidade EaD;
- Utilizar metodologia de forma a promover a efetivação do conhecimento de forma acessível, com uma comunicação clara e dialogada;
- Promover a interatividade contribuindo assim para a construção da autonomia, participação e envolvimento entre os envolvidos no curso.

22 CORPO DOCENTE*						
Nº	Nome	Graduação	Titulação	Regime de trabalho	UC que ministra	Lattes (link)
1	Alessandra Menezes Machado de Freitas	Licenciatura em Pedagogia e Língua Portuguesa – Libras	Mestranda	Bolsista	Produção textual acadêmica	http://lattes.cnpq.br/0712274238900243
2	Geraldo Gonçalves de Lima	Licenciatura e Bacharelado em Filosofia	Doutor	Bolsista	Fundamentos Filosóficos da Educação	http://lattes.cnpq.br/4017014612887322
3	Hamilton Batista Coelho	Licenciatura em Pedagogia	Mestre	Bolsista	Literatura Africana de Língua Portuguesa	http://lattes.cnpq.br/7422270462860239
4	Jaqueline Brandão da Silva	Licenciatura em Letras	Mestre	Bolsista	Estudos Linguísticos	http://lattes.cnpq.br/9135543746759002

5	Juliano Antunes Cardoso	Licenciatura em Letras	Mestre	Bolsista	Língua Portuguesa II – Fonética e Fonologia	http://lattes.cnpq.br/8532024528812402
6	Juliene Silva Vasconcelos	Licenciatura em Pedagogia	Doutor	Bolsista	Psicologia da Educação	http://lattes.cnpq.br/7715502170267633
7	Luciana Borges de Andrade	Licenciatura em Pedagogia	Mestre	Bolsista	Metodologia da Pesquisa em Educação	http://lattes.cnpq.br/3257618464396637
8	Márcia de Freitas Zago	Bacharel em Informática e Processamento de Dados	Doutora	Bolsista	Introdução à Educação a Distância e à Informática Básica	http://lattes.cnpq.br/9098330545902018
9	Marina Beatriz Ferreira Vallim	Licenciatura em Pedagogia	Mestre	Bolsista	Libras	http://lattes.cnpq.br/1555355949028861
10	Marina Hideko Hamawaki	Licenciatura em Letras	Mestre	Bolsista	Literatura Portuguesa	http://lattes.cnpq.br/9444488016518574

*O corpo docente é composto por bolsistas Capes/UAB que atuam como professor-formador, selecionados por editais próprios.

23 CORPO DE TUTORES*

Nº	Nome	Graduação	Titulação	Regime de trabalho	Lattes (link)
1	Duarte Pires Menezes	Licenciatura em Letras e Bacharel em Direito	Especialista	Bolsistas Capes/UAB 20h	http://lattes.cnpq.br/6552062381350341
2	Juliana de Araújo e Silva	Licenciatura em Pedagogia	Mestranda		http://lattes.cnpq.br/2964312843544133
3	Junia Terezinha Pereira Gonçalves	Licenciatura em Letras	Especialista		http://lattes.cnpq.br/4473882373382132
4	Larissa Francine de Oliveira	Licenciatura em Letras	Doutoranda		http://lattes.cnpq.br/6701037716060213
5	Regina Maria Martins	Licenciatura em Educação Especial	Especialista		http://lattes.cnpq.br/8283225067102031

*O corpo de tutores é composto por bolsistas Capes/UAB selecionados por editais próprios.

24 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA MODALIDADE A DISTÂNCIA

A Equipe Multidisciplinar da EaD-CAUPT/IFTM tem a finalidade de auxiliar as instâncias administrativo-pedagógicas no planejamento e implementação de ações que visem a melhoria da qualidade do ensino dos cursos ofertados pela instituição.

A equipe multidisciplinar da EaD é composta por integrantes de diferentes áreas, mas que buscam atuar de forma integrada na excelência dos cursos UAB situados na instituição. Com esse intuito a equipe multidisciplinar visa estabelecer um contínuo diálogo entre as instâncias de decisão, como o Núcleo Docente Estruturante (NDE), coordenadores(as) de curso, docentes formadores(as), tutores(as), técnicos(as) administrativos(as), os(as) quais participam direta e indiretamente das ações propostas por esta equipe multidisciplinar.

Conforme a Portaria nº. 24/2022 (válida por dois anos), a Equipe Multidisciplinar da EAD - CAUPT é composta pelos seguintes membros:

Servidor (a)	Cargo	Função
Luiz Pessoa V. Neto	Docente EBTT	Presidente
Frederico R. Gomes	Docente EBTT	Vice-presidente
Ernani C. Borges	Docente EBTT	Membros
Hugo Leonardo P. Rufino	Docente EBTT	
Rogélio dos Reis Dias	Docente EBTT	
Patrícia G. Macedo	Técnico em Assuntos Educacionais	
Maria dos Anjos P. Rodrigues	Técnico em Assuntos Educacionais	

25 ATIVIDADES DE TUTORIA

Os tutores presenciais são bolsistas graduados na área das letras, selecionados por meio de processo seletivo regido pela Resolução FNDE/CD/nº 8/2010, que tem a finalidade de avaliar a formação, a experiência profissional e sua habilidade de atuação da EaD.

Podendo ser ou não servidores do IFTM. Durante a seleção, os tutores classificados, após comprovação de documentos e entrevista, participam do treinamento oferecido pela EaD do IFTM. São desclassificados os tutores ausentes deste treinamento. Durante sua atuação nos cursos, recebem apoio e a supervisão dos coordenadores de tutoria. Regularmente são realizadas reuniões e capacitações presenciais ou virtuais visando aprimorar os processos de acompanhamento da aprendizagem aos discentes, assim como, os procedimentos acadêmicos.

São atribuições dos tutores:

- mediar a comunicação de conteúdos entre o docente e os discentes;
- acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- apoiar o docente da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;

- manter regularidade de acesso ao AVA e dar retorno às solicitações dos discentes no prazo máximo de 24 horas;
- estabelecer contato permanente com os discentes e apoiar suas atividades;
- colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos discentes;

25.1 Interação nos cursos de EaD

A organização curricular, as metodologias de ensino e o Ambiente Virtual de Aprendizagem favorecem a integração entre os conteúdos e suas metodologias, bem como o diálogo do discente consigo mesmo, com os outros discentes, docentes, tutores e com o conhecimento historicamente acumulado.

O sistema de comunicação do curso permite ao discente resolver questões referentes ao material didático e seus conteúdos, bem como aspectos relativos à orientação de aprendizagem como um todo, articulando o discente com docentes, tutores, colegas, coordenadores de curso e unidades curriculares e com os responsáveis pelo sistema de gerenciamento acadêmico e da tecnologia da informação.

Para atender às exigências de qualidade nos processos de interação virtuais que permitam uma maior integração entre docentes, tutores e discentes são disponibilizados as condições e ferramentas tecnológicas: telefone, correio eletrônico, webconferência, fórum de debate e discussão, chats, atividades interativas no ambiente virtual de aprendizagem, reuniões virtuais.

A interação de acordo com o Projeto Pedagógico é organizada atendendo aos critérios:

- descrever e informar como se dará a interação entre discentes, tutores e docentes ao longo do curso;
- informar a previsão dos momentos presenciais, em particular os horários de tutoria presencial, planejados para o curso e qual a estratégia a ser usada;
- informar aos discentes nomes, horários, formas de contato com docentes, tutores e pessoal de apoio;
- descrever e estabelecer o sistema de orientação e acompanhamento do discente, garantindo que os discentes tenham sua evolução e dificuldades regularmente monitoradas, que recebam respostas rápidas às suas dúvidas, e incentivos e orientação quanto ao progresso nos estudos;
- planejar a interação entre discentes, por meio de atividades coletivas, presenciais ou via ambientes de aprendizagem que incentivem a comunicação entre colegas. O curso ainda tem em sua estrutura curricular encontros presenciais.

O encontro presencial constitui um momento de interação entre os participantes do curso. As atividades e os conteúdos propostos são planejados com estratégias que realmente garantam a imprescindível presença do discente no polo. Objetivos para as atividades no encontro presencial:

- favorecer a habilidade de trabalhar em grupo/equipe;
- promover a participação do discente;
- requerer a cooperação entre os discentes;
- estimular a habilidade de resolução de situações-problemas a partir da interação entre os colegas no enfrentamento das dificuldades;
- possibilitar trocas de experiências;
- realizar atividade grupal para aprofundamento de aspectos mais relevantes, com troca de informações e pontos de vista entre os grupos e exposição oral de resultados;
- executar práticas que não são passíveis de serem realizadas a distância;
- realizar atividade individualmente ou em grupo, variando-se a modalidade de um encontro para o outro, para evitar a monotonia;
- agenciar painéis de discussão e seminários de modo a apresentar outras visões do conteúdo ou aprofundamento do conhecimento; dentre outros.

No curso de Licenciatura em Letras-Português, poderá haver até cinco encontros presenciais por semestre a serem realizados, preferencialmente, às sextas-feiras à noite e aos sábados pela manhã e à tarde, conforme a necessidade e o contexto do desenvolvimento do curso.

26 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO*

Nível Superior			Nível Intermediário			Nível de Apoio		
20 h	30 h	40 h	20 h	30 h	40 h	20 h	30 h	40 h
	1	7	0	0	13	0	1	3

*Corpo técnico-administrativo composto dos servidores do quadro permanente do CAUPT.

26.1 Corpo Técnico-Administrativo*

Título	Quantidade
Doutor	02
Mestre	11
Especialista	10
Aperfeiçoamento	02
Graduação	13

Médio completo	-
Médio incompleto	-
Fundamental completo	-
Fundamental incompleto	-
Total de servidores	38

*Corpo técnico-administrativo composto dos servidores do quadro permanente do CAUPT.

27 AMBIENTES ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICOS RELACIONADOS AO CURSO

27.1 Salas

Unidade I		
Ambiente	Quantidade	Área (m2)
Anfiteatro com 400 lugares	1	300
Biblioteca	1	53,10
Ginásio poliesportivo	1	333,52
Laboratório de Física, Eletrônica e Microcontroladores (109)	1	42,50
Laboratório de Controle de Processos, Acionamentos elétricos e Automação Industrial (110)	1	46,20
Laboratório de eletrônica (115)	1	30
Laboratórios de informática	7	301 – 51,48 302 58,32 304 – 92,70 401 – 53,10 403 53,10 114 84,80 113 50,40
Mini Auditório com 50 lugares	1	61,80
Núcleo TIC (105)	2	Sala 105 e 303 – 44,45
Pátio Convivência	03	100
Praça de Alimentação	1	Cantina 98,23
Sala da Coordenação de Estágio (103)	01	15
Sala da empresa júnior (111)	1	25,41
Sala de Administração (106)	01	32
Sala de Coordenação de Curso (116)	01	16
Sala de Coordenação de Registros Acadêmicos (Secretaria) (101 e sala de vidro)	02	42,7
Sala de Coordenação Pedagógica (108)	01	61,6

Sala de Direção (104)	01	20
Sala de Docentes (107)	01	32
Salas de aula (402 e 404)	02	53
Sanitários	16	-
Unidade II		
Ambiente	Quantidade	Área (m ²)
Sala de Direção	01	24
Sala de Gerência de Unidade	01	24
Sala de Coordenação de Curso	01	12
Sala de Recursos audiovisuais	01	15
Sala do Núcleo Apoio Pedagógico e do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas	01	15
Sala de Docentes	01	30
Sanitários	05	5
Pátio Convivência	01	100
Praça de Alimentação	01	40
Auditório	01	250

A sede administrativa dos cursos de licenciatura pelo Programa UAB/CAUPT/IFTM e os polos contam com a seguinte estrutura física:

Estrutura física Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico – Unidade I
Salas
Sala da direção
Sala Multi-setorial – Setor Pedagógico/Setor de Estágio/ Secretaria da direção/ Setor de Comunicação/ Coordenação de Pesquisa
Sala dos docentes
Sala de Tecnologia da Informação
Biblioteca
Secretaria Acadêmica
Sala da coordenação de cursos presenciais
Sala da CGAP/CGEPE
Sala administrativa
Mini auditório (50 lugares)
Laboratórios cursos ADS e Engenharia da Computação

Auditório (400 lugares)
Cantina
Banheiros
Salas de aula
Estrutura física dos Polos nas cidades de Frutal, Ituiutaba, João Pinheiro (MG) e Igarapava (SP)*
Sala da coordenação de polo
Sala dos tutores
Sala de aula
Laboratórios de informática
Biblioteca

*A estrutura dos polos é de responsabilidade das prefeituras municipais e são autorizadas e avaliadas pela CAPES.

27.2 Biblioteca

A Biblioteca está instalada em um espaço físico de 53 m², com espaços destinados aos serviços administrativos e aos acervos.

O atendimento é de segunda a sexta-feira em horários variados que propiciam o atendimento aos discentes nos três períodos do dia. A biblioteca possui 02 servidores.

É concedido o empréstimo domiciliar de livros aos usuários vinculados ao *Campus* Uberaba Parque Tecnológico, cadastrados na biblioteca. O acesso à internet está disponível no recinto da biblioteca por meio de 2 microcomputadores para pesquisa.

Discentes e docentes podem consultar livros, monografias, teses, vídeos, CD-ROMs e periódicos por meio de um sistema central de informações online possibilitando, assim, o uso pleno dos serviços e recursos por um universo maior de usuários, durante 24 horas por dia.

27.3 Recursos materiais ou didático-pedagógicos

Todas as salas de aulas são equipadas com quadros brancos e equipamentos de projeção de mídia. O Campus dispõe, ainda, de flipchart como recurso adicional e laboratórios de informática.

Televisores	02
Projeter Multimídia	19
Câmera filmadora digital	01
Câmera fotográfica digital	03

27.4 Laboratórios didáticos de formação básica

1.1.1 Laboratório de Informática 113 (36 postos de trabalho)

Dezenove (19) Computadores OPTIPLEX 9020 – i5 (3.2 Ghz, 6Mb L2 Cache, 1333/1600 Mhz) 4 GB de memória RAM DDR3, 6 portas USB 2.0, 4 portas USB 3.0, Placa de Rede Ethernet 1 Gigabit, Placa de Som Integrada, Placa de Vídeo Integrada, HD 1 Tb, Gravador de DVD, Mouse óptico USB, Teclado USB ABTN2, Monitor LED 23', Windows 10 Pro 64 Bits, Linux Mint 17.03, com acesso à internet, 01 projetor multimídia.

1.1.2 Laboratório de Informática 114 (50 postos de trabalho)

Trinta e Três (33) Computadores OPTIPLEX 9020 – i5 (3.2 Ghz, 6Mb L2 Cache, 1333/1600 Mhz) 4 GB de memória RAM DDR3, 6 portas USB 2.0, 4 portas USB 3.0, Placa de Rede Ethernet 1 Gigabit, Placa de Som Integrada, Placa de Vídeo Integrada, HD 1 Tb, Gravador de DVD, Mouse óptico USB, Teclado USB ABTN2, Monitor LED 23', Windows 10 Pro 64 Bits, Linux Mint 17.03, com acesso à internet, 01 projetor multimídia.

1.1.3 Laboratório de Informática 301 (32 postos de trabalho)

Trinta e sete (17) Computadores OPTIPLEX 790 – i3 2120 (3.3 Ghz, 6Mb L2 Cache, 1333 Mhz) 4 GB de memória RAM DDR2, 8 portas USB 2.0, Placa de Rede Ethernet 1 Gigabit, Placa de Som Integrada, Placa de Vídeo Integrada, HD 250 Gb, Gravador de DVD, Mouse óptico USB, Teclado USB ABTN2, Monitor Flat Panel 17' (LCD), Windows 7 32 Bit, Linux Mint 17.03, com acesso à internet, 01 projetor multimídia.

1.1.4 Laboratório de Informática 302 (36 postos de trabalho)

Vinte e dois (22) Computadores HP 800 ssf – i5 4590 (3.3 Ghz, 6Mb L2 Cache, 1333/1600 Mhz) 4 GB de memória RAM DDR3, 6 portas USB 2.0, 4 portas USB 3.0, Placa de Rede Ethernet 1 Gigabit, Placa de Som Integrada, Placa de Vídeo Integrada, HD 500 Gb, Gravador de DVD, Mouse óptico USB, Teclado USB ABTN2, Monitor V206Hz LED de 20', Windows 10 pro 64 Bits, Linux Mint 17.03, com acesso à internet, 01 projetor multimídia.

1.1.5 Laboratório de Informática 304 (50 postos de trabalho)

Trinta e Três (33) Computadores OPTIPLEX 790 – i3 2120 (3.3 Ghz, 6Mb L2 Cache, 1333 Mhz) 4 GB de memória RAM DDR2, 8 portas USB 2.0, Placa de Rede Ethernet 1 Gigabit, Placa de Som Integrada, Placa de Vídeo Integrada, HD 250 Gb, Gravador de DVD, Mouse óptico USB, Teclado USB ABTN2, Monitor Flat Panel 17' (LCD), Windows 8.1 64 Bit, Máquina Virtual Linux Ubuntu 14.04, com acesso à internet, 01 projetor multimídia.

1.1.6 Laboratório de Informática 401 (32 postos de trabalho)

Dezessete (17) Computadores OPTIPLEX 780 – core 2 duos (3.0 Ghz, 6Mb L2 Cache, 1333 Mhz) 2 GB de memória RAM DDR2, 8 portas USB 2.0, Placa de Rede Ethernet 1 Gigabit, Placa de Som Integrada, Placa de Vídeo Integrada, HD 250 Gb, Gravador de DVD, Mouse óptico USB, Teclado USB ABTN2, Monitor Flat Panel 17' (LCD), Windows 7 32 Bit, Linux Ubuntu 12.04, com acesso à internet, 01 projetor multimídia.

1.1.7 Laboratório de Informática 403 (32 postos de trabalho)

Quinze (15) Computadores OPTIPLEX 755 – core 2 duos (3.0 Ghz, 6Mb L2 Cache, 1333 Mhz) 2 GB de memória RAM DDR2, 8 portas USB 2.0, Placa de Rede Ethernet 1 Gigabit, Placa de Som Integrada, Placa de Vídeo Integrada, HD 250 Gb, Gravador de DVD, Mouse óptico USB, Teclado USB ABTN2,

Monitor Flat Panel 17' (LCD), Windows 7 32 Bits, Linux Mint 17.2, com acesso à internet, 01 projetor multimídia.

Dois (2) Computadores OPTIPLEX 780 – core 2 duos (3.0 Ghz, 6Mb L2 Cache, 1333 Mhz) 4 GB de memória RAM DDR2, 8 portas USB 2.0, Placa de Rede Ethernet 1 Gigabit, Placa de Som Integrada, Placa de Vídeo Integrada, HD 250 Gb, Gravador de DVD, Mouse óptico USB, Teclado USB ABTN2, Monitor Flat Panel 17' (LCD), Windows 7 32 Bits, Linux Mint 17.2, com acesso à internet, 01 projetor multimídia.

1.1.8 Laboratório de Informática 02 – Unid. II

Dezesseis (16) Computadores Dell Optiplex 790 - Core i3 - 4GB- 250 GB HD Possui Windows 7 professional e Ubuntu 12.04.1 LTS

1.1.9 Laboratório de Informática 03 – Unid. II

Dezesseis (16) Computadores Dell Optiplex 790 - Core i3 - 4GB- 250 GB HD Possui Windows 7 professional e Ubuntu 12.04.1 LTS

1.1.10 Laboratório de Informática 07 – Unid. II

Onze (11) Computador Dell Optiplex 790 - Core i3 - 4GB- 500 GB HD Possui Windows 7 professional e Ubuntu 12.04.1 LTS

27.5 Laboratórios didáticos de formação específica

O curso de Licenciatura em Letras-Português não dispõe de laboratórios didáticos para formação específica.

28 DIPLOMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

O IFTM assegura aos discentes, mediante solicitação, a expedição dos documentos formais relativos à sua vida acadêmica, de acordo com a legislação vigente. Os certificados, diplomas, históricos escolares e demais documentos relacionados a questões acadêmicas dos discentes do IFTM serão emitidos pelas CRCA's dos respectivos *campi*, em conformidade com o PPC e constarão de assinaturas digitais ou físicas dos representantes legais.

A solicitação de documentos deverá ser protocolada pelos discentes, de cursos presenciais ou a distância, na CRCA de seu campus. A expedição do diploma está condicionada à integralização das unidades curriculares e demais atividades previstas no PPC, incluindo regularidade no Enade. O IFTM conferirá certificado de qualificação profissional aos discentes que concluírem o conjunto de unidades curriculares ou períodos de qualificação que propiciem competências, conforme previsto no PPC. Concluído o curso e após a outorga de grau, a CRCA do campus deverá compor e encaminhar o processo do formando à Coordenação de Registro e Certificação (CRC), na reitoria, com a documentação exigida

para análise e deferimento de regularidade, a fim de aprovação para expedição e registro do diploma e histórico. Para os cursos de graduação, a CRCA do campus expedirá o diploma no prazo máximo de 60 dias, contados a partir da data de colação de grau, podendo o prazo ser prorrogado por igual período. O diploma expedido pela CRCA do campus será encaminhado à CRC, na reitoria, para registro, o que ocorrerá no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da data da expedição, podendo ser prorrogado por igual período.

Para acompanhamento do andamento do processo de expedição e registro do diploma, os discentes poderão acessar o endereço eletrônico <http://iftm.edu.br/protocolo/> e digitar o número do respectivo processo. Até trinta dias após o registro do diploma será publicado no DOU um extrato contendo informações do referido registro, conforme legalmente estabelecido. Para consulta pública, no prazo de trinta dias após o registro, será disponibilizado no sítio eletrônico do IFTM um banco de informações, constando dados relativos à diplomação do formado. Demais normas e procedimentos sobre a obtenção do diploma, bem como de outros documentos formais relativos à vida acadêmica dos discentes do IFTM podem ser conhecidos no Regulamento da CRCA, aprovado pelo CONSUP.

Após a integralização da matriz curricular, incluindo todas as unidades curriculares, as Atividades Complementares e a realização do Estágio Supervisionado, conforme previsto neste projeto pedagógico o discente tem o direito a receber o diploma de LICENCIADO EM LETRAS - PORTUGUÊS.

29 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 253, 30 dez. 2008. Seção I, p. 1.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei no. 13.005/2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, DF, 2014.

IFTM. Resolução IFTM n. 048/2020, que dispõe sobre alterações no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação - Resolução n. 78/2019. Disponível em: <chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://iftm.edu.br/visao/loader.php?src=7727593b59991c803b96a76a9b0e608a>. Acesso em: 22 jun. 2022.

FERREIRA, Olgamir Amancia. **Guia da inserção curricular da extensão**. UNB/DEX/DEG, 2009. Acesso em 30/06/2022, disponível em: <<http://dex.unb.br/guiacurriculoextensao>>.

GARCIA ARETIO, L. **La educación a distancia: de la teoría a la práctica**. Barcelona, Ariel Educación, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia, exercício do filosofar e prática educativa**. Em Aberto. Brasília, DF. ano 9. n. 45. jan. / mar. 1990.

Resolução CNE/CES nº 7/2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

Resolução FNDE/CD/nº 8 de 30 de abril de 2010. Altera os incisos I a V do art. 9º, o § 1º do art. 10 e o item 2.4 do Anexo I da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009, que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Resolução/CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009, que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a serem pagas pelo FNDE a partir do exercício de 2009.

Resolução IFTM nº 53/2020. Aprovar a Resolução *Ad Referendum* n. 09/2020, que versa sobre o Regulamento da Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

Resolução IFTM nº 151/2021. Aprova a Resolução *Ad Referendum* n. 55/2021, que versa sobre o Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

SACRISTÁN, J. G. e GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: ArtMed, 2000. 398 p.

SOUZA, Geruza Ferreira Ribeiro; SILVA, Fabrício Oliveira. **Atividades Complementares (ACs) como espaço de formação permanente de docentes**. In: Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - XXV EPEN, (2020). ANAIS. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/6533-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf (Acesso em 16 de maio de 2022)